

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ALEXANDRE ISRAEL-PINTO

O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS:  
HISTÓRIA, APRENDIZAGEM E AUTOGOVERNO

MARINGÁ  
2012

ALEXANDRE ISRAEL-PINTO

O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS:  
HISTÓRIA, APRENDIZAGEM E AUTOGOVERNO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Maria Júlia Lemes Ribeiro

MARINGÁ  
2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte autoral: (ISRAEL-PINTO, 2012).

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

I85u Israel-Pinto, Alexandre  
O uso de substâncias psicoativas: história, aprendizagem e autogoverno. / Alexandre Israel-Pinto. -- Maringá, 2012.  
96 f. : il. col., fig.

Orientador: Prof.a Dr.a Maria Júlia Lemes Ribeiro.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2012.

1. Substâncias psicoativas - Uso e abuso. 2. Substâncias psicoativas - História. 3. Substâncias psicoativas - Aprendizagem. 4. Substâncias psicoativas - Autogoverno. I. Ribeiro, Maria Júlia Lemes, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 21.ed. 362.29  
362.21

ECSL-00382

ALEXANDRE ISRAEL-PINTO

O uso de substâncias psicoativas: história, aprendizagem e autogoverno.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

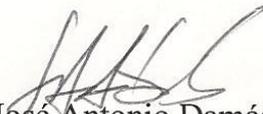
BANCA EXAMINADORA



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Julia Lemes Ribeiro  
DPI/Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rozilda das Neves Alves  
DPI/Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. José Antonio Damásio Abib  
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Aprovada em: 06 de setembro de 2012.

Local da defesa: Bloco H12, sala 14, campus da Universidade Estadual de Maringá.

## DEDICATÓRIA

Sempre à minha avó judia, *Vergília L. de Israel* (z"l),  
que me ensinou os primeiros passos e me deu por  
herança o sobrenome *Israel*.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a *D'us* e ao universo criador, com suas contingências, por me permitirem finalizar este trabalho. Pois se, pela benevolência da força, fui bem-sucedido; sinto-me plenamente recompensado por meus esforços.

A minha mãe, *Hilda Israel Martins Pinto* (z"l), que me deu limites com severa doçura, e em especial, ao meu pai, *José Pinto*, que como pedreiro, me ensinou uma verdade muito simples – “não se começa assentar os tijolos sem antes edificar o alicerce e o baldrame do projeto”.

Ao meu irmão, *André Israel-Pinto*, que me ajudou na aquisição das obras literárias de língua espanhola e pela amizade compartilhada de dois irmãos que têm uma herança a zelar.

A minha querida companheira, *Nilda Emiko Nozaki Israel*, que cedeu seu tempo e sua companhia para que eu pudesse trabalhar neste conteúdo.

A minha orientadora, professora *Maria Júlia Lemes Ribeiro*, pelo acolhimento e confiança ao longo dessa trajetória. E, também, aos professores: *José Antônio Damásio Abib* e *Rozilda das Neves Alves*, por aceitarem participar da Banca Examinadora e da Defesa Pública, deste trabalho, apontando ricas sugestões e esclarecendo dúvidas que vieram à tona.

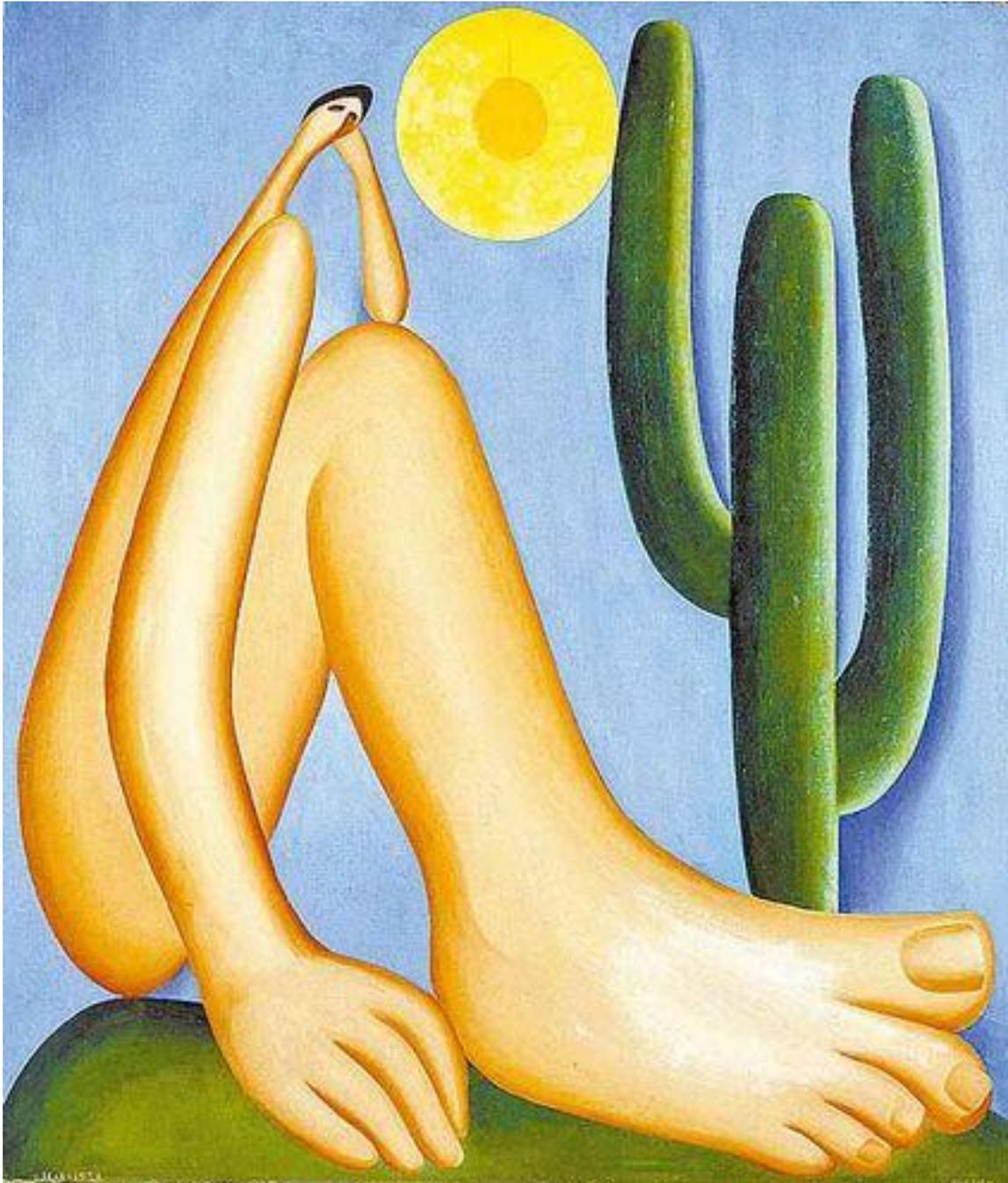
A todos os professores, que me transmitiram seus conteúdos, proporcionando-me seus conhecimentos durante todo este percurso e, com particular carinho, aos professores e amigos: *Ailton José Morelli*, *Miryam Mager* e *Verônica Regina Müller*, por terem me ensinado muito mais com suas práticas do que somente em teoria.

A psicóloga e amiga, *Josy Cristine Martins*, pelo suporte acadêmico em análises difíceis de textos e artigos de língua inglesa, bem como em momentos de descontração ao me acompanhar nos “cafés”, na cantina do “RU”, no campus universitário.

Ao médico e amigo, *Wanderley Cadamuro*, que com propriedade me transmitiu seus conhecimentos médicos, sobre as substâncias psicoativas, na especialização em saúde mental.

As minhas colegas de sala, com quem compartilhei momentos agradáveis, *Carolini Cassia Cunha* e *Rhayane Lourenço da Silva*. Pois, sentirei saudades das conversas jogadas fora (no R.U.), das descobertas que fizemos juntos, das discussões, e até das “brigas” (risos). Agora, cada uma vai seguir a sua vida, talvez, continuemos a nos encontrar (é o que desejo).

A todos que direta ou indiretamente, contribuíram para que esse estudo pudesse ser realizado.



Abaporu – Pintura de Óleo, Tarsila do Amaral (1929).

*“You can't enforce happiness. You can't in the long run enforce anything. We don't use force!”*  
B. F. Skinner (1948, p. 149)

ISRAEL-PINTO, Alexandre. **O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: HISTÓRIA, APRENDIZAGEM E AUTOGOVERNO.** (96f.). Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Júlia Lemes Ribeiro. Maringá, PR, 2012.

## RESUMO

O presente estudo surge da hipótese de que existem lacunas, entre o conhecimento científico e a prática dos saberes, que dificultam o bom desempenho de profissionais da educação, saúde e segurança, que buscam investigar, discutir e/ou, até mesmo, repensar o uso de substâncias psicoativas. Diante dessa questão, partindo do entendimento de que os indivíduos se comportam de acordo com as relações estabelecidas com o outro (seja esse outro indivíduo e/ou instituição) e, ainda, que é nessa relação que consideramos localizar o objeto da psicologia, isto é, o comportamento humano (e esse é datado e balizado por sua história e ambiente), esta pesquisa sugere uma reflexão sobre a relação atual dos indivíduos com as substâncias psicoativas, com vistas a contribuir com mais um ensaio que procura desmitificar antigos paradigmas acerca desta temática. Para viabilizar o estudo, buscamos aporte na pesquisa bibliográfica que abarcou leituras e análises de teóricos que transitam pelas alas temáticas envolvidas no desenvolvimento desta dissertação como: as substâncias psicoativas, a análise comportamental, a prática social do uso das substâncias psicoativas e a educação para a autonomia/autogoverno. Discutimos, ao longo de três capítulos e das considerações a título de finalização, as relações existentes no comportamento de fazer uso e abuso de “drogas”. Por fim, focamos o autogoverno como uma alternativa possível para o indivíduo tornar-se um ser humano mais consciente, capaz de se autogovernar e, conseqüentemente, estar habilitado a enfrentar e resolver conflitos no seu ambiente, bem como promover a sobrevivência das culturas e da espécie.

**Palavra-chave:** substâncias psicoativas; uso e abuso; história; aprendizagem; autogoverno.

ISRAEL-PINTO, Alexandre. **THE USE OF PSYCHOACTIVE SUBSTANCES: HISTORY, LEARNING AND SELF-GOVERNMENT.** (96f.). Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Júlia Lemes Ribeiro. Maringá, PR, 2012.

### **ABSTRACT**

This study arises from the hypothesis that there are gaps between the scientific knowledge and the practice of knowledge, which makes it difficult for professionals in education, health and safety to have a good performance when seeking to investigate, discuss and/or even to reconsider the use of psychoactive substances. With that in mind, based on the understanding that individuals behave according to the relations established with others (which can be an individual and/or an institution) and furthermore, that it is in this relationship that we consider finding the object of psychology, namely, the human behavior (which is dated and defined by their history and environment), this research suggests a reflection on the current relationship of individuals with psychoactive substances, in order to contribute with the attempt to demystify old paradigms concerning this subject. To enable the study, we sought input in bibliographic research that included readings and the analysis from theorists that circulate around the subjects involved in the development of this dissertation, such as: psychoactive substances, behavioral analysis, the social practice of psychoactive substances usage, and education for autonomy/self-government. We discussed, over three chapters and final considerations, the existing relationships involving behaviors of use and abuse of "drugs". Finally, we focus on self-government as a possible alternative for individuals become a more conscious human being, capable of governing themselves and, therefore, able to confront and resolve conflicts in their environment, as well as to promote the survival of cultures and species.

**Keyword:** psychoactive substances, use and abuse, history, learning, self-government.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>10</b> |
| <br>   |           |
| <b>1. – SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS.....</b>   | <b>15</b> |
| <b>1.1. – Historicidade e aspectos gerais do uso de substâncias psicoativas.....</b>     | <b>15</b> |
| 1.1.1. – Da pré-história ao século XIX.....  | 15        |
| 1.1.2. – Do século XX à contemporaneidade.....   | 31        |
| <b>1.2. – Substâncias psicoativas lícitas e ilícitas.....</b>                            | <b>34</b> |
| <b>1.3. – Uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas.....</b>                   | <b>36</b> |
| <br>   |           |
| <b>2. – ANÁLISE DO COMPORTAMENTO.....</b>  | <b>40</b> |
| <b>2.1. – Trajetória inicial da obra de B. F. Skinner.....</b>                           | <b>40</b> |
| <b>2.2. – B. F. Skinner, além dos laboratórios.....</b>                                  | <b>45</b> |
| 2.2.1. – Teoria da aprendizagem.....   | 53        |
| 2.2.2. – Uso de substâncias psicoativas como um comportamento aprendido.....             | 57        |
| <br>   |           |
| <b>3. – PRÁTICA SOCIAL DO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS.....</b>                        | <b>62</b> |
| <b>3.1. – O uso de substâncias psicoativas entre jovens.....</b>                         | <b>62</b> |
| <b>3.2. – Abuso de substâncias psicoativas como resposta à sociedade de consumo.....</b> | <b>66</b> |
| <b>3.3. – Possibilidade de desenvolver o autogoverno.....</b>                            | <b>74</b> |
| <br>   |           |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>82</b> |
| <br>   |           |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>87</b> |

## INTRODUÇÃO

A atenção que o tema “drogas” vem despertando na sociedade brasileira nos últimos anos não tem comparação em nossa história. Abordado de forma sensacionalista, por grande parte da imprensa televisiva, o fenômeno acarreta reportagens com largas chamadas sobre “grandes apreensões de cocaína”; a “guerra do narcotráfico no Rio de Janeiro”; a “discussão sobre a legalização da maconha” e agora, com espantosa ênfase, o “poderio do *crack* que destrói a vida dos meninos de rua, em São Paulo” (Oliveira & Nappo, 2008). O consumo de substâncias psicoativas por jovens, também, tem sido predominantemente abordado pelos meios de comunicação, sempre com a ênfase ideológica do “combate às drogas”, em detrimento da devida consideração dos fatores individuais e familiares, bem como dos aspectos socioculturais de sua demanda e ocorrência.

Em segundo plano e com menos destaque (mas nem por isso, deixando de lado o aspecto sensacionalista) é feita a divulgação de elevados números resultantes de “pesquisas”, que estão sempre associadas ao tráfico de entorpecentes e a violência (Zago, 1999). Dessa forma, a mídia exhibe opiniões e discussões que, mesmo não sendo unânime (sem suas conclusões) e ainda que focalizada somente nos indivíduos jovens (como se estes fossem os únicos consumidores de “drogas”), caracterizam-se pela seriedade do enfoque temático. Apesar disso, embora com reduzida ou rara evidência, essas matérias, quando veiculadas, também podem contribuir para uma reflexão diferenciada em relação ao sensacionalismo habitual.

Essa exposição do tema, nos meios de comunicação, mostra o lugar ocupado pelo assunto em questão, na nossa sociedade atual. No entanto, um dos mais importantes aspectos deste tema e que, em nossa opinião, está sendo deixado de lado é que o uso de substâncias psicoativas é um fenômeno mundial e acompanha a humanidade desde as primeiras civilizações; e o que mudou foi o significado e a forma como os indivíduos tem se relacionado com elas. Os veículos de comunicação social tem dado grande destaque aos problemas que envolvem as “drogas”, mas nenhuma contribuição ou orientação sobre como coexistir junto a elas, sem que haja danos à saúde (Acselrad, 2000). Talvez, porque o “aprender a lidar com as drogas” não vende jornais, não aumenta os índices de audiência das emissoras e não dá votos para políticos em época de eleição. Até mesmo os livros e artigos científicos que anunciam discutir o tema “drogadição”, evitam ou são reticentes quando o

assunto é conviver com elas. Enquanto isso, pais e professores ficam entregues a sua própria sorte, tentando atenuar o impacto que essas substâncias vêm causando em nossos cidadãos.

Portanto, para dar densidade a esta discussão, é preciso observar que o uso de substâncias psicoativas, pelos seres humanos, perde-se na memória dos tempos. Antigos textos literários e religiosos revelam que os indivíduos, em diferentes épocas e lugares, usaram e abusaram, deliberadamente, de substâncias capazes de modificar o funcionamento do sistema nervoso, induzindo sensações corporais e estados psicológicos alterados (Escohotado, 1994, 2008). Desde as épocas mais remotas os indivíduos procuram em determinadas substâncias, oferecidas pela natureza (papoula, coca, tabaco, café, chás, fermentados e plantas de todas as espécies), formas de alívio mental, cura para o sofrimento físico, revigoração das energias para o trabalho ou guerra, bem como a aproximação mística às entidades divinas. O recurso às substâncias psicoativas possui antigas raízes históricas e culturais, que atravessam todos os períodos da história das civilizações (Seibel & Toscano Jr., 2001).

Segundo Seibel e Toscano Jr. (2001), o uso de substâncias psicoativas sempre existiu ao longo da história da humanidade e vem adquirindo significados muito distintos. Os jovens de hoje, por exemplo, na maioria das vezes, utilizam substâncias psicoativas para esquecer suas frustrações (decorrente da não resolução de problemas) e por não saber lidar com as dificuldades da vida. Talvez, seus pais não tiveram tempo ou paciência para lhes ensinar que os problemas se resolvem aos poucos, através de várias tentativas; e não magicamente, por meio da falsa e traiçoeira “solução” que as substâncias psicoativas proporcionam.

Atualmente, a sedução exercida pelos mais variados tipos de substâncias (desenvolvidas pelos diversos laboratórios existentes), pode ser entendida como uma tentativa de encontrar num “componente mágico” a capacidade de apaziguar as inquietações existenciais ou dar poder necessário para o exercício de uma vida social satisfatória (MacRae, 2001). Dessa forma, ao que se refere ao abuso de substâncias psicoativas a reflexão deve voltar-se não apenas à perspectiva do tratamento (visão médica), mas, especialmente, ao viés do saber (visão educacional). Pois quando se chega ao nível de tratamento é porque outro agravante – a dependência – já se faz presente (Seibel & Toscano Jr., 2001). Essa situação, por sua vez, demanda uma sociedade estruturada para lidar com a questão (dependência) sem excluir e, também, exige daquele que buscou a “droga”, disposição para abandoná-la e se submeter a uma sociedade que, talvez, o colocou na situação de dependente (“viciado”), privando-o de outras opções mais benéficas.

Seria interessante pensar, hipoteticamente, que indivíduos que optaram por um cachimbo proverbial (de *crack*) com a intenção de se desfazer dele depois, mas quando não o fazem, não é porque existe algo inerentemente irresistível nessa substância psicoativa, mas porque o conjunto particular de circunstâncias em que esses indivíduos se encontravam não ofereceu melhores alternativas de escolha do que o cachimbo destrutivo. Oferecer, além de tratamento médico-psicológico, uma realidade diferente para esses indivíduos poderia ter sido um dos caminhos a ser tentado como alternativa de cuidado e orientação (Alexander, 2004).

Nessa perspectiva, o presente estudo surge da hipótese de que existem lacunas, entre o conhecimento científico e a prática dos saberes, que dificultam o bom desempenho de profissionais da educação, saúde e segurança; que buscam investigar, discutir e/ou, até mesmo, repensar o uso de substâncias psicoativas.

O fenômeno do consumo de substâncias psicoativas apresenta-se hoje como complexo, no entanto está ligado a uma série de questões que excedem em muito uma única abordagem ou leitura. Esta complexidade se expressa nas instituições que de uma maneira ou outra lidam com a questão: Saúde, Segurança Pública e Educação, entre outras, que não delimitam os seus espaços de atuação particulares (Bravo, 2002, p. 39).

Frente a essa problemática, partindo do entendimento de que os indivíduos se comportam de acordo com as relações estabelecidas com o outro (seja esse outro indivíduo e/ou instituição) e, ainda, que é nessa relação que consideramos localizar o objeto da psicologia, isto é, o comportamento humano (e esse é datado e balizado por sua história e ambiente), esta pesquisa sugere uma reflexão sobre a relação atual dos indivíduos com as substâncias psicoativas, com vistas a contribuir com mais um estudo que procura desmitificar antigos paradigmas acerca desta temática. Deste modo, abordando um tema multidisciplinar por excelência (Silveira & Silveira, 2001), o objetivo central é discutir o uso de substâncias psicoativas como um comportamento aprendido, amparados na perspectiva da teoria comportamentalista (Skinner, 1968/1972a; 1969/1984b; 1953/2003; 1974/2009).

Para viabilizar a pesquisa, este trabalho sugere um exame sistemático do objeto de estudo, através de pesquisa bibliográfica, com investigações em publicações de natureza teórico-conceitual. De tal maneira que a trajetória metodológica adotada, para a discussão do fenômeno investigado, está pautada na escolha de autores e textos examinados. Para tanto realizamos buscas nos periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

Nível Superior), nos artigos indexados pela rede SciELO (*Scientific Eletronic Library Online*) e, também, em alguns livros que tratam da temática proposta. Diante dessa perspectiva metodológica, partimos do princípio de que o método precisa estar apropriado ao assunto em questão. Portanto, concordamos com Furlan (2008), quando afirma que “métodos são procedimentos que consideramos adequados para responder à *nossa questão*; não é um a priori da pesquisa, ele faz parte dela” (p. 25).

Em conformidade com esse princípio, buscamos aporte na pesquisa bibliográfica que abarcou as leituras e apreciação de teóricos, que transitam pelas alas temáticas envolvidas neste trabalho como: as substâncias psicoativas; a análise comportamental e a educação para o autogoverno. Em relação a este tipo de pesquisa cabe acrescentar que, de acordo com Marconi e Lakatos (1999):

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. [...] a pesquisa bibliográfica pertinente oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente [...]. Dessa forma a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras (p. 73).

Todavia, o pesquisador nem sempre chega a oferecer respostas para suas perguntas, no entanto, o processo de reflexão, por si só, permite-lhe reconhecer sua ignorância, entender a razão de suas crenças e buscar cada vez mais o conhecimento (Marcondes, 2005). Dito isto, na tentativa de alcançar o objetivo deste estudo e tornar mais didático o conteúdo, optamos em dividi-lo em três capítulos bem específicos. No entanto, sem perder a homogeneidade dos tomos, de forma a tentar, dentro do máximo possível, manter uma harmonia fidedigna ao propósito do trabalho como um todo.

A partir desta introdução, o trabalho encontra-se articulado em três capítulos. No primeiro capítulo, fizemos uma revisão da literatura disponível sobre as substâncias psicoativas, enquadrando e delimitando teoricamente o que abrange as expectativas desse primeiro momento. Procuramos, também, definir e esclarecer alguns conceitos relacionados ao consumo dessas substâncias, assim como contextualizar historicamente a relação dos indivíduos com as substâncias psicoativas desde os primórdios até a os dias atuais e, com isso,

identificar as transformações até configurar-se como uma relação que reflete a sociedade contemporânea vigente.

O segundo capítulo apresenta e situa historicamente o teórico que utilizamos como fio norteador para o desenvolvimento dessa pesquisa, bem como os fundamentos e pressupostos que orientaram a teoria. Traçamos uma breve linha do tempo, na qual procuramos desconstruir alguns paradigmas e preconceitos sobre a forma como B. F. Skinner enxerga o homem e o mundo. Neste mesmo capítulo, também, ponderamos sobre a análise comportamental, que é a abordagem que nos dá subsídios para defender nossa hipótese, a respeito do uso de substâncias psicoativas. Buscamos na literatura comportamentalista, autores que nos deram respaldo para discorrer sobre a aprendizagem dos comportamentos.

No terceiro capítulo discutimos sobre alguns aspectos referentes à prática social do uso de substâncias psicoativas, adjacente aos processos educativos. Falamos, de forma breve, sobre questões inerentes aos jovens, por serem estes universalmente considerados a população mais vulnerável às “drogas”. Em seguida, abordamos o comportamento abusivo de substâncias psicoativas como uma resposta à sociedade de consumo (que é a vigente no Brasil), mostrando as implicações ambientais de uma cultura consumista, sobre as escolhas dos indivíduos. Depois refletimos sobre a possibilidade de desenvolvimento do autogoverno para a viabilização de práticas sociais que beneficiem os indivíduos e, conseqüentemente, a espécie humana (Skinner, 1968/1972a). Discorrer sobre o educar para o autogoverno foi bastante desafiador, na medida em que lidamos com um fenômeno que ao longo da história da humanidade, sobretudo da história do ocidente, sempre esteve envolto de preconceitos e temores.

Por fim, com respaldo nos conteúdos alçados, ponderamos em nossas considerações finais que educar para o autogoverno é proporcionar uma formação crítica, em relação às substâncias psicoativas, rompendo com o discurso repressivo da ideologia “antidrogas” (de um planeta abstêmio) e oferecendo alternativas mais significativas para os indivíduos. Destacamos que a formação dos indivíduos carece estar amparada, fundamentalmente, nas mais diversas visões existentes sobre o assunto com múltiplas opções de reflexão sobre o uso de uma “droga” ou não. Procuramos, na presente dissertação, enfatizar que é preciso abrir mão de preconceitos institucionalizados e encarar o indivíduo/usuário como um sujeito de deveres e direitos.

## **1. SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS**

Neste primeiro capítulo faremos uma contextualização histórica sobre a relação existente entre os seres humanos e o uso de substâncias psicoativas<sup>1</sup>; enfocando as mais utilizadas pela humanidade e não somente de forma perniciosa, mas, também, do ponto de vista social e cultural. Mostraremos que a questão que permeia a dinâmica de uma sociedade está relacionada a vários aspectos referentes à dinâmica de funcionamento do sistema de regras que a conduz.

### **1.1. Historicidade e aspectos gerais do uso de substâncias psicoativas**

#### **1.1.1. Da pré-história ao século XIX**

O uso de substâncias psicoativas é um comportamento milenar que acompanha a humanidade desde as primeiras civilizações pré-históricas, variando segundo critérios relativos a cada cultura e época (MacRae, 2001). Ao longo da história, os seres humanos utilizaram substâncias psicoativas para obter um estado alterado de consciência em vários contextos. Essa relação se dava nas esferas sociais, culturais, militares, econômicas, religiosas, e, também, na busca pelo prazer (Lessa, 1998).

Segundo Lessa (1998), existem sinais que apontam o uso de vários tipos de plantas entorpecentes, desde o período Paleolítico<sup>2</sup>, com propósitos alimentares, ritualísticos, mágicos (religiosos) e/ou de cura. Os primeiros seres humanos eram herbívoros e suas principais fontes de alimentação eram as frutas, folhas e raízes. As plantas com propriedades psicoativas auxiliavam os nossos ancestrais a tolerar as adversidades do ambiente em que viviam.

Se observarmos algumas sociedades peculiares como as tribais, vamos perceber que seus rituais, de oferendas aos seus deuses, eram permeados do uso de plantas que ao serem ingeridas pelo organismo humano, causavam sensações de prazer e de modificação intencional do estado de consciência. Portanto, é de se notar que tais substâncias psicoativas

---

<sup>1</sup> Usaremos “substância psicoativa” para substituir o termo “droga” (geralmente de conotação pejorativa) e, também, porque engloba toda substância (natural ou sintética) que ao ser consumida, atua sobre o sistema nervoso central provocando, de alguma maneira, mudanças fisiológicas ou de comportamento (OMS, 1993; MacRae, 2001). Porém, em alguns momentos específicos, faremos a opção pelo termo pejorativo (entre aspas).

<sup>2</sup> É o período da história humana (de 500.000 a 18.000 a.C.) em que o ser humano habitava cavernas, muitas vezes tendo que disputar este tipo de habitação com animais selvagens. Tinha uma vida nômade (sem habitação fixa). Vivía da caça de animais de pequeno, médio e grande porte, da pesca e da coleta de frutos, folhas e raízes. Usavam instrumentos e ferramentas feitos a partir de pedaços de ossos e pedras (Pomian, 1993).

(frutas, folhas e raízes) encontram-se vigentes desde os primórdios da humanidade, na maioria das vezes, vinculadas as práticas místicas e sobrenaturais, por isso é usualmente lembrada por esse viés. De acordo com Seibel e Toscano Jr. (2001):

[...] a relação do homem com as substâncias psicoativas é bastante antiga ou, melhor dizendo, ancestral. Assim, mostra-se equivocada a idéia de que a presença das “drogas” é um evento novo no repertório humano. Na verdade, trata-se de uma presença contínua no tempo e que envolve não somente medicina e ciência, mas também magia, religião, cultura, festa e deleite (p. 07).

Segundo Bucher (2000), na Antiguidade<sup>3</sup>, o primeiro encontro dos seres humanos com as substâncias psicoativas ocorreu através do consumo de plantas nativas e seus derivados diretos (sucos, chás e cozidos). Estas são as chamadas “drogas naturais”, incluindo plantas e frutos com capacidade para fermentação (uva, cevada, marula, mandioca, maçã, etc.), o cânhamo, a papoula, o peiote, a coca, os cogumelos e outros; bem como seus respectivos derivados. Entre as substâncias psicoativas naturais mais antigas que a humanidade tem conhecimento, estão aquelas que originam as bebidas com teor alcoólico. Elas estavam presentes nas várias culturas do Oriente Médio, desde os tempos mais remotos (Bucher, 1988). As bebidas com teor alcoólico eram obtidas através da fermentação de diferentes frutos e vegetais. Algumas pesquisas arqueológicas apontam que determinadas pinturas deixadas pelos homens da Antiguidade, teriam sido criadas sob efeito de transe oriundos do consumo das diversas variedades de fermentados (Seibel & Toscano Jr, 2001).

Para Seibel e Toscano Jr. (2001), as bebidas com teor alcoólico estiveram presentes em quase todas as civilizações que se tem notícia. Até mesmo na bíblia, num dos seus primeiros registros (Gn. 9:20-21), é relatada a embriaguez de Noé após ter saído da arca do dilúvio e, também, o uso de uva vinífera (*Vitis Vinífera*), como substância de efeito desinibidor, na maioria das festas sagradas. “Noach, um agricultor, foi o primeiro a plantar uma vinha. Ele bebeu tanto do vinho que se embriagou e deitou-se descoberto em sua tenda” (Bíblia, 2010, p. 81).

Notamos que o comportamento de fazer uso de substâncias psicoativas é bem antigo na história da humanidade e apresenta registros de sua prática não somente nesse episódio de

---

<sup>3</sup> Período que se estende desde a invenção da escrita (de 4.000 a 3.500 a.C.) até a queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C) (Pomian, 1993).

Noé, mas em vários outros textos bíblicos<sup>4</sup>. Embora essas substâncias fossem utilizadas, muitas vezes, para fazer esquecer a dor e a infelicidade (MacRae, 2001), o primeiro grande poeta grego Homero, em sua obra *Odisséia*, relatou que o abuso do vinho podia ser também perturbador e desastroso.

Vinho ardente e melífluo te perturba, Como a quem nele imódico se encharca. O vinho a Eurítion, Centauro insigne, De Pirítoos magnânimo nos paços. Inflamou contra os Lápitias; a injúrias Embriagado se moveu tamanhas, Que os heróis do vestibulo o expulsaram, Cerceando-lhe as ventas e as orelhas. De alma chegada e lesado, errando insano, Aos Lápitias urdiu cruenta guerra, E o vinho d'antemão lhe foi desastre (Homero, VIII-VII a.C./2009, p. 215-225).

O vinho, assim como outras bebidas fermentadas, poderia também ser misturado com outras substâncias produzindo bebidas com maior potencial entorpecente, numa época em que a destilação ainda era desconhecida (Escohotado, 1994, 2008). De acordo com Vale e Delfino (2003), é possível que a fermentação de plantas e frutos para obter bebidas com teor alcoólico tenha sido descoberta por acaso, ou seja, algumas uvas esquecidas ou depositadas em “[...] algum buraco na rocha há 6.000 anos, sob ação do sol e criaturas invisíveis (fermentos) formou uma massa pastosa que saciou a sede de algum homem primitivo esfomeado. Estava descoberto o efeito estimulante-depressor do álcool” (p. 128).

Entretanto, desse possível “acaso” originou-se, entre os povos primitivos, uma prática costumeira em relação às bebidas fermentadas. Os antigos sumérios e babilônios deixaram para as gerações posteriores registros de como, através da cevada (*Hordeum Vulgare L*), produzir a cerveja. Um monumento conhecido como “Pedra Azul”, que se encontra exposto no Museu do Louvre, em Paris, contém inscrições sobre a produção de cerveja desde 6.000 anos antes da era cristã (Vale & Delfino, 2003). O Código Babilônico de Hamurabi (escrito por volta de 1.700 a.C.), que legislava sobre a conduta civil, dispunha que os taverneiros que sobretaxassem a cerveja deveriam ser punidos e que a moeda de pagamento pela venda da mesma deveria ser em grãos de cereais. Morado (2009) relata que arqueólogos encontraram nele, também, várias leis de comercialização, fabricação e consumo da cerveja, relacionando direitos e deveres dos clientes das tabernas. A cerveja tornou-se vital

---

<sup>4</sup> Gênesis 1:29 (“todas as espécies de plantas”); Provérbios 31:6 (“bebida forte” e “vinho”); Mateus 27:34 (“vinho misturado com fel”); Marcos 15:23 (“vinho misturado com mirra”), etc. (Bíblia, 2010).

para a economia de todas as civilizações produtoras de cereais da Antiguidade, especialmente no Egito e na Mesopotâmia.

Dentre as civilizações antigas que fizeram uso de bebidas alcoólicas, o Egito foi a que mais se destacou devido a sua exuberância na produção da cevada. Situada no nordeste do continente africano, a civilização egípcia teve seu crescimento vinculado aos recursos hídricos fornecidos pelo Rio Nilo. Por meio desses recursos os egípcios desenvolveram técnicas de cultivo agrícola e passaram a ter condições de armazenar alimentos como trigo e cevada, os quais serviam para a produção de bebidas fermentadas, o que os transformou em especialistas no processo de malteação de grãos e na produção de cerveja. Evidencia-se que nas primeiras cervejas produzidas pelos egípcios, ao invés de ser adicionado o lúpulo (planta com efeito sonífero e calmante, que dá o sabor amargo da cerveja), eles acrescentaram outros ingredientes como o mel (que dava o sabor doce) originando uma cerveja chamada hidromel, com maior valor nutritivo (Morado, 2009).

Durante décadas, ao longo do Delta do Nilo, foram produzidos e aperfeiçoados diversos tipos de hidromel, resultado de diversas combinações de plantas e aromas somadas a diferentes quantidades de mel. Outras culturas antigas, também foram consumidoras do hidromel, dentre elas, os celtas, os saxões e os vikings (Morado, 2009). Cabe observar que, embora as técnicas de cervejaria tenham sido desenvolvidas no Egito, essa não foi a única proeza desse povo, nesta área. Os egípcios, além disso, produziam muitos remédios, a partir do cozimento de vegetais (com propriedades narcóticas), e diversos unguentos de banha de leão, hipopótamo, crocodilo e cobra (MacRae, 2001). Para MacRae (2001), se observarmos com cautela, veremos que em todas as épocas, o ser humano procurou e serviu-se de diversas substâncias encontradas na natureza, ou para experiências místicas, ou tratamento de males do corpo, ou para se esquecer de tristezas e se divertir.

De acordo com Seibel e Toscano Jr. (2001), outra planta milenar que foi bastante usada na Antiguidade e que possui propriedades psicoativas é a maconha (*Cannabis Sativa*). Ela é originária da Ásia Central e cresce até hoje espontaneamente nas regiões temperadas e quentes do Himalaia (Índia, China, Butão, Nepal e Paquistão). As primeiras referências sobre a maconha datam de 12.000 anos antes da era cristã e seu plantio foi incentivado durante muitos séculos devido à utilização de seus talos (o cânhamo) para a fabricação de cordas, fibras têxteis, palitos e até papel. Todavia, é de suas folhas que se extrai o componente psicoativo “Delta 9-Tetrahydrocannabinol”, comumente conhecido como THC<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> O  $\Delta^9$ -THC é o principal componente psicoativo encontrado nas plantas do gênero *Cannabis*, foi isolado na forma pura pela primeira vez em 1964, por Yechiel Gaoni, Raphael Mechoulam e Habib Edery no Instituto

A maconha era usada para estimular o apetite, curar doenças venéreas e induzir ao sono. Suas fibras, longas e flexíveis, também eram empregadas no Nepal e Paquistão, desde a mais remota Antiguidade na manufatura têxtil. Na Índia, ela foi grandemente utilizada, por monges, para curar prisão de ventre, malária e dores menstruais. Amostras dessa planta foram encontradas, na China, datadas de aproximadamente 4.000 anos antes da era cristã, e seus usos terapêuticos estavam presentes num tratado de medicina chinesa do século I. Acredita-se que a maconha, depois de ter sido levada para a Europa, seguiu para a África (através dos colonizadores europeus) e de lá veio para o Brasil, trazida junto com os escravos africanos (Seibel & Toscano Jr., 2001).

Diante de tal percurso, já se evidencia sinais de que o comportamento de usar substâncias psicoativas não foi exclusividade de um grupo de indivíduos<sup>6</sup>, região ou cultura. Para Bucher (1988), todos os povos estavam a procura de novos recursos naturais para a subsistência, e, a forma pela qual essas substâncias eram usadas, foram as mais variadas. O hábito da utilização de substâncias psicoativas transcendia o sentido dos rituais, do sagrado, ou mesmo do recreativo; suas influências iam além. Frequentemente se procurava a solução para diferentes males do corpo e, em algumas sociedades, plantas como a maconha tiveram um grande valor terapêutico porque produziam efeitos analgésicos e anti-inflamatórios. Bucher (1988) afirma, no entanto, que embora essas substâncias tenham sido empregadas pelas civilizações antigas para tratar uma variedade de doenças humanas, elas comumente são mais lembradas por seu uso em práticas religiosas e ritualísticas de algumas culturas.

Na Grécia, por exemplo, o ópio foi muito utilizado pela medicina antiga. Sua planta originária (a papoula) é lembrada como a “planta dos deuses” reforçando o simbolismo místico (religioso) que vai além do terapêutico-medicinal. Escotado (1994, 2008) revela que existem registros do uso de derivados da papoula em diversas situações de cura (insônia, bronquite, asma, pneumonia, ansiedade, diarreia, etc.) e, também, em oferendas (como incenso) aos deuses nos rituais espirituais. Na Odisséia, o próprio Homero menciona a nepente<sup>7</sup> (bebida derivada da papoula), como algo que acalma a ira e faz esquecer qualquer

---

Weizmann em Rehovot (Israel), através da extração a partir do haxixe com éter de petróleo, seguido de repetidas cromatografias (Gaoni & Mechoulam, 1971).

<sup>6</sup> Usaremos a palavra “indivíduo” no sentido do termo que vem do Latim “*individuum*” = corpo indivisível, que constitui uma unidade. Não devendo ser associada ao “Individualismo” que é a doutrina que coloca o indivíduo acima de tudo. (fonte: <http://www.recantodasletras.com.br/ensaios/2121234>, out. 2011).

<sup>7</sup> Do grego “nepenthes” (*ne* = não, *penthos* = pena/dor). Literalmente significa “aquela que afasta as penas”. Na antiguidade grega designava uma poção mágica contra a tristeza e a cólera. Muitos estudiosos crêem que a nepente poderia ser uma preparação à base de ópio, pois as consequências do seu uso, descritos na literatura, são

sofrimento. Na casa de Menelau, a bebida que foi oferecida, por Helena ao Telêmaco (para que se esquecesse de seus males), era vinho com derivados da papoula.

Helena al excogita: anexa ao vinho. De nepentes porção, que aplaque as iras. E as tristezas desterre; o que a bebesse. Não brotava uma lágrima no dia, Por mãe nem genitor, irmão nem filho, Que visse degolar. De Jove à prole Dera bálsamos e ervas Polidana, De Fono Egípcia esposa, cuja terra. Os reproduz saudáveis ou nocivos, E onde o médico excede os homens todos. E de Péon descende. Helena exclama, Preparada a poção: “De heróis procedem, Sim, divo Menelau; mas poderoso. Dispensa o Eterno as mágoas e os prazeres. Discursando o festim saboreemos; De gratas narrações vou deleitar-vos (Homero, VIII-VII a.C./2009, p. 175-190).

Essa planta tão “generosa”, a papoula (*Papaver Somniferum*), é proveniente da região mediterrânea oriental. Seu cultivo e uso iniciaram na Mesopotâmia (atualmente o Iraque e Irã), há mais de 5.000 anos antes da era cristã, pelos sumérios. A papoula é revelada em um ideograma desse povo como “planta da alegria” e o processo de extração do seu sumo (ópio) é descrito como relativamente complicado, exigindo que suas flores sejam esmagadas para que seja retirado o suco leitoso (Duarte, 2005). Segundo Seibel e Toscano Jr. (2001), as propriedades sedativas, soníferas e anestésicas do ópio eram bem conhecidas pelos sumérios e depois passaram a ser de domínio dos assírios e dos babilônios também. Ambos (assírios e babilônios) desenvolveram outras formas de extrair o ópio da papoula e acabaram suprindo suas necessidades medicinais. De acordo com MacRae (2001), ao conjunto das crenças e práticas relacionadas com a saúde, e utilizadas por estes povos era dada a denominação de “Medicina Primitiva”, a qual se baseava (do ponto de vista da terapêutica médica), numa fortíssima confiança fundamentada em crenças (fé) e ritos mágicos, aliada ao emprego de plantas medicinais.

De acordo com Bucher (1988), o ópio foi considerado pelos antigos gregos, como um símbolo da mitologia e era coberto de significado sublime. Essa substância tinha bastante prestígio entre os médicos da Grécia antiga, e seus efeitos eram recebidos como uma dádiva dos deuses, destinada a apaziguar os doentes ou tratar daqueles que de algum mal padeciam. Hipócrates (460-377 a.C.), considerado o “pai da medicina”, foi um estudioso dos efeitos terapêuticos do ópio e de sua utilização no combate de diversas enfermidades. Ele entendia

---

semelhantes as do láudano (um extrato de ópio que possui efeito sedativo). Alguns eruditos modernos consideram que a nepente era o ópio dos orientais (Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1839).

que, no tratamento de doenças, a eficácia dessa substância psicoativa era relativa, pois dependia primeiramente de sua dosagem, ou seja, a dose poderia curar ou matar. Coube a Hipócrates levar as chamadas “ciências de curar” para fora dos templos gregos; ele sistematizou os grupos de medicamentos e dividiu-os em narcóticos, febrífugos e purgantes (Seibel & Toscano Jr., 2001).

Em poucos anos a escola hipocrática fez vários adeptos também em Roma e no século II da era cristã, o ópio passou a ser padronizado. De acordo com Escohotado (2008), sua presença era obrigatória na preparação da fórmula do estimulante mitridato<sup>8</sup>, um composto que era muito usado pelos gladiadores para superarem a fadiga e os machucados. López (2009), referindo-se ao Império Romano, informa que há registros do uso de substâncias psicoativas durante o período que era realizado as corridas com bigas, e até os cavalos recebiam uma mistura potente que os faziam correr mais rápido, enquanto muitos gladiadores eram “dopados” para fazer lutas mais sangrentas e vigorosas.

A visão romana sobre drogas sofreu grande influência da grega e as drogas continuavam a ser vistas como basicamente neutras, seus efeitos, positivos ou negativos, sendo dependentes da dosagem e maneira de uso. O cânhamo era fumado em reuniões sociais, mas as plantas mais consumidas pelos seus efeitos medicinais e psicoativos eram a papoula e a videira (MacRae, 2001, p. 6).

Os romanos eram conhecidos por suas conquistas e pelas festas regadas a vinho, entretanto, a influência das práticas helenísticas (de ingestão do ópio), sobre a Roma antiga, foi tanta que essa substância psicoativa teve lugar de destaque junto ao vinho, na literatura romana, simbolizando o sono e a morte. Na história da civilização romana vemos, por exemplo, que a Agripina (última esposa do Imperador Cláudio) adicionou ópio ao vinho que ofereceu a Britânico (seu enteado), para fazer com que seu filho Nero herdasse o trono; Plínio, o velho, descreveu a semente da papoula como um hipnótico. Virgílio, poeta romano, tanto na Eneida (1854, IV-530) quanto nas Geórgicas (1794, p. 175), atribui ao ópio as mesmas propriedades de “fatal dormideira” (Duarte, 2005). Segundo Duarte (2005), um médico romano que viveu no século I da era cristã, cujo nome era Celso, recomendava o uso do ópio

---

<sup>8</sup> Substância conhecida como “Antídoto de Mitrídates”. Recebeu este nome porque se supõe que foi inventado por Mitrídates VI, rei do Ponto (séc. I a.C.). Sua fórmula era composta por diferentes ingredientes somados ao ópio. Foi usado como remédio no tratamento de doenças malignas e como antídoto em mordidas de animais venenosos (Escohotado, 1994).

para o alívio da dor e foi autor de várias formulações que continham essa substância como o principal ingrediente. Já no século II da era cristã, Galeno (131-200 d.C.), considerado o “pai da farmácia” e um entusiasta dos benefícios do ópio, através dos sinais de dependência do imperador Antonino (de quem era médico), percebeu os riscos do uso exagerado dessa substância psicoativa e passou a recomendá-la com ressalvas. Escotado (2008) coloca que nos últimos anos do Império Romano (a exemplo do que já havia acontecido na Grécia) a papoula se tornou tão popular em Roma, que sua imagem foi cunhada em uma das faces das moedas em uso no comércio romano.

Com o processo de cristianização<sup>9</sup> do Império Romano, as antigas ideias pagãs, em relação às substâncias psicoativas foram sendo abandonadas pela cultura greco-romana. A embriaguez consciente, a automedicação e a fronteira entre moral e direito foram deixadas de lado, pois os sacerdotes da nova religião e os imperadores recém-convertidos ao cristianismo passaram a perseguir todos os que tinham práticas vistas como contrárias a nova fé (Escotado, 1994). A Igreja se posicionou contrária frente às velhas práticas pagãs, tentando aniquilar qualquer traço de suas antigas crenças e aprendizados, incluindo aí as extensas listas de derivados da papoula e as fórmulas compostas por elementos psicoativos.

Conforme pontua MacRae (2001), no século V da era cristã, as substâncias psicoativas passaram a ser estigmatizadas não só por serem associadas a poções mágicas e rituais de bruxaria, mas também por serem usadas em tratamentos terapêuticos no alívio do sofrimento, já que a dor e a mortificação do corpo eram concebidas, pela Igreja, como formas de expiação de pecados e de aproximação ao deus cristão. A perseguição aos conhecimentos farmacológicos foi tão acirrada que chegou ao ponto da utilização de substâncias psicoativas (para fins medicinais), tornar-se sinônimo de heresia. A busca de cura tinha que se limitar ao uso de recursos de eficácia puramente simbólica, tais como orações, rezas cristãs, óleos santos, velas e água benta, além do tributo de indulgências eclesiásticas.

Na Era Medieval<sup>10</sup>, conforme MacRae (2001), ter o poder e domínio dos povos era algo muito cobiçado pelos influentes líderes da Igreja. A ambição desmedida somada as

---

<sup>9</sup> Nome que se dá ao processo de conversão de indivíduos ao cristianismo. Foi posta em prática através da demonização dos deuses pagãos e de suas práticas tradicionais, creditadas como bruxaria. Este processo evoluiu para um banimento declarado dos ritos existentes, sob pena de tortura e morte, caso os indivíduos não se convertessem a fé cristã. O termo pode descrever um fenômeno histórico, que provocou a conversão em massa de povos inteiros no período de 250 a 750 d.C. (Pomian, 1993).

<sup>10</sup> É o período da história da humanidade que inicia no século V (em 476 d.C.) e termina no século XV (em 1453 d.C.) ou com a descoberta das Américas (em 1492). Este período caracteriza-se pela influência da Igreja sobre toda a sociedade (Pomian, 1993).

guerras, as invasões, as catástrofes naturais e ao caos deixado pela Peste<sup>11</sup>, produziram situações de colapso econômico e social que demandavam “bodes expiatórios”, acarretando a “caça às bruxas”. Nesse período faziam-se muitas relações entre o uso de substâncias psicoativas e a prática de bruxaria, apontando que as feiticeiras usavam tais substâncias para manter relações sexuais com o demônio. Havia o costume de usar certos unguentos que eram compostos em grande parte de solanáceas (plantas com propriedades alucinógenas), utilizadas por certos indivíduos para produzir sensações de êxtase ou de deleite sexual. Várias receitas desse tipo constam dos autos da Inquisição, que punia com torturas e morte o uso de qualquer substância psicoativa que não fosse o vinho.

De acordo com Escotado (1994), o período medieval ocasionou muitas perseguições contra aqueles que se atreviam a manipular compostos com plantas psicoativas, conseqüentemente houve um retrocesso significativo na evolução da arte de curar. Os medicamentos (unguentos) eram preparados de forma precária e clandestina, em seguida entregues aos doentes, sob uma atmosfera de mistério, longe das vistas da Igreja. Enquanto os europeus eram subjugados pelos interesses da Igreja, no mundo islâmico perseverava uma maior tolerância em relação ao uso de substâncias como a papoula (ópio) e o cânhamo (haxixe). Exceto pela ressalva que o alcorão (livro sagrado do islã) fazia ao uso de substâncias com teor alcoólico, outras diferentes substâncias psicoativas continuavam a ser usadas pelos árabes para diversos fins.

Fora a restrição ao uso do álcool que, na maneira como a enunciou originalmente Maomé, era mais voltada à censura do comportamento ridículo e da falta de confiabilidade de certas pessoas que se embriagavam, diferentes substâncias continuavam a ser usadas para diversos fins. A medicina islâmica utilizava largamente o ópio, também empregado como euforizante reservado aos mais velhos, a quem era visto como ajudando a compensar pelos problemas da velhice. O cânhamo, não mencionado no Corão, era usado medicinalmente para vários casos específicos assim como para fins lúdicos. Sua utilização era comum entre

---

<sup>11</sup> A Peste Bubônica (ou “Peste Negra”) foi uma doença que devastou com cerca de um terço da população europeia. A doença mortal não escolhia vítimas, todos podiam ser acometidos por esse mal. Ela era transmitida através da picada de pulgas de ratos doentes. Após o contato com a doença, a pessoa tinha poucos dias de vida. Febre, mal-estar e bulbos (bolhas) de sangue com pus espalhavam-se pelo corpo do doente, principalmente nas axilas e virilhas. Como a medicina era pouca desenvolvida, a morte era certa. Para complicar ainda mais a situação, muitos atribuíam a doença a fatores comportamentais, ambientais ou religiosos (fonte: [www4.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt\\_908756715.ppt](http://www4.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_908756715.ppt), out. 2011).

camponeses e outros grupos populares assim como para a dança extática e para a meditação sufi (MacRae, 2001, p.27).

Por volta do século VII da era cristã, segundo Escotado (2008), os árabes já tinham descoberto que era possível extrair efeitos mais poderosos da papoula, através da inalação da fumaça do seu sumo (ópio) e, também, já difundiam a ideia de que o ópio combinava muito bem com o café líquido (*Coffea Arábica*). O café (após o grão ser torrado e submetido à infusão com água fervente) era chamado, entre os povos árabes, pelo nome de *Kahve*, que na língua turco-otomana significa “vinho”. MacRae (2001) destaca que esse “vinho” foi bastante apreciado junto ao ópio e até os doutores maometanos aderiram ao uso dessa combinação para favorecer a digestão e afastar o sono. Para Duarte (2005), em pouco tempo os árabes ampliaram o cultivo da papoula e passaram a obter grandes lucros com a comercialização do ópio em novos mercados (como Índia e China).

No século IX, surgiram, entre os médicos árabes, referências à *spongia somnifera*, uma mistura de ópio, mandrágora, cicuta e hiosciano, destinada a promover anestesia para procedimentos cirúrgicos, por inalação. Posteriormente, a *spongia somnifera* foi usada em Palermo, com a mesma finalidade. No período de ouro da Civilização Islâmica, os árabes dominaram o comércio no Oceano Índico e introduziram o ópio na Índia e posteriormente na China, onde recebeu o nome de *o-fu-yung*. Durante cerca de 1.000 anos os chineses empregaram o ópio, basicamente para o controle da diarreia (Duarte, 2005, p. 137).

No início do século XI os médicos árabes notaram que o organismo humano desenvolvia tolerância aos efeitos do ópio, exigindo cada vez mais do indivíduo o uso redobrado, causando a dependência. MacRae (2001) elucida que essa descoberta trouxe restrições quanto ao uso do ópio, mas não impediu que sua comercialização se estendesse para outras localidades (como a Europa). Durante muitas décadas os árabes negociaram a papoula e seus derivados com outros povos, fazendo girar a economia local. Porém, conforme Escotado (1994), a partir do século XIV, o poderio islâmico entra em decadência e a comercialização do ópio é restringida por movimentos liderados pela cúpula da Igreja.

Na Europa, no início do século XV, enquanto o opiáceos (de forma clandestina) ainda estava em alta, entre os pesquisadores das áreas médicas e farmacêuticas (nos experimentos alquímicos), a Igreja fez grandes incursões de combate a essa substância,

tomando para si o controle da produção dos medicamentos. Contudo, nesse mesmo período, desafiando a Igreja, o médico e alquimista suíço, Paracelso<sup>12</sup>, apoiado nos ensinamentos de Hipócrates, declarou que todas as substâncias eram remédios ou venenos ao mesmo tempo, apenas a dose administrada era o que podia fazer bem ou mal. Em seguida apresentou mais um concentrado do sumo da papoula - o láudano<sup>13</sup>, que teria também o poder de curar muitas enfermidades e até de rejuvenescer (Duarte, 2005).

Sydenham, não menos entusiasta do ópio do que Paracelso, declarou: “Entre os remédios oferecidos por Deus Todo Poderoso para aliviar o sofrimento do homem nenhum é tão universal e tão eficaz quanto o ópio”. O láudano de Sydenham continha ópio, vinho de cereja, açafraão, cravo e canela (Duarte, 2005, p. 137).

A disseminação da crença de que os compostos contendo ópio eram milagrosos, levou à popularização do seu uso em todo o mundo ocidental e com o tempo, a ampliação das rotas comerciais, tornou a papoula e seus derivados (ópio, nepente, láudano, etc.) universalmente conhecidos, mesmo com toda a perseguição da Igreja (Escohotado, 1994). Com o tempo esta situação, imposta pela Igreja, pouco a pouco, foi-se alterando através de intervenções em prol da saúde daqueles que pertenciam a cúpula da mesma. Quando um sacerdote, de alguma ordem religiosa adoecia, era autorizado que alguns dos seus membros utilizassem os conhecimentos greco-latinos sobre o emprego das plantas medicinais, que cultivavam junto aos mosteiros. Contudo, foi somente no final do século XVII que a perseguição da Igreja tornou-se mais afável, permitindo de fato o desenvolvimento da farmacologia (Duarte, 2005).

Nesse período da Idade Moderna<sup>14</sup>, na informação de Duarte (2005), as ciências farmacêuticas emergiram como atividade diferenciada e as substâncias psicoativas, que até então se apresentavam somente na forma de sucos, chás e poções feitas de plantas naturais, passaram a ser levadas para os laboratórios e foram multiplicadas, artificialmente, em

---

<sup>12</sup> Paracelso era o pseudônimo usado por Philippus Aureolus Theophrastus Bombastus von Hohenheim (1493-1541 d.C.). Um pensador que desenvolveu seu próprio sistema de medicina e filosofia. Ele não seguia os tratamentos convencionais, no entanto, com seus conhecimentos práticos tornou-se famoso como médico, alquimista, físico e astrólogo (fonte: <http://kirjasto.sci.fi/parace.htm>, out. 2011).

<sup>13</sup> É um extrato de ópio que possui efeito sedativo (Duarte, 2005).

<sup>14</sup> Período da história da humanidade, que inicia no século XV e se estende até o final do século XVIII. Três grandes acontecimentos se destacam nesse período: a Expansão Marítima, o Renascimento e a Reforma Protestante. Com as grandes navegações, alguns países europeus descobriram novas terras, povos e produtos, ampliando suas riquezas e seus poderes (Pomian, 1993).

diversos derivados sintéticos. Por causa das guerras e epidemias, a farmacologia teve grande impulso e visibilidade, principalmente para o tratamento de soldados que se feriam em batalhas e, também, no cuidado com líderes que sofriam envenenamento. Segundo Duarte (2005), a farmacologia que possuía uma das bagagens históricas (sobre substâncias psicoativas) mais antigas da humanidade, foi acompanhando as várias mudanças e sendo adaptada às novas situações, transformando antigos hábitos e incorporando outros.

Enquanto na Europa, a indústria farmacêutica estava em pleno desenvolvimento, o continente americano tornava-se uma transbordante fonte de matéria-prima para o enriquecimento dos seus conquistadores. Em meio a um cenário de conquistas de terras e povos nativos, a extração de riquezas subjuguou o “Novo Mundo” em um imenso campo a ser garimpado, principalmente no que diz respeito à diversidade de plantas com propriedades medicinais e psicotrópicas como a coca, o tabaco, o peiote, a ayahuasca, a jurema e os cogumelos alucinógenos, dentre outras. As Américas ofereciam uma vasta e rica variedade de plantas que viriam a impulsionar, ainda mais, a indústria farmacêutica da Europa (Duarte, 2005).

A coca (*Erythroxylon Coca*), por exemplo, que é rica em propriedades analgésicas, passou a ser uma planta tão cobiçada quanto a papoula, pelos laboratórios europeus. Procedente dos Andes, mais especificamente das regiões onde se localizam a Bolívia e o Peru, a coca despertou o interesse dos colonizadores porque, quando ingerida, apresentava efeitos sobre o organismo humano que abolia a fadiga, a dor e a fome (Escotado, 2008). Há registros de seu consumo em esculturas datadas do século III, da era cristã, e existem indícios de que foi a planta preferida dos incas. Suas folhas eram utilizadas pelos sacerdotes e por toda a comunidade em atividades rotineiras, sob a crença de que era um “presente divino”. Conforme MacRae (2001), em alguns casos, a coca chegou a ser considerada como algo sobrenatural e por isso fez parte de uma variedade de celebrações religiosas, ritos de passagem e fúnebre. Nos tempos pré-incaicos foi um costume generalizado, de todas as classes sociais e econômicas, colocarem bolsinhas (feitas de pano) cheias de folhas de coca nos túmulos para reconfortar o morto em sua viagem prolongada até o “outro lado”. Além dos incas, povos como os maias e astecas, também a utilizavam em cerimônias especiais (Cabieses, 1992).

Durante as conquistas espanholas e portuguesas, a coca se tornou o alvo de muitas discussões, pois seu uso se generalizou durante a colonização, através dos soldados espanhóis, que a mastigavam para ajudar a suportar a fome, a sede e o cansaço. Todavia, ao constatarem os diversos benefícios dessa planta (como tratar feridas e curar a constipação/resfriado) a

levaram para além dos oceanos. A coca começou a ser difundida por todos os pontos da Europa e, aliando-se ao frenesi do ópio, tornou-se não apenas um mero elixir estimulante, capaz de aliviar a dor e alguns outros males, mas também um meio essencial de integração social e de dominação humana. (Cabieses, 1992). De início, ao chegar à Europa, a coca ganhou grande repercussão ao ser apresentada como a “boa nova”, trazida pelos colonizadores do “Novo Continente”. No entanto, apesar do seu potencial mercadológico, como veremos mais adiante, não fez cessar o interesse pela papoula.

Zackon (1988) ressalta que as pesquisas com a papoula continuaram e, em 1803, o cientista alemão Frederick Sertuener, tendo observado que um dos seus derivados, o ópio, produzia diferentes efeitos, buscou isolar as propriedades narcóticas dessa substância. No mesmo ano, ele extraiu um cristal alcalóide de efeito muito intenso que nomeou como morfina (homenagem à *Morpheu*, o deus grego do sono). Esta substância psicoativa apresentava grande risco de dependência e por isso houve restrições médicas quanto ao seu uso. Alguns anos mais tarde, em 1874, o químico inglês Charles Romley Alder Wright, conseguiu sintetizar a diacetilmorfina que, após algum tempo foi produzida industrialmente, pela empresa alemã Bayer®<sup>15</sup>, com o nome de heroína. Com os avanços nos campos da química e farmacologia, a extração dessas substâncias psicoativas (morfina e heroína) se tornou frequente, inclusive em vários laboratórios clandestinos. O uso da heroína popularizou-se no início do século XIX, sobretudo, a partir da invenção da seringa hipodérmica (em 1853), que permitiu que tais substâncias psicoativas fossem injetadas por via endovenosa, tornando seus efeitos mais poderosos, dada a rápida absorção pela corrente sanguínea (Behr, 1981).

Segundo Behr (1981), os eventos bélicos como a guerra civil americana (1861-1865) e a guerra franco-prussiana (1870-1871), haviam incitado os médicos da época a administrar elevadas doses de morfina em ex-combatentes, para fins analgésicos. Essa administração desregrada acabou originando as primeiras epidemias decorrentes do abuso dessa substância psicoativa. Tal fato autorizou Louis Lewin<sup>16</sup>, a sugerir o termo “morfismo” (1874) e o conceito de dependência (1879), nas suas publicações baseadas em investigações de 110 casos de “toxicodependência”. Suas publicações chamaram a atenção daqueles que detinham o poder, e o uso da morfina recebeu maior controle.

---

<sup>15</sup> É o nome de uma empresa farmacêutica e química alemã. Foi fundada em Barmen, no ano de 1863, por Friedrich Bayer e Johann Weskott (fonte: <http://www.bayer.com.br>, out. 2011).

<sup>16</sup> Louis Lewin (1850-1929) foi um alemão especializado em farmacologia. Em 1886, ele publicou a primeira análise metódica do cacto *Peyote*. Ele classificou as substâncias psicotrópicas e suas plantas conforme seus efeitos psicológicos. As classificações foram: euforizantes, inebriantes, alucinógenos, soníferos e estimulantes (fonte: <http://toxipedia.org/display/toxipedia/Louis+Lewin>, out. 2011).

De acordo com Zackon (1988), a heroína, que já estava sendo propagada através de intensa campanha comercial, como indicada para tratamento de tosse e outras enfermidades, após algumas pesquisas denunciarem que ela produzia a mesma dependência característica da morfina, também foi restringida. Essa denuncia fez com que a Bayer® suspendesse a propaganda, mas não a distribuição do produto, que permaneceu disponível por décadas, em diversos laboratórios do mundo todo. Behr (1981) acrescenta que com os opiáceos sob o domínio (patente) da Bayer®, a coca voltou a ser disputada tornando-se novamente objeto de desejo de outros laboratórios.

MacRae (2001) relata que no ano de 1859, o químico alemão Albert Niemann, extraiu da folha de coca um princípio ativo que chamou de cocaína. Após tê-la sintetizado, em 1860, publicou sua descoberta acompanhada de relatos sobre a capacidade de eliminar a fadiga. Depois, em 1863, o uso da cocaína se alastrou pelas praças de Paris, sendo vendidos em elixires, chás e nos vinhos, principalmente nos vinhos de marca Mariani®<sup>17</sup>, que logo ficaram muito populares por toda a Europa. Para MacRae (2001), esse vinho com cocaína foi bastante utilizado no séc. XIX, tornando-se a bebida predileta do papa Leão XIII, que fez questão de ceder sua imagem para os rótulos de propaganda e seu sucessor, o papa Pio X, fazia uso diário.

Em 1884, o oftalmologista Carl Koller começou a estudar o efeito anestésico da cocaína e com isso o seu uso terapêutico se ampliou e diversificou, gerando grande aumento no valor comercial dessa substância. Após vários estudos a cocaína foi testada no exército alemão, como um estimulante para soldados nos campos de batalha e imediatamente chamou a atenção de Sigismund Schlomo Freud, que se tornou um grande “propagandista” dessa substância psicoativa. Freud a considerava de grande valia como (chá) estimulante, no tratamento da depressão, de perturbações digestivas, da tuberculose, da abstinência de alcoolistas e opiômanos, no alívio da asma e como anestésico local (Ashley, 1975).

Segundo Ashley (1975), em seu trabalho *Über Coca*, de 1885, Freud escreveu sobre a história da cocaína e relatou o entusiasmo por ter encontrado uma substância que poderia ser algo promissor no tratamento da depressão, nervosismo, dependência de morfina, alcoolismo, doenças digestivas e da asma. Mas, segundo Leite (1999), logo o alento inicial de Freud pela cocaína desapareceu devido ao seu desanimo com a falta de êxito no tratamento da

---

<sup>17</sup> Bebida criada em 1863 por Angelo Mariani. Composto por uma mistura de vinho e cocaína o qual rapidamente alcançou enorme sucesso, sendo divulgado como “excelente remédio para esquecer as dificuldades da vida cotidiana”. Na Inglaterra era vendido como “Vinho dos Atletas”. Sua fórmula foi condecorada pelo papa Leão XIII e na época era consumido por Thomas Edison, Júlio Verne e Emile Zola, entre outros (fonte: <http://pt.scribd.com/doc/56983492/Cocaína-Historia>, out. 2001).

dependência de morfina de seu amigo Ernst Fleischl-Marxow, e por isso não mais citou a cocaína em seus trabalhos. Para Ashley (1975), a notoriedade da cocaína passou desde então por muitas oscilações, a princípio foi comercializada como a panacéia para todos os males, mas depois foi perdendo o seu fascínio ao diagnosticarem sua capacidade viciante e seus efeitos prejudiciais à saúde, no final do século XIX.

Nada obstante, o “Novo Mundo” continuava a oferecer suas riquezas, “é uma fonte inesgotável” (Escohotado, 1994, p. 56). Por sua vez, o tabaco (*Nicotiana Tabacum*), com seu potencial psicotrópico (de baixar ansiedade e aquecer paliativamente do frio), atraiu demasiadamente a atenção dos colonizadores europeus. Acredita-se que a palavra “tabaco” venha do nome da ilha de Tobago ou da região de Tabasco, no México, alguns dos lugares onde a planta foi primeiramente encontrada. Os poderes psicoativos dessa planta, inicialmente, eram ingeridos através do chá; depois foi fumada pela primeira vez por índios norte-americanos, que enrolavam suas folhas secas em folhas de palmeira ou de milho (Cabieses, 1992).

Relatos do uso do tabaco, por nativos do México e Caribe, aparecem nos escritos de Cristóvão Colombo e de seus companheiros de viagem, não só na forma de palha fumada, como na ingestão oral da planta ou de sumos preparados da mesma. Os principais componentes do tabaco são a nicotina, o alcatrão e o monóxido de carbono. Seu uso teria por finalidade principal a indução ao relaxamento, para acalmar o espírito e a comunicação com os mortos e com os deuses. Devido as suas funções relaxantes e calmantes, o tabaco foi tido como um bem valioso e fez parte da lista de produtos que eram entregues como tributos durante o domínio dos europeus, no continente americano (Escohotado, 2008).

Conforme observa Cabieses (1992), uma vasta diversidade de outras substâncias psicoativas foi encontrada nas Américas. No México, os colonizadores conheceram o peiote<sup>18</sup> (*Lophophora Williamsii*) que são pequenos cactos que possuem mescalina, um princípio ativo alucinógeno. Encontrados no deserto, sua coleta era tratada pelos nativos como parte de um ritual religioso e, por isso, associados pela Igreja como feitiçaria, seu uso foi o proibido (Gottlieb, 1997). Também teve o seu uso condenado pela Santa Inquisição o chá de ayahuasca (*Banisteriopsis Caapi* e *Psychotria Viridis*). Os padres jesuítas descreveram o chá dessa planta como uma “poção diabólica”, usada pelos nativos das Américas há muito tempo e por

---

<sup>18</sup> Desde os tempos mais antigos, o peiote foi usado por povos indígenas, como os *huichol* (norte do México) e os *Navajos* (no sudoeste dos USA), em rituais religiosos tradicionais. No século XIX, a tradição começou a se espalhar como forma de reviver a espiritualidade nativa. O peiote contém um espectro grande dos alcalóides da fenetilamina, dos quais o principal é a mescalina (Gottlieb, 1997).

isso nem foram levadas para a Europa. “A Inquisição na América parte de idênticas premissas, e perseguiu muitos nativos por empregar suas drogas tradicionais” (Escohotado, 1994, p. 43). Existem evidências arqueológicas, através de potes e desenhos, que levam a crer que o uso dessa planta alucinógena ocorra desde 2.000 anos antes da era cristã (MacRae, 2001).

No Brasil, a ayahuasca é conhecida como a planta que fornece sua raiz para o preparo do “Chá de Santo Daimé”. Todavia, em solo brasileiro o que mais chamou a atenção dos colonizadores foi a descoberta da jurema<sup>19</sup> (*Mimosa Hostilis*) que os nativos, do norte e do nordeste, utilizavam como estimulante para caçar, guerrear e, também, com fins mágicos de instigar a divinação e proporcionar sonhos (MacRae, 2001). A jurema foi citada, pelo escritor brasileiro José de Alencar, em sua obra intitulada “Iracema”. Nessa obra, a protagonista de mesmo nome (Iracema) era a filha de um pajé e guardava o “segredo da jurema”, sendo uma virgem consagrada ao feitio da bebida alucinógena dela derivada.

Os guerreiros seguem Irapuã ao bosque sagrado, onde os espera o pajé e sua filha para o mistério da jurema. Iracema já acendeu os fogos da alegria. Araquém está imóvel e extático no seio de uma nuvem de fumo. [...] Vem Iracema com a igaçaba cheia do verde licor. Araquém decreta os sonhos a cada guerreiro, e distribui o vinho da jurema, que transporta ao céu o valente tabajara (Alencar, 1865/2004, p. 52).

Com as raízes da jurema os pajés faziam uma bebida alucinógena capaz de produzir sonhos adivinhatórios e as folhas secas eram fumadas, pelos índios *jês*, *karirís* e *tapuias*, nas cerimônias de rito de passagem. Em quase todo o nordeste indígena do Brasil, essa planta psicoativa era o centro das práticas rituais. A simbologia do sagrado fez da jurema o veículo que levava o índio ao encontro dos espíritos e por isso mesmo era resguardada pelos grupos em segredo, ou menos que isso, por um sigilo preventivo. Além de seu caráter alucinógeno, a jurema (enquanto planta) desempenha um papel central no ecossistema semiárido das caatingas nordestinas, durante os longos períodos de estiagem, quando a paisagem do sertão

---

<sup>19</sup> A palavra jurema é o composto de *ju* = “espinho”, e *rema* = “cheiro desagradável”. É uma árvore com folhagem espessa; dá um fruto amargo de cheiro forte, do qual, juntamente com as folhas prepara-se uma bebida, que tinha o efeito de produzir sonhos tão vivos e intensos que a pessoa desfrutava neles melhor do que na realidade. A fabricação desse licor era um segredo explorado pelos pajés, em proveito de sua influência (fonte: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000014.pdf>, out. 2011, p. 89). Era usada por médicos e feiticeiros, juntamente com o fumo e o maracá, para abençoar, aconselhar e curar. A ingestão permitia ao pajé entrar em contato com seus espíritos ancestrais. Atualmente é usada em rituais de pajelanças, entre os índios: *Jês*, *Tapuias* e *Karirís* (BR). O preparo da bebida e o cerimonial são secretos. Na Umbanda, jurema é a dona das ervas mágicas (fonte: <http://www.xamanismo.com.br/Poder/SubPoder1189634475It008>, out. 2011).

ficava cinza e vermelho, apenas ela e o cacto do mandacaru resistiam verdes e com reservas de água (MacRae, 2001).

Ressaltamos, dessa forma, que todas essas plantas psicoativas que foram citadas até agora, bem como seus derivados, estiveram de alguma maneira presentes na história da humanidade. Citamos apenas algumas das diversas plantas, por considerá-las de maior relevância nos ambientes educativos, os quais serão esclarecidos adiante. A nossa intenção, não é listar enciclopedicamente espécies de plantas e vegetais psicotrópicos, mas sim, balizados pela literatura científica, demonstrar que o comportamento de usar substâncias psicoativas varia de época, cultura, local e clima; e nem sempre as substâncias foram as mesmas ou tiveram os mesmos sentidos em diferentes lugares. Como vimos, de forma sintetizada, desde os primórdios até o século XIX, algumas substâncias, dependendo do momento histórico e interesse da época, foram ou não sobrepujadas. A coca, por exemplo, não foi totalmente proibida, pois seu uso era lucrativo para os governos dominadores (na venda do produto e no aumento da produtividade do trabalho escravo). As bebidas com teor alcoólico foram absorvidas pela cultura predominante, expurgados de seus significados religiosos e identitários, mesmo com a pregação contrária ao seu uso, por parte da Igreja. O cacau (que não foi comentado, por nós), transformou-se na base do chocolate, alimento de consumo mundial e que contém *anandamida* - um neurotransmissor canabinóide, com efeito parecido ao da maconha (Di Tomaso et al, 1996). O café e o tabaco expandiram-se de forma incontrolável, apesar das tentativas de controle de alguns líderes e do discurso médico dominante adverso (MacRae, 2001).

Diante dessa breve retrospectiva, é possível constatar que o uso das diferentes substâncias psicoativas esteve atrelado a maior ou menor permissividade social e cultural, dependendo de contextos religiosos, políticos e econômicos. Na sequência, destacaremos alguns desses contextos, a partir da contemporaneidade.

### **1.1.2. Do século XX à contemporaneidade**

Verificamos, conforme os autores consultados (MacRae, 2001; Duarte, 2005; Escohotado, 2008), que ininterruptamente houve a presença de aspectos socioculturais nas relações dos indivíduos com as substâncias psicoativas e, de acordo com o quadro histórico que vem sendo construído nesse capítulo, compreendemos que o uso de substâncias psicoativas pode ser considerado, também, um fenômeno comportamental, pois em todas as épocas e sociedades sempre existiram substâncias capazes de alterar o pensamento e o

comportamento. Segundo MacRae (2001), a busca, de indivíduos, por um estado alterado de consciência (para a sedação ou a exaltação), foi uma ambição constante por toda a parte, em todos os séculos. Não houve civilização que não procurasse, eventualmente, escapar à “normalidade” com a ajuda do álcool, tabaco, chá, café e plantas de todas as espécies.

Mediante o exposto, prosseguiremos, nesta subseção, contextualizando e ponderando sobre as relações que os indivíduos estabelecem com as substâncias psicoativas, de acordo com as peculiaridades inerentes a cultura e a sociedade que pertencem. Na sequência, persistiremos na mesma linha de raciocínio que tivemos em cada período da história da humanidade. Entretanto, agora na Idade Contemporânea<sup>20</sup>, existem outras características decorrentes das transformações do século XX, que serão evidenciadas (Hallal & Halpern, 2002).

A partir de 1960, além das características até então apresentadas, o consumo de substâncias psicoativas evoluiu nos segmentos de contracultura, como o movimento *hippie*, passando a representar um modo de contestação da sociedade daquele momento, adquirindo novos significados (Hallal & Halpern, 2002). O uso de algumas substâncias psicoativas, que hoje são consideradas ilegais, até 1920, era tão comum que nos Estados Unidos da América do Norte, existiam estabelecimentos para quem quisesse fumar o ópio (por cachimbo ou narguilé). Na história da humanidade, as substâncias psicoativas estiveram muito mais liberadas que proibidas. Segundo Fiore (2004):

O consumo sistemático de substâncias psicoativas – aquelas que de alguma forma agem no sistema nervoso, na consciência ou na psique humana – esteve presente na história humana desde o momento em que podemos alcançá-la. Uma bibliografia diversificada enumera as diversas maneiras como essas substâncias foram colhidas, produzidas, usadas e representadas por diferentes sociedades ao longo do tempo. No entanto, a instituição do uso de algumas substâncias psicoativas, então chamadas genericamente de “drogas”, como uma questão social historicamente recente, tendo seu início na passagem do século XIX para o século XX (p. 2).

---

<sup>20</sup> A Idade Contemporânea compreende o espaço de tempo que vai da Revolução Francesa aos nossos dias. A Idade Contemporânea está marcada, de maneira geral, pelo desenvolvimento e consolidação do regime capitalista no ocidente e, conseqüentemente pelas disputas das grandes potências europeias por territórios, matérias-primas e mercados consumidores (Pomian, 1993).

Aspectos históricos e culturais relacionados ao uso de substâncias entorpecentes auxiliam a compreender, em parte, o que prevaleceu ou prevalece em relação ao passado e o atual uso dessas substâncias (Fiore, 2004). O desenvolvimento industrial fez com que a função mediadora e integradora das famílias fosse delegada a outras instituições como creches, escolas e meios de comunicação. Houve também choques culturais e “aculturação” nas sociedades, ou seja, abandono dos valores clássicos sem substituição por outros com o mesmo potencial de integração social. Fatos como a desagregação familiar, o abandono social e a produção de novas substâncias (sintéticas e cada vez mais acessíveis), foram característicos desta época. O uso de substâncias psicoativas acompanhou essa evolução industrial, na qual, mudanças no estilo de vida das pessoas fizeram com que o seu consumo passasse de um uso ritualizado (religioso), terapêutico (medicinal) e/ou prazeroso (recreativo) para uma busca exacerbada de fuga e alívio da realidade imediata (Hallal & Halpern, 2002). Na sociedade contemporânea este uso tornou-se generalizado e abusivo, afetando a coletividade, quer pelas suas consequências no nível da saúde pública, quer pela criminalidade a ela associada. Conhecemos as dramáticas consequências que advêm, em termos de saúde física e mental, da intoxicação crônica ou periódica, provocada pelo abuso de substâncias psicoativas cada vez mais elaboradas.

De acordo com Lessa (1998), pesquisas mostram que o consumo de substâncias psicoativas está em franco crescimento no mundo e, além das substâncias naturais (plantas, frutos e raízes - citadas na subseção anterior) e seus derivados modernos (opiáceos, heroína, cocaína, inalantes, destilados alcoólicos e anfetaminas<sup>21</sup>), surgiram os ácidos (LSD<sup>22</sup> e ketamina) e, também, as substâncias “pós-modernas” (as “metas”), que nada mais são que as antigas com muito mais potência. As anfetaminas, manipuladas em laboratórios, foram transformadas em metanfetaminas como o *ecstasy* (MDMA<sup>23</sup>) que começou a ser difundido em pequenos círculos e ganhou mundo, e o *ice* (chamado no Brasil de “cristal”), proporciona aos seus usuários efeitos psicoativos muito mais duradouros que os do *crack* (derivado da cocaína), e é encontrado, geralmente, em festas chamadas *haves*. Lessa (1998) aponta que enquanto os mercados globais para a heroína, cocaína e maconha diminuíram ou permaneceram estáveis, a produção de novas “drogas” sintéticas aumentou.

---

<sup>21</sup> Substâncias fabricadas (sintetizadas) em laboratórios, não sendo, portanto de origem natural. São estimulantes do sistema nervoso (Lemos & Zaleski, 2004).

<sup>22</sup> Acrônimo de *Lysergsäurediethylamid*, palavra alemã para a Dietilamida do Ácido Lisérgico, é uma substância sintética fabricada em laboratório (fonte: <http://www.imesc.sp.gov.br/infodrogas/lsd25.htm>, jun. 2012).

<sup>23</sup> O MDMA (*N-Metil-3,4-metilenodioxiamfetamina*) é uma substância com intensa atividade psicotrópica. Pertence a classe das feniletilaminas (fonte: <http://www.qmc.ufsc.br/qmcweb/artigos/ecstasy.html>, jun. 2012).

Ponderar sobre substâncias psicoativas tornou-se um dos temas mais controvertidos na sociedade contemporânea, em que é possível observar uma confluência de interesses, cujo significado, abrange desde a área médica, farmacológica, social, psicológica, econômica até a área política (Knobel, 1988). Talvez chamar pejorativamente essas novas substâncias sintéticas (fabricadas em laboratórios clandestinos) de “drogas”, seja uma alternativa interessante para diferenciar das substâncias que foram contextualizadas anteriormente. Porém, mesmo que todas as substâncias psicoativas fossem consideradas “drogas”, há uma tendência social de agregar o termo apenas às substâncias consideradas ilegais. Isto acaba sendo reforçado quando os meios de comunicação, a mídia sensacionalista em geral, tratam das “drogas”, se referindo ao tráfico, que é uma atividade criminosa (Seidl & Costa, 1999).

Segundo Zago (1999), enquanto os interesses midiáticos convergirem na direção da máxima jornalística “vender matéria a qualquer preço”, forjando catastrofização das substâncias psicoativas e associando-as ao crime, a discussão que verdadeiramente interessa pouco avançará. Para este autor, trata-se de um pressuposto simplista afirmar que as substâncias psicoativas ilícitas causam ações criminosas ou perversas. Sobre isto, Seidl e Costa (1999) esclarecem que a polêmica em torno da discussão do que é lícito ou ilícito gera a convicção de que a sociedade precisa debater mais e profundamente a presença das substâncias psicoativas no contexto da vida de seus cidadãos. Para isso, entretanto, é fundamental abrir mão de preconceitos institucionalizados, sobre o assunto, e encarar o usuário como sujeito de deveres e direitos. Do ponto de vista da legalidade, as substâncias psicoativas são abarcadas e dispostas como lícitas e ilícitas, conforme mostraremos a seguir.

## **1.2. Substâncias psicoativas lícitas e ilícitas**

Segundo Araújo (2008), as substâncias psicoativas lícitas, são aquelas, que mesmo alterando o comportamento dos indivíduos, podem ser produzidas, comercializadas e consumidas livremente. No entanto, por serem liberadas, não significa que não trazem prejuízos à saúde mental, física e social. Mesmo assim, são liberadas por lei e aceitas pela sociedade, como as bebidas alcoólicas, que em muitos países, são consumidas em grande quantidade e muitos são os problemas acarretados ao âmbito social por esse tipo de substância psicoativa, como acidentes de automóvel, violência doméstica, problemas no trabalho, cirrose hepática, etc. (Pinsky & Silva, 1995).

No Brasil, as substâncias psicoativas lícitas mais utilizadas pela população em geral são: bebidas alcoólicas; tabaco; benzodiazepínicos (medicamentos para reduzir ansiedade ou

induzir ao sono); xaropes (medicamentos para controlar a tosse e que podem conter codeína); anorexígenos (medicamentos para reduzir o apetite e controlar o peso) e anabolizantes (hormônios usados para aumentar massa muscular), dentre outros (Gasparini, 2003). É importante lembrar que, embora tidas como lícitas, a legislação brasileira proíbe a comercialização de álcool e tabaco para pessoas com idade menor de 18 anos (Pinsky & Silva, 1995). Um detalhe curioso a ser citado é que a cerveja (droga lícita) é a bebida mais consumida pelo povo brasileiro; depois vêm os medicamentos/drogas como: fluoxetina (prozac®), clonazepam (rivotril®) e bromazepam (lexotan®). Também, cabe ressaltar que o metilfenidato (ritalina®/concerta®) é uma substância psicoativa lícita que teve grande aumento de consumo entre crianças brasileiras, nos últimos anos. Seidl e Costa (1999) alegam que, por serem as mais utilizadas, as substâncias psicoativas lícitas são as que mais acarretam prejuízo à saúde pública. A psiquiatra Jane Lemos, presidente da Associação Médica do Estado Pernambuco (AMPE), afirma que:

Apesar do cotidiano de notícias na mídia nacional sobre drogas retratar a gravidade da questão das drogas no país, do ponto de vista de saúde pública, os estudiosos do tema consideram que há distorções em relação a real situação de consumo. Por exemplo, entre as causas de óbitos relacionadas com drogas, mais de 95% são devidas a drogas legais, lícitas, como álcool e fumo; no entanto o foco da mídia sempre se volta para as drogas ilegais [...] quando comparadas com mortes no trânsito ou com a mortalidade infantil, são ínfimas (Lemos, 2010, p. 2).

Para Minayo (2003), devido à condição de legalidade e aceitação cultural das bebidas alcoólicas, estas sempre ocupam o lugar de destaque na sociedade. De acordo com Levi e Schmitt (1996), o consumo de bebidas alcoólicas vem aumentando consideravelmente e, na mesma proporção, a sua produção. O Brasil tem disputado, nos últimos anos, o primeiro lugar entre os maiores produtores mundiais de bebidas como a cerveja e o vinho.

As substâncias psicoativas ilícitas, segundo Araújo (2008), são substâncias proibidas por lei. No entanto, a proibição por lei não reduz o seu comércio. É importante pontuar que algumas substâncias psicoativas que são ilícitas em determinados países (como álcool em alguns países árabes) são permitidas e de uso corrente em outros, onde o consumo é aceito culturalmente. A demanda por regulamentação e controle social representa, de forma geral, uma grande preocupação de políticos e estadistas do mundo todo (Pinsky & Silva, 1995). Todavia, fica a pergunta – qual é o viés operante nos processos decisórios de regulamentação

das “drogas” (os quais envolvem ciência, política e indústria farmacêutica)? No Brasil, as substâncias psicoativas ilícitas mais consumidas são: maconha; cocaína; heroína; inalantes; clorofórmio; anfetaminas; metanfetaminas e chá de cogumelos, dentre outras (Gasparini, 2003). Por serem proibidas, essas substâncias entram no país de forma ilegal através do tráfico que promove a comercialização clandestina (sem autorização das autoridades).

Conforme Grynberg e Kalina (1999), a carência de estatísticas sociais dignas de confiança sobre esta entrada, é considerável e as dificuldades que enfrenta aquele que quiser estudar o tema são ainda maiores, notadamente pela maneira repressora, como a comunidade conservadora se apresenta frente ao usuário de substâncias psicoativas, não sabendo distinguir o usuário do criminoso. Para Silva (1997), as “medidas repressivas reduzem o número de usuários ocasionais, mas a quantidade de dependentes, que é o que importa não diminui” (p. 134). Os instrumentos legais que proíbem o uso de substâncias psicoativas multiplicam-se como se pudessem resolver uma questão humana tão antiga e tão complexa, com apenas golpes de leis. Novamente, é importante lembrar que o comportamento de fazer uso de substâncias psicoativas não é um fenômeno recente. Leis foram criadas, depois foram alteradas; no entanto, a prática do uso de substâncias entorpecentes não mudou (Charbonneau, 1987).

Dessa forma, o que realmente há de novo, na atualidade, não é o fenômeno das “drogas”, mas sim a espantosa quantidade de substâncias psicoativas existentes, além da viabilidade de sua aquisição e o crescente número de dependentes, especialmente entre adolescentes e crianças. Observa-se que houve uma evolução do uso maciço de substâncias psicoativas. O que era restrito à grupos isolados de indivíduos adultos, ampliou-se para jovens universitários, depois secundários e, atualmente, alcançou até mesmo os alunos das escolas de ensino fundamental (Murad, 1987).

### **1.3. Uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas**

É necessário, inicialmente, ressaltar que nem todo o indivíduo que faz uso de substâncias psicoativas é um dependente químico (toxicodependente - viciado). Esclarecemos, portanto, que há diferença entre usuário, abusador e dependente. Segundo as considerações de saúde pública, sociais e educacionais da ONU (Organização das Nações Unidas), constantes do *site* do IMESC/SP (Instituto de Medicina Social e Criminologia de São Paulo), podemos distinguir quatro tipos de usuários de substâncias psicoativas:

- **Usuário experimental** ou **experimentador**: limita-se a experimentar uma ou várias “drogas”, por diversos motivos, como curiosidade, desejo de novas experiências, pressão de grupo etc. Na grande maioria dos casos, o contato com “drogas” não passa das primeiras experiências.
- **Usuário ocasional**: utiliza um ou vários produtos, de vez em quando, se o ambiente for favorável e a droga disponível. Não há dependência, nem ruptura das relações afetivas, profissionais e sociais.
- **Usuário habitual** ou **“funcional”**: faz uso freqüente de “drogas”. Em suas relações já se observam sinais de ruptura. Mesmo assim, ainda “funciona” socialmente, embora de forma precária e correndo riscos de dependência.
- **Usuário dependente** ou **“disfuncional”** (dependente, toxicômano, drogadito, farmacodependente, dependente químico): vive pela droga e para a droga, quase que exclusivamente. Como consequência, rompe os seus vínculos sociais, o que provoca isolamento e marginalização, acompanhados eventualmente de decadência física e moral. É aquele usuário conhecido vulgarmente como “viciado”.

No processo de instalação da dependência, primeiramente surge o desejo irresistível e compulsivo, de fazer uso da substância psicoativa e de consegui-la a qualquer “preço”. Em seguida, se estabelece a tolerância, havendo necessidade de aumentar a dose, para obter os mesmos efeitos e finalmente, instala-se a dependência, surgindo um conjunto de sinais e sintomas (físicos e psíquicos), após a interrupção do consumo da substância psicoativa de escolha. De acordo com a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) a dependência de substância consiste:

Na presença de um agrupamento de fenômenos comportamentais, cognitivos e fisiológicos que se desenvolvem depois de repetido consumo de uma substância psicoativa, tipicamente associado ao desejo poderoso de tomar a droga, à dificuldade de controlar o consumo, à utilização persistente apesar das suas conseqüências nefastas, a uma maior prioridade dada ao uso da droga em detrimento de outras atividades e obrigações, a um aumento da tolerância pela droga e por vezes, a um estado de abstinência física (*American Psychiatric Association*, 2002, p. 208).

A dependência de substâncias psicoativas, no campo da medicina, é considerada uma doença crônica, progressiva e fatal caso não seja detida e tratada a tempo. Trata-se da expressão de um sofrimento auto-induzido, um sintoma de inadaptação, um vazio que o dependente vai preencher com a “droga” e determina dificuldades físicas, psíquicas e sociais (Pinto-Coelho, 1998). O estado de dependência, tratado por Skinner (1953/2003) pela terminologia “vício”, pode ser entendido como forma de fuga:

Certas drogas provêm de uma fuga temporária da estimulação aversiva condicionada ou incondicionada bem como de respostas emocionantes acompanhantes [...]. O indivíduo que se empenha em um comportamento que foi punido, e que, portanto se sente culpado ou envergonhado, é reforçado quando bebe álcool porque os estímulos aversivos autogerados são assim suprimidos [...]. A palavra “vício” muitas vezes é reservada para o caso em que a droga fornece fuga dos efeitos aversivos denominados sintomas de retirada, que foram produzidos anteriormente pelo próprio uso da droga. O álcool pode levar a essa espécie de vício, mas drogas como morfina e cocaína demonstram-no mais claramente. O vício a esse ponto é um problema diferente, mas o uso anterior da droga pode geralmente ser explicado por seus efeitos sobre as conseqüências da punição (p. 396).

É importante compreendermos os determinantes do comportamento saudável, dado o papel que desempenha no estado geral da saúde. Muitas doenças físicas estão estreitamente ligadas a formas pouco saudáveis de comportamento, como o abuso de álcool e outras substâncias psicoativas (Pinto-Coelho, 1998). Estudos mostraram que indivíduos sob o efeito de álcool, por exemplo, têm mais probabilidades de ter práticas sexuais de alto risco, em comparação a indivíduos que não estão sob o mesmo efeito, o que os coloca em alto risco de uma série de doenças sexualmente transmissíveis (DST), inclusive a AIDS (*Acquired Immune Deficiency Syndrome*) (Ranrakha & col, 2000). Em linhas gerais, a dependência de substâncias psicoativas é mundialmente classificada entre os transtornos psiquiátricos, sendo considerada como uma doença crônica que acompanha o indivíduo por toda a sua vida; porém, a mesma pode ser tratada e controlada, reduzindo-se os sintomas, alternando-se, muitas vezes, períodos de controle dos mesmos e de retorno da sintomatologia (Aguilar & Pillon, 2005).

De acordo com Aguilar e Pillon (2005), a dependência de substâncias psicoativas provoca alterações no funcionamento do cérebro que prejudicam o desempenho da pessoa na

vida familiar, na vida social, no trabalho, nos estudos, na compreensão de si e dos outros, na possibilidade de autocrítica, na tolerância aos problemas e na possibilidade de ter prazer na vida em geral. A ênfase, então, no estudo do consumo de substâncias psicoativas, desloca-se das alterações cerebrais à saúde (como um todo) para a observação de como os seres humanos vivem em sua realidade cotidiana (Pinto-Coelho, 1998). Esse viver cotidiano pode ser saudável ou não, dependerá de como esse modo de viver foi aprendido. Ter um bom suporte social pode significar um fator de proteção para problemas, inclusive os relacionados a dependência de substâncias psicoativas. Segundo Caballo (2003), há poucos transtornos nos quais não esteja implicado, em maior ou menor grau, o ambiente social que rodeia o indivíduo. É de suma importância que o indivíduo seja capaz de estabelecer interações saudáveis, lembrando que para isso é necessário termos uma sociedade que ofereça o mínimo de preparo para os desafios da vida.

Conforme observamos anteriormente, nos últimos anos, novas substâncias psicoativas e novos padrões de consumo, associados à difusão do uso indiferenciado – por populações marginais até a população em geral, sem distinguir idade, sexo, raça, classe social, situação econômica, credo religioso, ou ausência deste, ou ainda formação cultural; todos sem exceção podem ser atingidos – despertaram a necessidade de afrontar a questão das “drogas” e de sua dependência de forma generalizada e multidisciplinar, com a participação da comunidade e das instituições. No entanto, não é proposta desse trabalho a vertente “bio” da doença, nos moldes da patologia (*American Psychiatric Association*, 2002, p. 208) que, como tal, se restringe a área médica e demanda tratamento. Nosso objetivo, como já fora dito antes, é investigar e discutir o período que antecede a doença, ou seja, somente o comportamento de usar a substância psicoativa. Delimitamos assim nossa pesquisa, porque entendemos que esse comportamento de consumir substância psicoativa, que precede a dependência ou “vício” (Skinner, 1953/2003), trata-se de um comportamento aprendido e que se constitui nas relações: ambiente – indivíduo – outro (pessoa e/ou instituição).

Diante desta breve contextualização, acreditamos ter elencado subsídios históricos para, no capítulo seguinte, dar continuidade ao estudo almejado. Vimos, ao ponderar sobre a historicidade e aspectos gerais das substâncias psicoativas, que em cada momento histórico elas assumiram características que estão intimamente ligadas às necessidades humanas (sociais, culturais, espirituais e econômicas). Assim, buscaremos o entendimento que a Análise do Comportamento tem sobre a temática proposta, não pelo viés da saúde (biológico), e sim, pelo da educação (sociocultural).

## 2. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Neste segundo capítulo, nos dedicaremos ao entendimento da relação dos indivíduos com as substâncias psicoativas, sob a luz da Análise do Comportamento, buscando oferecer um panorama mais amplo sobre o referencial teórico adotado. Na intenção de localizar o nosso principal teórico, B. F. Skinner, faremos uma modesta explanação sobre a origem e trajetória do seu Comportamentalismo Radical, destacando algumas transformações ocorridas durante o desenvolvimento de sua obra. Em seguida, serão estudados os aspectos básicos da teoria skinneriana sobre a aprendizagem e, para finalizar, discutiremos o uso de substâncias psicoativas como um comportamento aprendido.

### 2.1. Trajetória inicial da obra de B. F. Skinner

Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), de acordo com Schultz e Schultz (2002), foi por décadas, a partir dos anos 50, o mais influente teórico no campo da psicologia. “São muito amplas suas áreas de interesse em sua longa carreira, bem como suas implicações para a sociedade moderna” (p. 277). A psicologia de B. F. Skinner é, sob muitos aspectos, um reflexo das suas primeiras experiências de vida<sup>24</sup>. “Ele considerava a vida um produto de reforços passados e afirmava que a sua própria vida fora tão predeterminada, organizada e ordeira quanto o seu sistema ditava que todas as vidas humanas fossem” (Schultz & Schultz, 2002, p. 278).

Ao longo do século XX, B. F. Skinner enfrentou muitos críticos que não concordavam com suas ideias, mas, em hipótese alguma, esses teóricos puderam ignorá-las (Tourinho, 1987). No início de seus estudos, colocava ratos e pombos em caixas de condicionamento (popularmente conhecidas como “Caixas de Skinner”). Ele tentava entender como animais “inferiores” podiam ajudar a compreender os comportamentos humanos complexos. O emprego de suas ideias levou ao desenvolvimento de um conjunto de ferramentas de ensino que, ainda hoje, está presente em muitos estabelecimentos de educação (Matos, 1993).

Para Schultz e Schultz (2002), os primeiros anos da obra de B. F. Skinner podem ser colocados como o coroamento de uma tradição dentro da Psicologia Experimental, que teve como pioneiros Herman Helmholtz, Johannes Müller e Wilhelm Wundt (todos físicos e

---

<sup>24</sup> Nascido em uma família presbiteriana conservadora, teve uma infância bem disciplinada e tradicional (Skinner, 1976).

fisiologistas). Como precedentes da teoria de B. F. Skinner destacam-se o fisiologista russo Ivan Petrovich Pavlov (1849-1936), o psicólogo Edward Lee Thorndike (1874-1949) e o psicólogo John Broadus Watson (1878-1958) (Schultz & Schultz, 2002).

De acordo com Schultz e Schultz (2002), os trabalhos de Edward L. Thorndike e de Ivan P. Pavlov foram descobertos simultaneamente, porém, de forma independente. Ambos formam o alicerce dos primeiros estudos de B. F. Skinner. A contribuição particular de Ivan P. Pavlov foi mostrar experimentalmente como os reflexos condicionados eram adquiridos e como poderiam ser removidos (Pavlov, 1934/1984). Em 1913, John B. Watson publicou o artigo *Psychology as the Behaviorist Views it*, um artigo que apresentou uma contraposição à tendência mentalista da psicologia do início do século XX, além de ser o primeiro texto a usar o termo Comportamentalismo (Watson, 1913/1994). Segundo Schultz e Schultz (2002), os pilares básicos do Comportamentalismo de John B. Watson eram simples, diretos e ousados.

Para ser uma ciência objetiva, a psicologia do comportamento tinha de rejeitar todos os conceitos e termos mentalistas. Palavras como *imagem, mente e consciência* - herança dos dias da filosofia mental - não tinham sentido para uma ciência como essa. Watson era de particular veemência na sua rejeição do conceito de consciência (p. 211).

Conforme Matos (1998), o Comportamentalismo surge como oposição ao pensamento dominante daquela época (*Zeitgeist*<sup>25</sup>), de que a psicologia deveria estudar a consciência ou “mente” dos indivíduos. John B. Watson opunha-se fortemente a esse movimento mentalista, tentando mostrar que era impossível o estudo de conteúdos cognitivos. Porém, Skinner (1974/2009) considerou essa ênfase anti-mentalista de John B. Watson um tanto prematura e extrema.

Os primeiros behavioristas gastaram muito tempo e confundiram um problema central importante ao atacar o estudo introspectivo da vida mental. O próprio Watson [...]. Sua nova ciência também nasceu, por assim dizer, prematuramente. Havia muito poucos fatos científicos a respeito de comportamento – em particular de comportamento humano. Escassez de fatos é sempre um problema para uma nova

---

<sup>25</sup> Termo alemão cuja tradução significa “espírito da época” ou “clima intelectual de uma época”. É o conjunto de características genéricas de um determinado período de tempo (Schultz & Schultz, 2002).

ciência, mas no programa agressivo de Watson, num campo tão vasto como do comportamento humano, foi especialmente prejudicial (p. 9).

B. F. Skinner também, ao observar os estudos de Ivan P. Pavlov, interessou-se pela descoberta do reflexo condicionado<sup>26</sup>. Ivan P. Pavlov, em 1884, havia descoberto que, além dos reflexos inatos, era possível desenvolver nos animais e nos seres humanos, reflexos aprendidos (Skinner, 1953/2003). Através de experimentos laboratoriais, verificou que o cão salivava não só quando via o alimento (reflexo inato), mas também perante outros sinais associado ao alimento, como os passos do tratador ou o som de uma campainha (reflexos condicionados ou aprendidos) (Fadiman & Frager, 1979).

De acordo com Skinner (1953/2003), existem dois tipos de comportamentos: o comportamento respondente e o comportamento operante. Associado ao comportamento respondente está o condicionamento (aprendizagem) respondente e associado a comportamento operante está o condicionamento (aprendizagem) operante. B. F. Skinner entendia que o condicionamento respondente desempenhava pequeno papel na maior parte do comportamento do ser humano, o que justifica maior interesse pelo condicionamento operante. Skinner (1953/2003) observa que o comportamento respondente é controlado por um estímulo precedente e o comportamento operante é controlado por suas consequências, isto é, os estímulos que se seguem à resposta. É selecionado pelas consequências ambientais que pode vir de um passado distante (Skinner, 1969/1984b).

Em outras palavras, consequências produzidas no passado podem provocar a emissão de operantes em épocas muito posteriores. Conforme Skinner (1969/1984b) para a emissão do operante falta, muitas vezes, um evento antecedente ambiental imediato, ao qual se possa atribuir uma condição de causa da emissão. Já em relação a resposta reflexa, ao contrário, é sempre antecedida de um evento ambiental imediato. Assim, respondentes incondicionais dependem da história de variação e seleção responsável pela evolução da espécie. Como já foi dito anteriormente, respostas incondicionais podem passar a ocorrer emitidos após a apresentação de novos estímulos, como aconteceu no “estudo dos cães” de Ivan P. Pavlov.

---

<sup>26</sup> Condicionamento Clássico - desenvolvido por Ivan Petrovich Pavlov. Ele fez experiências envolvendo um cão, uma campainha e um pedaço de carne. Pavlov percebeu que o cão salivava quando via o pedaço de carne, o que foi chamado de reflexo incondicionado. Depois Pavlov começou a tocar a campainha (estímulo neutro) quando ia mostrar o pedaço de carne. Rapidamente o cão passou a associar a carne com a campainha, salivando também toda vez que ela era tocada. Essa reação a um estímulo neutro foi chamada de reflexo condicionado (Pavlov, 1984).

As técnicas de condicionamento pavlovianas deram à ciência da psicologia um elemento básico, o átomo do comportamento, uma unidade concreta operacional a que o comportamento humano complexo podia ser reduzido e servir como objeto experimental em condições de laboratório (Schultz & Schultz, 2002, p. 229).

Uma característica importante desse estudo foi a ênfase na teoria S-R (estímulo-resposta). B. F. Skinner observou no trabalho de Ivan P. Pavlov, que havia um problema na teoria do S-R, isto é, a não inclusão da ação do ambiente sobre o organismo após a emissão da resposta (Skinner, 1969/1984b). Neste sentido, a grande contribuição de B. F. Skinner à análise experimental do comportamento consistiu em deslocar o foco de atenção da relação estímulo-resposta (S-R) para a relação existente entre a ação do organismo sobre o meio (ambiente) e a resposta do meio à ação do organismo (Skinner, 1953/2003).

Com esse novo olhar, para explicar as relações entre o comportamento humano e o seu ambiente, B. F. Skinner sistematizou o “Modelo de Seleção por Consequências” e desenvolveu os princípios do “Condicionamento Operante” (Skinner, 1953/2003, 1981/2007, 1974/2009). Suas conclusões partem de uma trajetória de pesquisa empírica em laboratório, e, suas descobertas, relacionadas às variáveis que afetam o comportamento, levando-o ao desenvolvimento de um modelo explicativo das relações encontradas entre os eventos ambientais e os comportamentos.

A expressão ‘seleção pelas consequências’ é mais do que isso, ela de fato resume o modelo proposto por B. F. Skinner para o estudo do comportamento. Para ele, não só as características anatômicas e fisiológicas, mas também as comportamentais passam por sucessivos crivos de uma seleção baseada nos contatos dos organismos vivos com seu ambiente. Todo ser vivo evolui e transforma-se continuamente (razão porque, certa vez, indagado, disse: ‘estudo o movimento dos organismos’) (Matos, 1990, p. 2).

Enquanto a psicologia se ajustava a essas novas descobertas, B. F. Skinner continuou pesquisando e percebeu que havia mais na relação comportamental do que simplesmente estímulos e respostas. Skinner (1969/1984b) observou que o contexto (variáveis ambientais) exercia forte controle sobre o comportamento e fez experimentos que demonstraram que isso de fato ocorria.

Toda formulação dos comportamentos em termos de estímulo e resposta, ou de entrada e saída, sofre uma séria omissão. Nenhuma descrição do intercâmbio entre organismo e meio ambiente estará completa enquanto não incluir a ação do ambiente sobre o organismo depois da emissão da resposta (p. 180).

No trabalho de B. F. Skinner, a causa para determinado comportamento não estava antes de sua execução, sob a forma de um estímulo, mas logo após, isto é, no resultado que a ação do organismo (indivíduo) causa em seu ambiente. “Os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez, são modificados pelas conseqüências de sua ação” (Skinner, 1957, p. 3). Os comportamentos não acontecem por acaso, se prestarmos atenção os comportamentos são produzidos num contexto e as contingências (relações de dependência entre eventos) presentes neste, são capazes de modificar esses comportamentos (Skinner, 1969/1984b). Deste modo, B. F. Skinner instituiu a teoria Sd-R-Sr (estímulo discriminativo-resposta-estímulo reforçador), ou seja, o condicionamento (aprendizado) ocorre se, após a resposta (R), existir um estímulo reforçador (Sr), que pode ser um reforço<sup>27</sup> (positivo ou negativo) que fortaleça o comportamento (aumentando sua probabilidade de ocorrência), ou uma punição (positiva ou negativa) que enfraqueça o comportamento em situações semelhantes posteriores. Assim, o estímulo discriminativo, a resposta e o estímulo reforçador são elementos centrais nessa compreensão, pois são os subsídios básicos por meio dos quais os seres humanos adquirem e modificam seus hábitos (Skinner, 1953/2003).

Estamos interessados então, nas causas do comportamento humano. Queremos saber por que os homens se comportam da maneira como o fazem. Qualquer condição ou evento que tiver o efeito demonstrável sobre o comportamento deve ser considerado. Descobrimos e analisando essas causas poderemos prever o comportamento; poderemos controlar o comportamento na medida em que possamos manipular (Skinner, 1953/2003, p. 24).

Os estudos de B. F. Skinner, melhor delineados no final de sua carreira, correspondem a uma postura diferente do Comportamentalismo Clássico (de John B. Watson), transcendendo o modelo estímulo-resposta (S-R), originando a própria filosofia do

---

<sup>27</sup> Reforço é um estímulo que fortalece ou enfraquece determinado comportamento (Skinner, 1953/2003).

comportamento, denominada Comportamentalismo Radical<sup>28</sup> (Abib, 1985; Tourinho, 2006). É importante salientar, que o Comportamentalismo sugerido por B. F. Skinner (entendido como proposta filosófica) não pode ser confundido com a Análise do Comportamento (ciência do comportamento humano).

Segundo o próprio Skinner (1974/2009) “o Comportamentalismo não é a ciência do comportamento humano, mas, sim, a filosofia dessa ciência” (p. 7). Block (2003) esclarece que a Análise do Comportamento é uma ciência natural que estuda o comportamento, e como tal, sua prática se dá num âmbito maior e comum a todos os seres humanos. Isso porque a Análise do Comportamento é, além desse campo filosófico (Comportamentalismo Radical), um campo de pesquisa básica e metodológico (Análise Experimental do Comportamento) e um campo de aplicação de conhecimentos e técnicas (Análise Aplicada do Comportamento).

B. F. Skinner expos, pela primeira vez, a filosofia da Análise do Comportamento (Comportamentalismo Radical) no artigo *The Operational Analysis of Psychological Terms*, de 1945. Depois, na obra *Science and Human Behavior*, de 1953, essa exposição foi aprofundada, mostrando suas implicações para o estudo do comportamento humano. Seu pensamento continuou evoluindo e, em 1974, em *About Behaviorism*, uma obra mais acessível ao grande público, sua postura filosófica pôde ser melhor compreendida (Fadiman & Frager, 1979). Os resultados derivados das análises e aplicações da obra de B. F. Skinner, apontam para a importância que tem o ambiente na determinação das relações comportamentais. Partindo de situações simples e controladas, B. F. Skinner engajou-se numa aventura de grande significado para o conhecimento humano.

## 2.2. B. F. Skinner além dos laboratórios

O Comportamentalismo de B. F. Skinner, enquanto filosofia está intrinsecamente relacionado à sua ciência (Análise do Comportamento). Ainda assim, existem outras várias correntes filosóficas relacionadas à Análise do Comportamento. É importante dizer que, segundo Tourinho (2006), se fossemos tentar estabelecer uma definição de corrente filosófica, adequada ao Comportamentalismo de B. F. Skinner, seria extremamente complicado e arriscado demarcar de forma exata seus compromissos filosóficos. Há interpretações mecanicistas (Overton, 1984), fisicalistas (Creel, 1980), materialistas (Flanagan Jr., 1980), contextualistas (Morris, 1988), selecionistas (Moxley, 1999; Micheletto, 2001) e pragmatistas

---

<sup>28</sup> O termo “radical” não é no sentido de ser extremado ou rígido, mas no sentido que vai à raiz, ao âmago da questão (Hübner, 2005).

(Abib, 2001a; Malone, 2004; Chiesa, 1994/2006), dentre outras; o que torna complexa a explanação de uma definição.

Na introdução do livro “Sobre o Behaviorismo”, Skinner (1974/2009) enumera vinte críticas que são comumente feitas ao seu Comportamentalismo e que, em sua opinião, são infundadas - “Creio que são todas falsas” (p. 7). Entretanto, focaremos especialmente em duas de grande importância para a discussão proposta por esta pesquisa. As críticas fazem referência à crença de que o Comportamentalismo de B. F. Skinner seria uma “psicologia positivista-reducionista” do S-R (estímulo - resposta) e que por não se referir diretamente à mente humana, é vista (pelos mentalistas) como uma “psicologia superficial” (Schultz & Schultz, 2002).

Esse olhar não corresponde com a realidade da teoria comportamental de B. F. Skinner, como mostraremos no decorrer desta seção, e não se sustenta na atualidade; ainda assim, a crítica mais comumente observada nos meios acadêmicos, que acusa o Comportamentalismo de ser positivista-reducionista, tem suas causas históricas de existirem: consequência de seus primeiros anos de vida<sup>29</sup> (Moxley, 1999) e a associação equivocada ao trabalho de John B. Watson (Matos, 1997). Para Luna (2000) é inaceitável “que as pessoas escrevam críticas sem se darem ao trabalho de estudar a obra criticada. Que se escrevam textos em que afirmam posições de Skinner que ele passou anos negando” (p. 147). Tendo esse cuidado com a obra de B. F. Skinner, ao invés de tentar apresentar um ponto exato no qual este possível rompimento tenha acontecido, entendemos que a melhor maneira de dissertar sobre essa questão é expor partes da obra de B. F. Skinner que revelam o seu afastamento do mecanicismo de forma gradual e, com isso, o aproxima cada vez mais do selecionismo (Moxley, 1999).

Como contextualizamos na seção anterior, o Comportamentalismo foi apresentado inicialmente por meio das pesquisas de John B. Watson (1878-1958), que tinha como pretensão fazer da psicologia uma ciência empírica. Chamado de Comportamentalismo Clássico recebeu grande influência do positivismo lógico, que estabelecia como verdade científica aquilo que pudesse ser consensualmente observado (Schultz & Schultz, 2002). Destarte, esse Comportamentalismo de John B. Watson estabeleceu como objeto da psicologia somente o comportamento observável (e que pudesse ser mensurado), negando a

---

<sup>29</sup> B. F. Skinner foi preparado para seguir a tradição determinista de explicação calvinista. “Muito da minha posição científica parece ter começado como teologia presbiteriana, não muito longe da congregacional [teologia determinista] de Jonathan Edwards” (Skinner, 1983a, p. 403, tradução nossa) – Original: “*Much of my scientific position seems to have begun as Presbyterian theology, not too far removed from the congregational of Jonathan Edwards*”.

subjetividade (mente) dos indivíduos. Isso esclarece, de certa forma, o porquê do Comportamentalismo tornar-se pejorativamente conhecido como uma psicologia mecanicista e reducionista.

Todavia, Schultz e Schultz (2002) comentam que B. F. Skinner, através do Comportamentalismo Radical, apresenta o conceito de operante e, em seguida, define o que entende por aprendizagem. Com isso B. F. Skinner rescinde a imagem vigente de que o Comportamentalismo se resume apenas em estímulo-resposta (Tourinho, 2006).

A ação de um estímulo em ‘eliciar’ uma resposta era um bom exemplo de controle, e vários comportamentalistas permaneceram comprometidos com alguma versão do esquema estímulo-resposta por muitos anos; mas, de acordo com meus experimentos, o que acontecia depois que um organismo se comportava desempenhava um papel muito mais importante do que o que acontecia antes (Skinner, 1989/1991, p. 176).

Observamos então, que o distanciamento do conceito de reflexo (S-R), como base para uma ciência do comportamento, e a adoção do conceito de condicionamento operante (Sd-R-Sr) como foco das pesquisas, fizeram com que B. F. Skinner renunciasse às relações de necessidade e assumisse a noção de relações funcionais e de probabilidade de respostas (Moxley, 1999). O homem, nesse referencial, pode ser considerado como o produto de um processo evolutivo e selecionista (Hübner, 2005). De acordo com Skinner (1953/2003), a seleção por consequências contempla as relações funcionais entre o comportamento dos organismos e o ambiente em três níveis de variação e seleção: a) o nível filogenético (que determina a partir da seleção natural, os organismos e suas características fenotípicas e genotípicas); b) o nível ontogenético (da história de vida do indivíduo); e c) o nível cultural (relativo às práticas culturais de uma comunidade/sociedade).

Deste modo, de acordo Hübner (2005), o indivíduo passa a ser explicado, por B. F. Skinner, como o resultado da evolução das espécies (da seleção filogenética), da interação com o seu ambiente social (da seleção ontogenética) e das práticas culturais (da seleção cultural), como já mencionados antes. Entretanto, segundo Matos (1997), no início de sua carreira (de 1930 a 1938), período onde a influência de uma concepção de ciência adotada pela física newtoniana era proeminente, B. F. Skinner expôs uma abordagem estritamente experimental e mecanicista, evidenciada pelo Comportamentalismo de John B. Watson. O próprio Skinner (1989/1991) admitiu depois, que “estava comprometido em demasia com o ‘reflexo’.” (p. 176).

Para Moxley (1999), em uma mesma produção de B. F. Skinner, em momentos anteriores e posteriores à adoção da noção de operante, é possível notar tanto características mecanicistas quanto selecionistas. Os estudos de B. F. Skinner, inicialmente, estavam sob a influência e a necessidade de uma forte metodologia empírica e, neste sentido, suas primeiras produções permaneceram cercadas pelo paradigma da ciência moderna.

No início do mesmo artigo em que Skinner afirmou a importância da necessidade do reflexo, Skinner (1931/1972) também apoiou uma visão descritiva, pragmática ao dizer que “a explicação é reduzida a descrição e a noção de causalidade substituída pela de função” (p. 449). Isto refletiu um pragmatismo machiano que estava em conflito com a necessidade mecanicista (Moxley, 1999, p. 109, tradução nossa<sup>30</sup>).

Laurenti (2004), corroborando com a citação de Moxley (1999), afirma que: “As influências machianas no modelo explicativo behaviorista radical podem ser evidenciadas, explicitamente, desde o início da obra de Skinner (1931/1961)” (p. 15). De acordo com Moxley (1999), a publicação do artigo intitulado *The Operational Analysis of Psychological Terms*, em 1945, revela que B. F. Skinner já estava dando sinais de uma modificação de pensamento, que influenciaria toda a sequência de sua produção científico-filosófica, diferenciando-a da tradição Comportamentalista Clássica para o início do Comportamentalismo Radical.

Conforme Tourinho (2006) é neste referido artigo (de 1945) que B. F. Skinner inicia um questionamento sobre o papel da definição operacional dos termos, o que leva o desenvolvimento de seu trabalho aos eventos privados (tudo o que ocorre sob a pele) e para o comportamento verbal (de forma geral contrária a proposta comportamental de outros teóricos), afastando-se do positivismo lógico e fortalecendo seus laços pragmatistas<sup>31</sup>. Para Abib (1982, 1985, 2007), B. F. Skinner sofreu as influências do pragmatismo filosófico, que orientaram seu interesse pela previsão e controle do comportamento.

---

<sup>30</sup> Original: “In the same early article that Skinner affirmed the importance of necessity in the reflex, Skinner (1931/1972) also supported a descriptive, pragmatic view in saying that “explanation is reduced to description and the notion of function substituted for that of causation” (p. 449). This reflected a Machian pragmatism that was in conflict with mechanistic necessity”.

<sup>31</sup> Referente ao pragmatismo, cujo principal preceito afirma que a validade de uma idéia deve ser testada por suas consequências práticas. “A expressão popular da perspectiva pragmática é que ‘qualquer coisa é verdade se funcionar’. A noção de pragmatismo fora postulada nos anos 1870 por Charles Sanders Peirce, matemático e filósofo, amigo de toda vida de James. A obra de Peirce permaneceu praticamente desconhecida até James escrever *Pragmatism* (Pragmatismo), em 1907, livro que formalizou a doutrina como movimento filosófico e que constitui uma das principais contribuições filosóficas de James” (Schultz & Schultz, 2002 p. 155).

Segundo Abib (1982), o Comportamentalismo Radical, de B. F. Skinner, distancia-se da psicologia determinista e mecanicista da tradição estímulo-resposta do Comportamentalismo Clássico, de John B. Watson, superando esse paradigma e buscando respostas a questões comportamentais até então não respondidas. Não obstante, Skinner (1971/2000), acerca do Comportamentalismo Metodológico, esclarece que:

O que é chamado de “behaviorismo metodológico” limita-se ao que se pode observar publicamente; os processos mentais podem existir, mas são excluídos de uma abordagem científica pela própria natureza desses processos. Os behavioristas da ciência política e muitos positivistas lógicos em filosofia têm seguido uma linha semelhante. Porém a auto-observação pode ser estudada, e deve ser incluída em qualquer abordagem razoavelmente completa do comportamento humano. [...] O problema surge a partir do fato incontestável da individualidade: uma pequena parte do universo se encerra dentro da pele de um homem. Seria tolice negar a existência desse mundo privado, mas, por outro lado, seria também uma tolice afirmar que por ser privado é de uma natureza diferente do mundo externo (p. 143).

Notamos que, diferentemente da teoria watsoniana, o Comportamentalismo de B. F. Skinner não rejeitou a ideia de que o ser humano tem um mundo interior ou o modo particular como esse mundo é experimentado por cada indivíduo (Skinner, 1969/1984b). De acordo com Matos (1998), B. F. Skinner aceitou a introspecção, mas não como método, e, sim, enquanto um tipo de comportamento verbal (plausível de ser estudado para obtenção de conhecimento do próprio indivíduo), que pode ser questionado, por não haver comprovação da autenticidade do que se relata com o que realmente se passa no interior de cada um.

Matos (1997) assegura que B. F. Skinner não nega a possibilidade da auto-observação nem a sua utilidade para a compreensão do comportamento, apenas questiona a natureza daquilo que é sentido ou observado. Para Skinner (1969/1984b), é simples analisar sentimentos e estados mentais e definir serem eles as causas dos fenômenos comportamentais, sem nos sentirmos inclinados a pesquisar, no entanto, o que no ambiente causou esses processos mentais.

Uma ciência do comportamento não ignora a consciência, como se diz. Pelo contrário, vai muito além das psicologias mentalistas na análise do comportamento

autodescritivo. Sugeriu maneiras melhores de ensino do autoconhecimento e do autocontrole que depende do autoconhecimento (Skinner, 1969/1984b, p. 357).

De acordo com Skinner (1953/2003), a causa do comportamento não está no indivíduo, mas no ambiente (sendo o próprio organismo parte do ambiente). O comportamento, dessa forma, diz respeito à relação do organismo (indivíduo) com um determinado ambiente, levando em consideração aspectos biológicos, culturais e, sobretudo, a história de vida do referido organismo. Nas palavras do próprio Skinner (1971/2000), “nem a introspecção, nem a fisiologia fornecem informações muito adequadas sobre o que se passa no interior do homem, enquanto se comporta [...] e, produzem o mesmo efeito de desviar a atenção do mundo externo” (p. 146).

Para Skinner (1971/2000), é como se houvesse uma informação inadequada no indivíduo, que obscurece o caráter emissor do operante e encobrem o papel seletor (causal) das consequências ambientais. Como aponta Tourinho (1987), a distinção entre físico e mental simplesmente não existe no Comportamentalismo de B. F. Skinner, ou seja, o pensamento e os sentimentos também são eventos físicos. Segundo Skinner (1945/1984a), todo evento que ocorre na natureza/organismo é físico. Há uma frase desse autor que retrata bem essa ideia – “minha dor de dente é tão física quanto minha máquina de escrever, embora não seja pública” (p. 12).

Conforme Skinner (1945/1984a), as atividades consideradas mentais como pensamentos, sentimentos e emoções são também comportamentos, assim como as ações de correr, lutar, dançar ou falar. O que distingue esses últimos exemplos de comportamentos dos primeiros é somente a quantidade de observadores que têm acesso a eles. Correr, por exemplo, é um evento público, já que é acessível a quantos observadores estiverem presentes no momento em que alguém estiver correndo. Os sentimentos, por outro lado, só são acessíveis a quem se comporta, sendo, portanto, um evento privado.

O behaviorismo metodológico e algumas versões do positivismo lógico excluía os acontecimentos privados porque não era possível um acordo público acerca de sua validade. A introspecção não podia ser aceita como uma prática científica e a psicologia de gente como Wilhelm Wundt e Edward B. Titchener era atacada por isso. O behaviorismo radical, todavia, adota uma linha diferente. Não nega a possibilidade da auto-observação ou autoconhecimento ou sua possível utilidade, mas questiona a natureza daquilo que é sentido ou observado e, portanto, conhecido.

Restaura a introspecção, mas não aquilo que os filósofos e psicólogos introspectivos acreditavam “esperar”, e suscita o problema de quanto de nosso corpo podemos realmente observar (Skinner, 1974/2009, p. 18).

Dessa forma, podemos dizer que, para Skinner (1974/2009), o observável é imprescindível na Análise do Comportamento. Entretanto, conforme Matos (1990), o autor deixa de lado o critério de observação consensual (feita por vários indivíduos altamente treinados que confirmam o que foi observado) do positivismo lógico (assumido por John B. Watson) e adota o critério da simples observação, onde o consensual perde a sua importância primordial e a observação realizada por apenas um indivíduo é considerada suficiente.

A objetividade ou concordância de observadores externos não é critério de realidade, nem critério para escolha de objeto de estudo. A restrição existente diz respeito ao acesso (para o qual bastaria um único observador), diz respeito à relação sujeito-fenômeno x observador-fenômeno (Matos, 1990, p. 2).

Diante do que vem sendo colocado e concordando com os estudos de Cruz e Cillo (2008), notamos que o Comportamentalismo de B. F. Skinner (no decorrer do seu desenvolvimento) não permaneceu sob a influência do positivismo lógico (como muitos mentalistas imaginam) e, sim, do empiricismo de Ernst Mach (1838-1916). Conforme Cruz e Cillo (2008), “apesar de Skinner ter iniciado seus estudos de psicologia em um contexto mecanicista, e de haver indícios deste modelo em seus trabalhos iniciais, cedo ele demonstra um afastamento desta posição” (p. 375).

Percebemos, portanto, que a transição do Comportamentalismo de B. F. Skinner, de uma posição mecanicista para uma selecionista (Moxley, 1999), é o resultado de suas formulações empíricas e de sua concepção teórica de ciência, destacadas, nesta seção, como influência de Ernst Mach. Dando voz ao Skinner (1989/1991): “meu compromisso era com o empiricismo de Ernst Mach” (p. 149). Todavia, segundo Cruz e Cillo (2008), B. F. Skinner apresentou como base para suas formulações iniciais, sobre uma ciência do comportamento humano, consideráveis características mecanicistas ao mesmo tempo em que adotou noções de relações funcionais como modelo de análise causal.

Essa postura aparentemente conflitante “parece demonstrar aquilo que Abib (2004) chamou de posição transgressora, que Skinner apresentou durante toda sua obra” (Cruz & Cillo, 2008, p. 379). Para Cruz e Cillo (2008), esta “transgressão” demonstra que B. F.

Skinner inicia seu trabalho dentro de uma atitude mecanicista, mas, ao mesmo tempo, já dava indícios de que sua obra iria para além deste mesmo sistema, influenciado pelo empiricismo de Ernst Mach. Contudo, Fisetete (2009) ainda adverte, que:

Lübbe (1960) defende que Mach pertence mais à tradição fenomenológica que ao positivismo lógico [...] porque sua análise da sensação não é, no essencial, senão a análise da maneira pela qual fazemos a experiência de nós mesmos e da maneira com a qual se forma para nós a consciência de si e de sua existência no todo fenomenal da realidade (p. 536).

Fisetete (2009), ao citar Lübbe, demonstra não apoiar o entendimento de que a influência de Mach sobre B. F. Skinner tenha sido uma “aplicação” do positivismo ou empiricismo. Assim sendo, de acordo com Tourinho (2003), não é adequado generalizar (como fazem alguns mentalistas) e dizer que B. F. Skinner serviu ao positivismo lógico, pois suas relações com ele, de uma forma geral, foram restritas. Segundo Matos (1990):

Tem-se dito que Skinner é um positivista lógico; na verdade, exceto por um pequeno interesse pelo operacionalismo no início de sua carreira e pela sua constante preocupação com a verificabilidade, a epistemologia skinneriana é marcadamente diferente daquela dos positivistas lógicos. Seu anti-formalismo, suas posições diante do problema de construção de teoria, sua postura inabalavelmente empírico-descritiva revelam antes, a influência do físico Ernst Mach. Mesmo enquanto behaviorista, sua posição é mal compreendida. É um behaviorista na medida em que propõe que o objeto de estudo da psicologia deva ser o comportamento; e é um radical na medida em que nega ao psiquismo a função de causa do comportamento, embora não negue a possibilidade, de, através de um estudo da linguagem do sujeito, estudar seus estados internos, como seu pensamento e sentimentos (p. 1).

Declarar que B. F. Skinner foi um positivista, sem realmente especificar quais características do seu pensamento são compatíveis com este referencial e, ainda, a qual positivismo (o francês, o alemão, o inglês, o austríaco, etc.) o está vinculando (Barreto, 1999); seria induzir e atribuir predicados ao pensamento desse teórico que não lhe pertencem. De acordo com Abib (1999), o pensamento de B. F. Skinner “não se compromete com as principais teses do discurso moderno” (p. 244).

O Comportamentalismo de B. F. Skinner “é capaz de participar de uma conversação holística sobre a natureza da ciência, ou de investigar a justificação do conhecimento como uma questão de prática social” (Abib, 1999, p. 245). Portanto, o Comportamentalismo de B. F. Skinner não se limita a experimentação como a única fonte válida de conhecimento sobre o comportamento humano. Embora, inicialmente (com estudos restritos aos reflexos) existam aspectos positivistas em B. F. Skinner, num período posterior (em que o foco de interesse recai sobre o comportamento operante) suas concepções vão gradualmente mudando e sua noção de ciência passa a ser mais marcada pelo pragmatismo filosófico (Skinner, 1953/2003).

Diante desse quadro, evidencia-se que, na verdade, o Comportamentalismo de B. F. Skinner não se compromete com nenhuma escola filosófica de seu tempo, mas possui aproximações com várias delas. Todavia, aproxima-se do pragmatismo de James (1907/1967), no sentido que preconizava a ideia de que algo é mais ou menos verdadeiro na medida em que nos permite explicar, de maneira mais eficaz, o que é observado e, também, aproxima-se do selecionismo de Darwin (1859/1981), ao reconhecer que as espécies são selecionadas naturalmente conforme vão adquirindo características que lhes permitam interagir de maneira mais eficaz com o ambiente que está em constante mudança. Conforme Laurenti e Lopes (2009), “a filosofia da ciência skinneriana mostra afinidades tanto com o selecionismo (Skinner, 1981/1984), quanto com o pragmatismo (Skinner, 1974/1976)” (p. 131).

Sob essa influência darwinista, Skinner (1953/2003), garante que um processo semelhante acontece na aprendizagem de nossos comportamentos; onde, sabendo que comportamento é interação constante entre organismo e ambiente, seriam selecionados aqueles comportamentos que produzissem alterações no ambiente (que posteriormente foram nomeadas como “reforço”), de modo a aumentar sua frequência; enquanto aqueles que não produzissem este mesmo tipo de consequências reforçadoras, diminuiriam de frequência, entrando em extinção. Assim sendo, sob a luz da Análise do Comportamento e balizados pelo Comportamentalismo de B. F. Skinner – aquele que partiu das releituras de Pavlov para poder superá-lo (Matos, 1993) e que não se restringiu aos laboratórios, mas foi além e engajou-se no campo social (Tourinho, 2006), possibilitando o estudo e análise das culturas (Skinner, 1974/2009) – é que iremos, mais adiante, aprofundar no comportamento aprendido.

### **2.2.1. Teoria da aprendizagem**

No campo educacional, o ser humano, sob o olhar da Análise do Comportamento, consiste no resultado do processo evolutivo, mediante influências de forças existentes no meio

ambiente. Pressupõe-se que uma realidade está posta e o indivíduo é fruto dessa realidade, ou seja, é produto do meio em que está inserido. Segundo Skinner (1974/2009), o aprendizado de um indivíduo é resultado do processo denominado condicionamento operante. Skinner (1953/2003) considera que todo comportamento é influenciado por seus resultados. Deste modo, um dado estímulo vai implicar em um comportamento que definirá a frequência do mesmo; esse estímulo é denominado “estímulo reforçador”.

Para os comportamentalistas, além de estímulos, a imitação também exerce uma função importante na aprendizagem, principalmente nos primeiros anos de vida de um indivíduo. O padrão de imitação adota o seguinte processo: um indivíduo adulto fala uma palavra, a criança por imitação reproduz o que foi dito pelo adulto, este recompensa a criança pelo feito, sem importar o grau de fidelidade ao que foi dito. Com o tempo, a criança passa a reproduzir esse comportamento verbal cada vez mais parecido com o indivíduo adulto, aprendendo como ajustar as palavras do mesmo modo que aprendeu a reproduzi-las, através de imitação e posterior aproximação ao modelo adulto (Skinner, 1974/2009).

De acordo com Skinner (1974/2009), a linguagem, por exemplo, pode ser inteiramente aprendida por meio do condicionamento derivado do ambiente (modelo) no qual o indivíduo aprendiz está inserido. A base para determinado comportamento está no condicionamento operante, em que o organismo está em processo de “operar” sobre o ambiente. Durante esta “operatividade”, o organismo se encontra com estímulos, chamados “reforçadores” e, assim, o comportamento é seguido de uma consequência reforçadora, e a natureza da consequência modifica a tendência do organismo a repetir o comportamento no futuro.

[...] dar modelo (*modeling*) é reforçado quando a outra pessoa o imita. A imitação e a modelação desempenham importantes papéis na transmissão de resultados de contingências de reforçamento excepcionais. Algumas das grandes realizações do homem se devem a acidentes extraordinariamente afortunados. Outras pessoas ficaram sob controle das mesmas contingências fortuitas, através de imitação, e o comportamento foi transmitido, ainda mais rapidamente, por modelação (Skinner, 1987, p. 74, tradução nossa<sup>32</sup>).

---

<sup>32</sup> Original: “*modeling is reinforced when the other person imitates. Imitation and modeling play important roles in transmitting the results of exceptional contingencies of reinforcement. Some of the great human achievements were due to extraordinarily lucky accidents. Other people came under the control of the same fortuitous contingencies through imitation and the behavior was transmitted even more rapidly by modeling*”.

Contudo, a ideia de modelagem (*shaping*) consiste em reforçar um comportamento levemente similar ao almejado. Uma vez que esse comportamento se torne estabelecido, buscam-se outras variações que sejam mais próximas do comportamento desejado e assim sucessivamente, até que o indivíduo realize novas respostas por meio de um processo gradativo de aprendizagem, tendo como objetivo a aquisição de um comportamento não emitido anteriormente em sua vida cotidiana (Skinner, 1987). Basicamente, esse processo incide em reforçar as aproximações sucessivas tendo por fim um comportamento desejado, daí ser denominado, também, de “método das aproximações sucessivas”. Segundo Skinner (1953/2003):

[...] o condicionamento operante modela o comportamento como o escultor modela a argila. [...] No mesmo sentido, um operante não é algo que surja totalmente desenvolvido no comportamento do organismo. É o resultado de um contínuo processo de modelagem (p. 101).

Dessa forma, Skinner (1953/2003) mostra como o ser humano chegou aos chamados “comportamentos mais complexos”. No comportamento operante de um indivíduo o ambiente é modificado e produz consequências que atuam podendo aumentar a probabilidade de ocorrência futura de um novo comportamento. No caso da “modelagem<sup>33</sup>”, o instrumento fundamental é o reforço, isto é, a consequência de uma ação quando percebida por quem a pratica.

Podemos dizer que, para Skinner (1950/2005), a aprendizagem é uma mudança na probabilidade da resposta, devendo especificar as condições sob as quais ela acontece. É importante salientar que o mesmo autor garante ainda, que a execução de um comportamento é essencial, mas não é isso que assegura a existência de uma aprendizagem. Segundo Skinner (1950/2005), o foco de atenção dos pesquisadores da aprendizagem não deveria ser as ações que os indivíduos emitem em si, mas sim as contingências do qual o comportamento é posto. Para elucidar essa ideia, Skinner (1968/1972a) expõe que “Três são as variáveis que compõem as chamadas contingências de reforço, sob as quais há aprendizagem: (1) a ocasião

---

<sup>33</sup> Para ajudar no esclarecimento sobre os conceitos de comportamento modelado por contingências, sugerimos a leitura do artigo intitulado: *A Fable*, de B. F. Skinner. Neste artigo, o autor explica, através de exemplos fictícios em situação natural, como se daria a aprendizagem diretamente pelas consequências (modelagem) e da descrição das contingências (comportamento governado por regras) (Skinner, 1988).

em que o comportamento ocorre, (2) o próprio comportamento e (3) as conseqüências do comportamento” (p. 4).

A aprendizagem para Skinner (1968/1972a, 1987, 1953/2003, 2009) é fruto de condicionamento operante, isto é, um comportamento é reforçado, até que ele seja condicionado de tal forma que ao retirar o reforço, o comportamento continue a acontecer.

[...] a suscetibilidade humana a reforçamento por açúcar e sal, contato sexual e sinais de dano agressivo talvez já tenha tido valores de sobrevivência muito maiores do que tem hoje. Os avanços tecnológicos na produção, armazenagem e distribuição de gêneros alimentícios, no controle de pestilências e no aperfeiçoamento de armas podem ter feito com que tais suscetibilidades tivessem maior probabilidade de ser letais. Da mesma maneira que o comportamento inato muito complexo tem levado a um apelo a processos cognitivos também se argumenta, frequentemente, que o condicionamento operante não consegue explicar o comportamento aprendido complexo. Diz-se que os animais, assim como as pessoas, transcendem a modelagem e a manutenção de comportamento pelas contingências de reforçamento e apresentam *insight*, desenvolvimento de conceitos e outros processos cognitivos. Tais afirmações são vulneráveis às demonstrações de que o condicionamento operante é suficiente (Skinner, 1987, p. 72, tradução nossa<sup>34</sup>).

Entretanto, no caso das substâncias psicoativas, os efeitos são semelhantes aos supracitados, mas parece não possuírem o mesmo valor de sobrevivência de reforçadores como, por exemplo, o alimento e o sexo. Skinner (1953/2003) especifica essa questão utilizando o exemplo do açúcar cujo valor reforçador parece ir além dos requisitos biológicos, afirmando que até “algumas centenas de anos atrás, o grande efeito reforçador do açúcar deveria representar uma grande vantagem biológica. O ambiente mudou, mas a bagagem genética do organismo não o acompanhou” (p. 93).

---

<sup>34</sup> Original: “*the human susceptibilities to reinforcement by sugar and salt, sexual contact, and signs of aggressive damage may once have had much greater survival values than they have now. Technological advances in the production, storage, and distribution of foodstuffs, in the control of pestilence, and in the improvement of weapons may have made these susceptibilities more likely to be lethal. Just as very complex innate behavior has led to an appeal to cognitive processes, so it is often argued that operant conditioning cannot account for complex learned behavior. Animals as well as people are said to transcend the shaping and maintenance of behavior by contingencies of reinforcement and to show insight, the development of concepts, and other cognitive processes. Such claims are vulnerable to demonstrations that operant conditioning will suffice*”.

Compreender a ideia de contexto ambiental do indivíduo se torna algo essencial para estudar, dentro do Comportamentalismo de B. F. Skinner, os comportamentos aprendidos, e é sobre este entendimento que pautaremos a seguir, a escrita a respeito do uso de substâncias psicoativas como um comportamento aprendido.

### **2.2.2. Uso de substâncias psicoativas como um comportamento aprendido**

Segundo Banaco (1999), o comportamento de usar substâncias psicoativas é visto, na Análise do Comportamento, como um comportamento que segue os mesmos princípios gerais de qualquer outro comportamento. Deste modo, o que norteia a nossa pesquisa é o Comportamentalismo de B. F. Skinner que postula que fazer uso de substâncias psicoativas é entendido como um comportamento determinado pela aprendizagem que emerge da relação do indivíduo e seu ambiente e, sobretudo, mantido por suas consequências (Skinner, 1953/2003). Na Análise do Comportamento, a palavra “comportamento” refere-se precisamente a interação entre um indivíduo e o seu contexto ambiental. Nesse sentido não se pode pensar em um indivíduo inativo, mas que se comporta e, deste modo, encontra-se em um contínuo processo de adaptação. Nas palavras de Skinner (1953/2003, p 16):

O comportamento é uma matéria difícil, não porque é inacessível, mas porque é extremamente complexo. Desde que é um processo, e não uma coisa, não pode ser facilmente imobilizado para observação. É mutável, fluido e evanescente, e, por essa razão, faz grandes exigências técnicas da engenhosidade e energia do cientista.

Nessa perspectiva, os comportamentos associados ao uso de substâncias psicoativas seguem os mesmos princípios dos comportamentos entendidos como “normais”. Para compreender esta dinâmica, é fundamental analisar o fenômeno através da interação entre a substância psicoativa (farmacologia), o indivíduo (com seu estado psicológico) e o contexto sociocultural (ambiente). Assim, a partir do que vem sendo estudado, podemos dizer que o ato de usar substâncias psicoativas, dentro do prisma dos comportamentos aprendidos, é um comportamento operante (Skinner, 1953/2003), isto é, que opera sobre o ambiente produzindo determinadas consequências que irão interferir diretamente na probabilidade deste comportamento ocorrer no futuro. Quanto a esse tipo de comportamento, Skinner (1989/1991) afirma que:

[...] há problemas que se originam do fato de alguns reforçadores nunca terem tido nenhuma vantagem evolucionária [...]. Os efeitos reforçadores do álcool, da maconha, da cocaína e de outras drogas são presumivelmente acidentais. Eles são particularmente perturbadores quando seu uso conduz aos poderosos reforçadores negativos que chamamos de sintomas de abstinência. A necessidade intensa de que padecem os toxicômanos é um estado corporal em virtude de um reforçador anômalo (p. 106).

Para entendermos qualquer comportamento é preciso descrever ou identificar relações nos três níveis de variação e seleção proposto por B. F. Skinner. De acordo com Banaco (1999), o mesmo vale para o comportamento visto como “desviante” que, em última análise, é como os demais, ajustado dentro das contingências que o mantém. Todo comportamento é uma forma de interação e sua ocorrência não se dá ao acaso, se existe uma frequência de ocorrência é porque existe algo que a determina, seja por produzir consequências reforçadoras, por ser controlada por estímulos eliciadores, ou operações estabelecidas. Ou, ainda, por haver uma alteração no aparato fisiológico que modifica o funcionamento da relação entre o indivíduo e o ambiente (Banaco, 1999).

No entanto, o que faz um comportamento ser entendido como “desviante” é, na maioria das vezes, a sua oposição aos níveis de normalidade estabelecidos por uma cultura (Banaco, 1999). Um comportamento também pode ser considerado “desviante”, por causa das consequências aversivas que produz tanto ao indivíduo (considerado “fora das normas”) como para outras pessoas relacionadas a ele (Bessa-Oliveira, 2007). Em outras palavras, a compreensão do comportamento de fazer uso de substâncias psicoativas inclui fatores relacionados aos três componentes envolvidos: o indivíduo, a substância e o meio.

Os reflexos, condicionados ou não, referem-se principalmente à fisiologia interna do organismo. Muitas vezes estamos mais interessados, entretanto, no comportamento que produz algum efeito no mundo ao redor. Este comportamento origina a maioria dos problemas práticos nos assuntos humanos e é também de um interesse teórico especial por suas características singulares. As consequências do comportamento podem retroagir sobre o organismo (Skinner, 1953/2003, p. 64-65).

A partir do que já foi considerado, podemos dizer que os efeitos das substâncias psicoativas no corpo do indivíduo abrangem aspectos da filogênese por atuarem diretamente

no sistema de recompensa cerebral<sup>35</sup> e, também, por modificarem a frequência das respostas do organismo vivo (Garcia-Mijares & Silva, 2005). Para Skinner (1953/2003), essas respostas incondicionadas desempenham um valor de sobrevivência vinculado e “difícilmente se poderá deixar de reconhecer a grande significação biológica dos reforçadores primários. Alimento, água, contato sexual, assim como a fuga de condições incômodas, estão evidentemente ligados ao bem-estar do organismo” (p. 92). Em relação ao valor de sobrevivência, talvez, no caso de algumas substâncias psicoativas, cujo uso está presente na humanidade há alguns milhares de anos (como bebidas com teor alcoólico), podemos desconfiar de uma adaptação do organismo a essas substâncias psicoativas (Garcia-Mijares & Silva, 2005). Corroborando com essa observação sobre a adaptação do organismo, notamos que Skinner (1953/2003) adverte que “o açúcar é altamente reforçador para a maioria dos membros da raça humana, como o demonstra a ubiqüidade das confeitarias. [...] Isto não acontecia antes de o açúcar ser cultivado e refinado em grande escala” (p. 93).

Segundo Garcia-Mijares e Silva (2005), a partir do momento que o organismo torna-se um organismo modificado pelo uso da substância psicoativa (sob determinadas condições ambientais) o valor reforçador pode alterar, contribuindo para manutenção de seu uso. As consequências operantes do uso e o efeito da substância psicoativa em si, também estão implicados na manutenção do consumo, por exemplo, um indivíduo com inabilidade nos comportamentos sociais que, ao fazer uso de uma determinada substância psicoativa, consiga produzir um estado de relaxamento importante que o possibilite se expor mais a determinadas situações, poderá, paralelamente a esse comportamento, desenvolver o abuso dessa substância psicoativa ou dependência.

Através do uso de anestésicos, analgésicos e soporíferos reduzimos os estímulos dolorosos ou distraidores que não possam ser facilmente alterados de outra maneira. Aperitivos e afrodisíacos algumas vezes são usados na crença de que duplicam os efeitos da privação nos campos da fome e do sexo, respectivamente. Usam-se outras drogas para efeitos opostos. Os estímulos aversivos condicionados na “cultura” são contra-atacados mais ou menos eficientemente pelo álcool. Padrões típicos de

---

<sup>35</sup> A anatomia e a fisiologia identificaram um sistema de recompensa cerebral (área tegumentar ventral; núcleo *accumbens* e córtex pré-frontal), ou seja, quais regiões cerebrais são ativadas quando o organismo vivo sente prazer produzido por ações como sexo e alimentação, por exemplo. Tal circuito de recompensa compreende regiões cerebrais relacionadas ao sistema límbico que é um sistema filogeneticamente muito antigo nos organismos vivos e presente em todos os vertebrados (Silva & Laranjeira, 2004).

comportamento eufórico são gerados pela morfina e drogas parecidas, e com menos escala pela cafeína e nicotina (Skinner 1953/2003, p. 260).

Para Skinner (1953/2003), a relação do uso de substâncias psicoativas com aspectos culturais envolve, dentre outras coisas, a fuga do tédio e a obtenção de aceitação dos companheiros. Esses aspectos geralmente atuam em situações sociais, nas quais as relações com outros constituem as fontes de reforço que inicialmente mantêm a busca e o uso dessas substâncias psicoativas. Contudo, em relação aos aspectos culturais, os padrões de aceitação a determinadas substâncias psicoativas em detrimento de outras, se relacionam a acessibilidade e valorização ou repressão social do grupo, que o indivíduo pertence.

Como vimos anteriormente, fatores comportamentais indicam que o comportamento de usar substâncias psicoativas, ao operar sobre o ambiente produz determinadas consequências que afetam a ocorrência futura. Dessa forma, o uso abusivo de uma substância psicoativa tem sua probabilidade de ocorrer aumentada em função dos efeitos reforçadores da substância, do contexto (ambiente físico e social) em que ocorre o uso e das respostas eliciadas por estímulos pareados com o consumo ou privação da substância (Garcia-Mijares & Silva, 2005). Também são considerados os fatores sociológicos (Escohotado, 1994, 2008), os quais se referem à disponibilidade da substância psicoativa dentro de uma cultura e às sanções impostas sobre o abuso. Cabe ressaltar, também, que quando o uso de substâncias psicoativas está sendo feito sob uma prescrição religiosa, por exemplo, a tendência é observar menos o abuso, restringindo o consumo apenas às cerimônias (MacRae, 2001). Ao contrário, numa cultura onde se dissemina a ideia de que a vida pode ser regulada por substâncias psicoativas para a solução de problemas rotineiros como insônia, falta de apetite ou cansaço, reforça-se, paralelamente o efeito farmacológico das substâncias que promovem uma mudança imediata da percepção da realidade.

Segundo Garcia-Mijares e Silva (2005), quando um indivíduo experimenta os efeitos fisiológicos agradáveis produzidos pelo consumo de uma substância psicoativa, muito provavelmente ele fará uso novamente. Possivelmente, esse indivíduo se comportará de maneira semelhante à anterior, principalmente por causa das consequências reforçadoras que seguiram o ato de usar a substância. De acordo com Garcia-Mijares e Silva (2005), nesta situação, o estímulo reforçador provocado pela substância psicoativa ocorre de maneira contingente ao comportamento de usá-la, fortalecendo o comportamento que acarreta tal reforço. O comportamento de usar substâncias psicoativas, normalmente, é seguido por alguma forma de gratificação imediata, o que o torna um importante provedor de

reforçadores, tanto pelo reforço positivo (imediate) do efeito máximo da substância psicoativa quanto o efeito negativo (retardado), associado ao seu uso, como um meio de fugir de situações aversivas. Suponhamos, hipoteticamente, que um indivíduo esteja passando por alguma situação aversiva e ao fazer uso de uma substância psicoativa qualquer, encontre algum prazer e alívio rápido; nesse caso, prazer e alívio podem servir como reforçadores associados ao comportamento de fazer uso dessa substância.

A primeira utilização da substância psicoativa, quando associada ao alívio de desconforto ou estresse, na maioria das vezes é seguida de efeitos que aumentam a probabilidade de ocorrência desse comportamento no futuro e pode causar mudanças no sistema dopaminérgico<sup>36</sup>. Essas mudanças redundam em um aumento da sensibilidade ao efeito da substância psicoativa, fazendo com que o indivíduo fique mais suscetível aos seus efeitos, aumentando assim, o poder reforçador da substância. Passado algum tempo, os problemas particulares se intensificam e o uso da substância psicoativa aumenta. Dessa forma, o indivíduo terá aprendido, principalmente pelas consequências que obteve no passado, pelo efeito do uso da substância psicoativa que aliviava sua ansiedade e o ajudava a evitar circunstâncias estressoras. “Ele vai aprendendo a usar a droga pelo efeito agradável que proporciona e para evitar o desprazer que sua falta produz” (Laranjeira, 2011, s/p).

Diante do exposto e amparado pela alegação skinneriana de que todo comportamento é produto das consequências e contempla a relação do organismo com o ambiente em três níveis de seleção (filogenética, ontogenética e cultural), acreditamos não haver equívoco em supor que o comportamento de fazer uso das substâncias psicoativas, seja um comportamento aprendido decorrente do condicionamento operante (Skinner, 1974, 1953/2003). O meio social/cultural em que o indivíduo está inserido pode ter um papel reforçador fundamental no aprendizado do comportamento de usar substâncias psicoativas. A sociedade, para Skinner (1953/2003) deveria ser aquela que implica em planejamento social e cultural, necessitando ser avaliada de acordo com seus efeitos sobre os comportamentos humanos. O ambiente sociocultural, por sua vez, é representado pelos usos e costumes dominantes, pelos comportamentos que se mantêm através dos tempos. Deduz-se disso que os indivíduos vivendo numa determinada cultura se distinguem daqueles que viveram ou vivem em outra configuração de sociedade, sobre o que nos deteremos no próximo capítulo.

---

<sup>36</sup> O sistema dopaminérgico tem uma participação fundamental nos sistemas neuroanatômicos endógenos de recompensa. Através da recompensa, obtida durante a alimentação, a atividade sexual, a estadia em locais particularmente agradáveis e experiências associadas ao prazer, o organismo é impelido à procura repetida de tais estímulos (fonte: <http://www.ff.up.pt/toxicologia/monografias/ano0304/Cocaina/farmacologia.htm>, nov. 2011).

### **3. PRÁTICA SOCIAL DO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS**

Neste terceiro capítulo, alicerçados no que foi abordado nos capítulos anteriores, discutiremos alguns aspectos referentes às substâncias psicoativas junto aos processos educativos, com vistas à proposta de educação para a autogovernança. Primeiramente, buscaremos localizar a população jovem, universalmente considerada a mais vulnerável às “drogas” (Barbeiro, 2003; Grynberg & Kalina, 1999; Maia, 2010; Moyses, 2010). Em seguida, abordaremos o comportamento de fazer uso abusivo de “drogas” como uma possível resposta à sociedade de consumo, que é a vigente no Brasil. E depois realizaremos um recorte tratando das possibilidades de desenvolver o autogoverno, para a viabilização de práticas sociais que beneficiem o indivíduo, a cultura e a espécie humana (Skinner, 1968/1972a).

#### **3.1. O uso de substâncias psicoativas entre jovens**

Consideramos para a localização do indivíduo jovem, a observação de Levi e Schmitt (1996), de que o jovem se situa no interior das margens móveis entre a heteronomia da criança e a autonomia do adulto; naquele período de mudanças e inquietudes da puberdade, em que se confrontam a imaturidade e a maturidade, entre a formação e o pleno florescimento das faculdades mentais, entre a falta e a aquisição de autoridade e de poder. Nada obstante, Bezerra (2010), enfatiza que a juventude configura-se como uma construção histórica e cultural, realizada com base nas ações, nos comportamentos, nas formas de pensamento e nas linguagens atribuídas quer aos indivíduos considerados jovens, quer àqueles pertencentes aos demais grupos etários.

Da mesma forma, entendemos que o termo “jovem” pode ser uma construção de caráter relacional e simbólico, que, por sua vez, traduz o modo como cada sociedade fabrica e institucionaliza o ciclo da vida dos indivíduos, desde o seu nascimento até a maturidade e a velhice (Bezerra, 2010). Portanto, optamos por não aplicar nenhum recorte etário para o conceito de jovem. Dito isto, é imprescindível advertir que a discussão sobre o consumo de substâncias psicoativas entre essa população jovem, implica no reconhecimento da enorme complexidade que envolve essa prática social, nas as mais diversas e variadas formas de interação dentro das culturas.

Conseqüentemente, diante dessa complexidade, é preciso considerar tudo o que já foi discutido, nos capítulos anteriores, sobre as determinações históricas e comportamentais que levam os indivíduos ao uso das substâncias psicoativas. Como, por exemplo, a diferença entre

os vários tipos de “drogas” disponíveis, o contexto cultural de uso e, principalmente, a multiplicidade de padrões de consumo e de motivações existentes na relação que o indivíduo jovem estabelece com a substância psicoativa, que necessitariam de aprofundamento para efetivamente assegurar a apreensão da complexidade do tema. Todavia, nesta seção nos limitaremos somente à reflexão sobre o alastramento do consumo das “drogas” que levam aos “paraísos artificiais” (Huxley, 1954/1984).

Para Milby (1988), não dá para afirmar com certeza se existem razões comuns sobre o porquê dos jovens iniciarem a busca por esses “paraísos” tão cedo; as razões variam de acordo com as expectativas individuais em meio às relações históricas e sociais estabelecidas. No entanto, o autor supracitado, relata que quase todos os estudos realizados para averiguar os motivos pelas quais os jovens experimentam, pela primeira vez, uma substância psicoativa chegaram à mesma constatação, isto é, a curiosidade e as pressões exercidas pelo ambiente social (grupo cultural a que pertence) são as principais causas que induzem os jovens a esse primeiro contato.

Segundo Nowlis (1982), muitos jovens que consomem uma substância psicoativa pela primeira vez, não continuam a utilizá-la. Entre os que continuam, a maioria fá-lo-á numa base aleatória ou ocasional. Para este tipo de usuário, a substância psicoativa só é utilizada quando está facilmente disponível e apenas num contexto social em que outros estão utilizando. Conforme Murad (1987), os motivos que levam o jovem a continuar esse uso estão intrinsecamente ligados à sociabilidade. Neste caso, o uso limita-se apenas a uma experiência, uma atividade sem grande importância comparada com outras atividades e experiências. O consumo regular estará acoplado a vários fatores como: a frequência do uso, a natureza da substância psicoativa utilizada e a opinião pessoal do utilizador (Nowlis, 1982). De forma geral, a curiosidade e a pressão dos colegas são os fatores de maior influência na experimentação de substâncias psicoativas (Maia, 2010; Milby, 1988; Nowlis, 1982). Segundo Maia (2010), a curiosidade e a pressão dos amigos impulsionam os jovens a desejar novas sensações e prazeres, eximindo-se com isso de responsabilidades e papéis que possam lhe oferecer certo desconforto e desprazer. Conforme a autora supracitada é inerente ao jovem querer e viver momentos plenos de realizações imediatas e a “droga” se coloca como proposta a essa necessidade de deleite passivo e instantâneo.

Nowlis (1982) pontua que esta situação acrescida de forças externas como: *modeling* social (mundo jovem produto da reprodução do mundo adulto), opinião de amigos, fácil acesso às substâncias psicoativas e se tem um ambiente propício para a experimentação das mesmas; tudo isso poderá influenciar e induzir o jovem a fazer uso e abuso. Portanto, um

direcionamento para ajudar o jovem a se defender seria o desenvolvimento do que Skinner (1978, 1969/1984b, 1971/2000, 1953/2003, 1974/2009) chamou de “autogoverno”, bem como o “reforço” de suas habilidades para operar no meio em que está inserido. Esse “reforço” ocorre quando um indivíduo aprende algo e esse algo é capaz de fazer com que ele consiga compreender, agir e modificar o seu ambiente, sendo assim reforçado por esse ambiente (Skinner, 1953/2003).

De acordo com Grynberg e Kalina (1999), as substâncias psicoativas, que até a pouco tempo faziam parte apenas de grupos restritos, adquiridas em esquinas sombrias, se deslocam para a luz do dia e ganham um novo sentido nas mãos dos jovens. O que era próprio e restrito aos indivíduos considerados “fracos”, “marginais” e “delinquentes” se transformou em um amplo e diversificado problema social. O aumento observado nos últimos anos no consumo de substâncias psicoativas entre os jovens é, sem dúvida, alarmante. Enquanto, por um lado, os traficantes se organizaram de forma mais eficiente, expandindo a oferta de seus produtos; por outro, a demanda de jovens em busca de “férias químicas” e “viagens psicodélicas” está cada vez maior (Barbeiro, 2003).

Analisando e comparando os jovens de gerações passadas com os de hoje, o que se revela é o volume extraordinário de transformações no contexto social, estabelecendo uma nova percepção de mundo com a chegada da modernidade. A sociedade passou por modificações socioeconômicas e um enorme êxodo rural. Grandes aglomerados urbanos surgiram e com ela modificações culturais aconteceram juntamente com a marginalização de parte da sociedade (Grynberg & Kalina, 1999). Essas modificações representam momentos de diversas alterações estruturais que ocorrem na organização social. Os indivíduos começam a vivenciar novas experiências em suas relações, seja com outras pessoas, com seu trabalho ou com o uso de seu tempo. A modernidade se apresentou como transformadora de valores, quebrando as particularidades encontradas em diversos grupos, rompendo com costumes, valores e relacionamentos, propondo uma uniformidade em todas as áreas (Bezerra, 2010).

Nesse mesmo contexto surge a sociedade do consumo, a qual prevalece até o momento atual, chamado de “pós-modernidade”, em que a mídia e o sistema econômico ditam padrões de vida ligados principalmente aos bens materiais e o consumismo desmedido. Novas substâncias psicoativas são produzidas em grande escala (surgem as chamadas “drogas sintéticas”), outras são “melhoradas” e comercializadas através de um ideal de força e vigor atrelados a um prazer imediato de “curtição” do momento levando jovens a buscarem seus efeitos, seja para esquecer as condições difíceis da vida ou pela busca ilusória do deleite (Zago, 1999).

É importante também ressaltar que, além de tudo que vem sendo observado nesta seção, temos ainda outro agravante peculiar a nossa época que está crescendo absurdamente a cada dia – a administração medicamentosa entre os mais jovens (Moyses, 2010). De acordo com Robinson (1999), algumas crianças estão sendo medicadas de forma tão rotineira quanto antigamente retiravam as amídalas<sup>37</sup> e pelo mesmo motivo caprichoso: moda médica, pois a ideia de que existe uma epidemia de TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) é tão equivocada quanto fictícia. Nossas crianças (futuros jovens/adultos) estão vivendo em um dos períodos mais intensamente estimulante da história da humanidade.

Elas estão sendo cercadas por informação e vêm tendo sua atenção requisitada por todo tipo de plataforma: computadores, *internet*, *iPhones*, *iPads*, *outdoors*, centenas de canais de TV e, ainda, são penalizadas por não prestarem atenção. Não prestam atenção em quê? Em coisas chatas, especialmente na escola, que não entende essa nova condição (Robinson, 1999, s/p).

Para Robinson (1999) é muita coincidência o fato de que o diagnóstico de TDAH, em crianças e adolescentes, tenha aumentado em paralelo com o aumento dos testes e dos currículos padronizados. “Nós estamos anestesiando nossas crianças para que elas sobrevivam ao sistema educacional, quando deveríamos fazer exatamente o contrário. Não precisamos colocá-las para dormir, e sim despertá-las” (Robinson, 1999, s/p). Segundo Moyses (2010), o uso indiscriminado de remédios dá ao jovem a impressão de que, para qualquer problema ou dificuldade, existe sempre uma alternativa medicamentosa, de rápida ação e que não requer grandes esforços. A influência, desses modelos, no processo de amadurecimento do indivíduo dependerá das características do ambiente que o cerca, que por sua vez, se refletirão em suas atitudes futuras em relação às “drogas”.

Essas observações (Moyses, 2010), nos remete a Rousseau (2004), quando trata da educação dos jovens, esclarecendo que esta deve capacita-los “a suportar os golpes da sorte, a desafiar a opulência e a miséria, a viver, se preciso, nos gelos da Islândia ou sobre o ardente rochedo de Malta” (p. 16). O indivíduo que, não estiver preparado perante as dificuldades da vida, poderá se inclinar ao comportamento de fuga e esquivas dos enfrentamentos postos à sua frente, deixando-o, talvez, mais vulnerável às ofertas “mágicas”, como substâncias que

---

<sup>37</sup> No passado, os médicos tiravam as amídalas das crianças quase como norma. Acreditavam que assim evitavam as complicações das amidalites. Isso é uma prática condenada atualmente (fonte: <http://drauziovarella.com.br/doencas-e-sintomas/amidalite-3/>, fev. 2012).

oferecem alívio e resoluções imediatas para os desprazeres do dia-a-dia. Nessa lógica, fecharemos essa seção (para em seguida adentrarmos nas próximas duas seções) com os dizeres da escritora Clarice Lispector (1920-1977):

Recebi uma lição de um de meus filhos, antes dele fazer 14 anos. Haviam me telefonado avisando que uma moça que eu conheci ia tocar na televisão, transmitido pelo Ministério da Educação. Liguei a televisão, mas em grande dúvida. Eu conhecera essa moça pessoalmente e ela era excessivamente suave, com voz de criança, e de um feminino-infantil. E eu me perguntava: terá ela força no piano? Eu a conhecera num momento muito importante: quando ela ia escolher a “camisola do dia” para o casamento. As perguntas que me fazia eram de uma franqueza ingênua que me surpreendia. Tocaria ela piano? Começou. E, Deus, ela possuía a força. Seu rosto era um outro, irreconhecível. Nos momentos de violência apertava violentamente os lábios. Nos instantes de doçura entreabria a boca, dando-se inteira. E suave, da testa escorria para o rosto o suor. De surpresa de descobrir uma alma insuspeita, fiquei com os olhos cheios de água, na verdade eu chorava. Percebi que meu filho, quase uma criança, notara, expliquei: estou emocionada, vou tomar um calmante. E ele: – Você não sabe diferenciar emoção de nervosismo? Você está tendo uma emoção. Entendi, aceitei, e disse-lhe: – Não vou tomar nenhum calmante. E vivi o que era para ser vivido (Lispector, 1999, p. 138, grifo nosso).

### **3.2. Abuso de substâncias psicoativas como resposta à sociedade de consumo**

Atualmente, no Brasil, a ordem econômica que predomina é a regida pelo modelo da sociedade de consumo, isto é, o sistema capitalista. Embora tenhamos a maior parte dos brasileiros em situação financeira precária, a sociedade do consumo insiste em vender a ilusória satisfação dos desejos individuais e, a cada momento, desperta nos indivíduos novos anseios a serem satisfeitos, fazendo-os consumir sempre mais e mais (Zago, 1999). Conforme Zago (1999), para compreender a dimensão da sociedade de consumo é preciso vê-la como uma coletividade social/cultural complexa, que tem o poder de formar opiniões e comportamentos. Skinner (1971/2000) confirma essa prerrogativa de que o ambiente social (que ele chama de cultura) elabora regras que norteiam e modelam a conduta social dos indivíduos.

No sentido mais amplo possível, a cultura na qual o indivíduo nasce se compõe de todas as variáveis que o afetam e que são dispostas por outras pessoas. O ambiente social em parte é o resultado daqueles procedimentos do grupo que geram o comportamento ético e a extensão desses procedimentos aos usos e aos costumes (Skinner, 1953/2003, p. 455).

De acordo com Skinner (1953/2003), a cultura de um povo, através dos usos e costumes dominantes (pelos comportamentos que se mantêm através dos tempos, porque são reforçados na medida em que servem ao poder), dá forma e preserva o comportamento dos que nela vivem. Nos séculos anteriores (XVII, XVIII e XIX), o consumo, por parte dos indivíduos, consistia na sobrevivência, cura, rito religioso e busca por prazer; já na contemporaneidade, não é motivado essencialmente por necessidades reais, mas pela simples perspectiva da aceitação e reconhecimento dos grupos sociais (Conte et al, 2007).

Em relação às substâncias psicoativas, as atuais conjunturas revelam um comportamento de consumo diferente do que foi em séculos anteriores, ou seja, caracterizado pelo abuso (Conte et al, 2007). Porém, é preciso lembrar que estamos considerando, neste trabalho, a substância psicoativa como “qualquer substância que introduzida no organismo, por qualquer via de administração, pode modificar uma ou mais funções deste organismo, nesta definição incluindo-se todos os medicamentos, as substâncias psicoativas do ponto de vista farmacológico” (Freixa & Soler, 1981, p. 4).

Dito isso, verificamos que, conforme Conte et al (2007), o que no passado era tido e mantido apenas como relação de sobrevivência dos povos e culturas, na sociedade de consumo atual, é um comportamento que configura-se como um elemento fortemente ligado à busca da “felicidade”, por meio do consumismo mercadológico. Bucher (1988) assinala que cada vez mais é difundida a posse material e o consumismo como valores obrigatórios na vida dos indivíduos, isto trouxe um crescente aumento no consumo abusivo de substâncias psicoativas, bem como a produção de novas substâncias e regras de oferta. As substâncias psicoativas, atualmente fazem parte de uma infindável lista de objetos de consumo, posta aos indivíduos para ser consumida compulsivamente (Grossi, Bahia & Cirino, 2000).

Nessa perspectiva, o comportamento de abusar das substâncias psicoativas revela-se, também, como um dos sintomas da sociedade de consumo (Minayo, 2003), que, no sistema capitalista contemporâneo, é percebido como disparador e acelerador da dependência, pois o mercado das substâncias psicoativas oferece poder e tem a seu favor os meios de comunicação, atingindo desde as camadas sociais mais pobres até as mais abastadas (Minayo,

2003). Para Zago (1999), substâncias como a cerveja (que contém álcool e pode causar dependência) são legalizadas e difundidas maciçamente pela mídia brasileira, devido a interesses econômicos e acordos políticos. Da mesma forma, há uma ligação direta entre o discurso capitalista do consumo e o abuso de substâncias psicoativas, pois em ambos os casos, vemos a promessa de uma “felicidade” fácil, que conduzirá o indivíduo ao consumo realizador (Grossi, Bahia & Cirino, 2000).

Segundo Bauman (2010), o sistema capitalista cria a ideia artificial da necessidade de consumo, com o objetivo de manter um nível de produção elevado e constante. Gera a percepção de que necessitamos mais para viver melhor, o que suscita a busca por novos produtos, que se tornam indispensáveis e que fomentam uma cultura do gasto permanente. Para Bauman (2001), o que antes era sólido passou a ser transitório, efêmero, fugaz. Pois, na sociedade do consumo:

Para que as possibilidades continuem infinitas, nenhuma [vitória] deve ser capaz de petrificar-se em realidade para sempre. Melhor que permaneçam líquidas e fluidas e tenham ‘data de validade’: caso contrário poderiam excluir as oportunidades remanescentes e abortar o embrião da próxima aventura (p. 74).

Trata-se, portanto, de um modelo de produção que se baseia na obsolescência planejada<sup>38</sup> dos produtos e da inovação constante, ou seja, a vida dos produtos é cada vez mais curta ao mesmo tempo em que aparecem outros com novas características. “A cultura de hoje é feita de *ofertas*, não de *normas*. [...] é uma sociedade de consumidores” (Bauman, 2010, p. 33). B. F. Skinner, de acordo com Abib (1999), não defende esse tipo de sociedade e critica o sistema capitalista norte-americano, bem como o consumismo exacerbado dos países desenvolvidos.

Skinner (1986) criticou a sociedade capitalista dos países desenvolvidos. Primeiro, ele comenta o aspecto já bem conhecido das relações alienadas instauradas pelo capitalismo entre o trabalho e seus produtos. Segundo, ele argumenta que, como na maioria das vezes o comportamento das pessoas é governado por regras em vez de

---

<sup>38</sup> “Obsolescência planejada” é o nome dado à vida curta de um bem ou produto projetado para que sua durabilidade ou funcionamento se dê apenas por um período reduzido. Faz parte de uma estratégia de mercado que visa garantir um consumo constante através da insatisfação, de forma que os produtos parem de funcionar ou tornem-se obsoletos em um curto espaço de tempo, tendo que ser obrigatoriamente substituídos de tempos em tempos (Bauman, 2001).

ser modelado por contingências, o resultado é que elas não têm experiência direta nem com as situações, nem com as conseqüências de suas ações. Isso leva a um estranhamento entre as pessoas e seus mundos, conduzindo-as ao consumo de mercadorias e bens culturais, ao contrário de experienciá-los com a produção pessoal (Abib, 1999, p. 244).

Embora as mercadorias e os bens materiais não tenham em si o poder intoxicante das substâncias psicoativas, seu consumo tem sido de maneira extrema e alienante (Minayo, 2003). Sereda, Bonfim e Schafhauser (2009) fazem uma interessante análise identificando quatro variantes da sociedade de consumo. Na primeira, o consumo aparece como intimamente ligado à dominação capitalista externa (USA). Na segunda, como oposto à sociabilidade, isto é, o consumo se apoia em uma visão essencialmente materialista e em desejos ilógicos por mercadorias que levam as pessoas a se preocuparem mais com os bens materiais, do que com os demais seres humanos. Na terceira, coloca o consumo em oposição à autenticidade, ou seja, o aumento do consumismo é acompanhado por uma perda de autenticidade e de profundidade dos indivíduos, caracterizada por uma relação irracional com a cultura materialista. E, por fim, a quarta variante diz respeito à produção (pelo consumo) de tipos humanos específicos, induzindo os indivíduos à imitação, ao individualismo e à competição por *status*, como um dos principais modos de relações sociais (Sereda, Bonfim & Schafhauser, 2009).

Segundo Zago (1999), a sociedade do consumo está fundamentada no material (bens de consumo), tudo é voltado para o consumo. Isso tende a afastar de seu meio, todo indivíduo que não cumpre o papel de consumidor, ou, é visto como risco ao mercado, deixando nas entrelinhas da ideologia a imagem de que ser bem-sucedido e competente é o mesmo que ter dinheiro para consumir. Por exemplo, um indivíduo pode (e é incentivado a) ingerir substâncias alcoólicas desde que se conserve trabalhando e produzindo (como parte da máquina) ou até que esse ingerir/consumir não ultrapasse o limite, trazendo risco à produção. Enquanto as substâncias psicoativas não tiram o indivíduo do mercado produtivo e consumidor, a sociedade de consumo não se incomodará, pois a atenção não está no indivíduo (no sentido de cuidado) e, sim, na produção comercial (Grossi, Bahia & Cirino, 2000). É óbvio que, em uma cultura de consumidores inveterados, a dificuldade estará em não consumir algo. De acordo com Brum (2011):

[...] há algo estranho acontecendo [...]. Há dois anos, Pedro toma Lexapro (um antidepressivo), Rivotril (um ansiolítico, tranquilizante) e Stilnox (um hipnótico, indutor de sono). Dou os nomes dos remédios porque os psicofármacos andam tão populares que se fala deles como de marcas de geleia ou tipos de pão. E o fato de nomes tão esquisitos estarem na boca de todos quer dizer alguma coisa sobre o nosso tempo (s/p).

Nesse tipo de cultura consumista, as contingências ambientais (da ideologia representada) podem conduzir o indivíduo, desde os primeiros anos de vida, a entender que tornar-se um consumidor é fundamental em seu ambiente social, aprendendo consumir eficazmente na lógica ensinada. Portanto, “é a comunidade que ensina o indivíduo a conhecer-se” (Skinner, 1953/2003, p. 285), ainda que cada um tenha de fato uma relação especial com o que lhe ocorre, sob a pele, a pressão externa pode se sobrepor. Skinner (1987) ressalta que:

Quando as pessoas trabalham somente para evitar perder um emprego, estudam somente para evitar reprovação, e tratam bem umas às outras apenas para evitar censura ou punição institucional, as contingências ameaçadoras se generalizam. Parece sempre que deve haver alguma coisa que seria preciso estar fazendo. Como resultado, pouquíssimas pessoas conseguem simplesmente não fazer nada. Elas conseguem relaxar apenas com a ajuda de sedativos ou tranquilizantes, ou através de praticarem relaxamento de maneira deliberada. Conseguem dormir apenas com a ajuda de comprimidos para dormir, das quais bilhões são vendidos no Ocidente todo ano. As pessoas ficam intrigadas, e invejam, quando vêem outras não fazendo nada, alegremente, em países menos desenvolvidos (p. 29, tradução e grifo nossos<sup>39</sup>).

Em nossa cultura o uso de fármacos (medicamentos) tem sido cada vez mais frequente. Os indivíduos utilizam constantemente medicamentos para dores de cabeça, dores nas costas, inflamações, ansiolíticos, antidepressivos, etc., muitas vezes sem o auxílio médico (Minayo, 2003). Sobre esse modo de viver, Skinner (1987) ressalta que:

---

<sup>39</sup> Original: “When people work only to avoid losing a job, study only to avoid failure, and treat each other well only to avoid censure or institutional punishment, the threatening contingencies generalize. It always seems as if there must be something that one ought to be doing. As a result, very few people can simply do nothing. They can relax only with the help of sedatives or tranquilizers, or by deliberately practicing relaxation. They can sleep only with the help of sleeping pills, of which billions are sold in the West every year. They are puzzled by, and envy, those in less developed countries whom they see happily doing nothing”.

O que está errado com a vida no Ocidente não é que ela tem reforçadores demais, mas é que os reforçadores não são contingentes aos tipos de comportamentos que sustentam o indivíduo ou promovem a sobrevivência da cultura ou da espécie. Em suma, as culturas ocidentais criaram muitas oportunidades para se fazer coisas que têm consequências agradáveis, mas elas não são as coisas, cujas consequências se tornaram fortalecedoras (p. 24, tradução nossa<sup>40</sup>).

Conforme já anunciado, o ambiente cultural consumista estimula o consumo de substâncias psicoativas, principalmente porque o mercado facilita o acesso e, cada vez mais, para consumidores em idade precoce. É inevitável o encontro entre os indivíduos e as substâncias psicoativas, principalmente na fase jovem; e em algumas partes da sociedade ainda na infância (Zago, 1999). A grande questão é saber se a sociedade está preparando o indivíduo (criança, jovem ou adulto) para esse encontro, com condições de se posicionar de forma saudável a si e à própria sociedade. Skinner (1971, 1978, 1989/1991) defendeu a sobrevivência e manutenção da cultura e pontua que os indivíduos precisam ser capacitados para construir um mundo tolerável e preservar a espécie humana.

Skinner (1953/2003), ao discorrer sobre a cultura e as demandas trazidas por ela (como é o caso das questões relacionadas ao consumo de substâncias psicoativas), afirma que seria necessário que houvesse não só um projeto educativo, mas, também, um planejamento social; e para que este aconteça é indispensável a ocorrência de experimentações. Para o autor supracitado, uma cultura imutável só poderia sobreviver em um mundo também estático, ou seja, sem novos desafios ambientais e sem concorrências, por parte de outras culturas. Por isso, uma cultura tem que ser capaz de mudar para que sobreviva. Nas palavras de Skinner (1953/2003) – “Uma cultura, então, em seu sentido mais amplo, é enormemente complexa e extraordinariamente poderosa” (p. 456).

A cultura assim definida influencia o comportamento do indivíduo (como ser genérico, como membro de uma espécie – não só o jovem) em diversos aspectos como: motivação, disposições emocionais, repertório comportamental, autogoverno, dentre outros. O indivíduo poderá ter maior condição de arranjar alternativas para, efetivamente, desenvolver capacidades, que o coloquem seguro diante de novos desafios (Skinner, 1953/2003). Porém,

---

<sup>40</sup> Original: “*What is wrong with life in the West is not that it has too many reinforcers, but that the reinforcers are not contingent upon the kinds of behavior that sustain the individual or promote the survival of the culture or species. In summary, Western cultures have created many opportunities to do things that have pleasing consequences, but they are not the things whose consequences become strengthening*”.

estudos sobre o sistema capitalista mostram, segundo Zago (1999), que preparar o indivíduo para questões fora do âmbito do consumo não faz parte do objetivo das culturas consumistas, pelo contrário, seus artifícios colaboram para um estado de confusão ainda maior, alienando o indivíduo quase que exclusivamente para o consumo. Bauman (1998) lembra que:

A sedução do mercado é, simultaneamente, a grande igualadora e a grande divisora. [...] Os que não podem agir em conformidade com os desejos induzidos dessa forma são diariamente regalados com o deslumbrante espetáculo dos que podem fazê-lo. O consumo abundante é-lhes dito e mostrado, é a marca do sucesso e a estrada que conduz diretamente ao aplauso público e à fama. Eles também aprendem possuir e consumir determinados objetos, e adotar certos estilos de vida, é a condição necessária para a felicidade, talvez até para a dignidade humana (p. 55).

Embora a problemática do abuso das substâncias psicoativas traga repercussões individuais e sociais devastadoras, elas não trazem prejuízos ao funcionamento do sistema capitalista. Na verdade fazem parte desse funcionamento, pertencem à lógica “inclusão/exclusão” adotada pela sociedade de consumo, incluir para excluir e excluir para incluir (Sawaia, 2004). Como observa Sawaia (2004), “a sociedade exclui para incluir, [...] todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas” (p. 9).

Sob esse viés, na sociedade de consumo, o discurso sobre as substâncias psicoativas desloca o foco dos problemas sociais para o conceito de criminalidade, de marginalização, pois em decorrência do consumo abusivo, os indivíduos (principalmente os mais jovens) podem se tornar dependentes – “drogados”, o que está fora da norma, fora do pacto social, tornam-se estranhos ao sistema. Os conceitos de “delinquente”, “marginal” ou “transgressor” legitimam o direito do Estado de punir (Moura, 2011). De acordo com Acselrad (1993), a generalização do abuso (desejado ou imposto) de substâncias psicoativas, na sociedade do consumo, deveria trazer a discussão para o âmbito coletivo, mas opostamente:

A visão normalizadora insiste em limitar a questão a uma patologia ou à delinquência individuais, escamoteando desequilíbrios sem dúvida resultantes do modelo de desenvolvimento dominante. A partir dessa visão, torna-se difícil a percepção das interferências que o uso de drogas provoca no cotidiano de uma sociedade que se

recusa a assumir sua responsabilidade por desequilíbrios gerados pela sua própria organização (p. 17-18).

Esta é uma das razões que leva a discussão para o campo dos julgamentos morais. Os termos “viciado”, “violento”, “sem vergonha”, ou simplesmente “drogado” têm atributos carregados de preconceito, que levam o indivíduo para fora dos ideais sociais e que legitimam a sua infeliz situação (que pressupõe cura ou punição), exigindo o retorno às normas sociais. Esse discurso denota uma forma de disciplinamento da realidade e da sociedade de consumo, que decide o quê consumir, como consumir e o quanto consumir (Moura, 2011). Dessa forma, o comportamento de abusar das substâncias psicoativas passa a ser visto como responsabilidade exclusiva do próprio indivíduo, o que fragmenta a compreensão do fenômeno.

Segundo Bauman (2010), os comportamentos permanecem sendo produzidos e reforçados socialmente, mas seus enfrentamentos são individualizados, ou seja, cada um deve assumir o próprio risco, absorvido em si. Do mesmo modo, em momentos de decisões difíceis, tristezas ou frustrações individuais, as substâncias psicoativas podem aparecer como uma oferta de resolução para todos esses males (Zago, 1999). Em conformidade com isso, Acselrad (2000) afirma que:

O modelo de sociedade individualista e competitivo, a restrição dos espaços de prazer, o mercado de produção crescente de substâncias psicoativas somam-se negativamente no sentido de fortalecer a tendência a resolvermos nossos problemas preferencialmente pela via química (p. 172).

O indivíduo jovem, de acordo com Zago (1999), poderá dar ao objeto ofertado (a substância psicoativa) um significado ilusionista porque temporariamente permite suavizar os conflitos da vida. Ao se “drogar”, anestesia seu pensar, fugindo momentaneamente dos seus dilemas e, com isso, coloca-se à margem de sua realidade imediata e do processo histórico coletivo, respondendo assim à sociedade de consumo. Esse comportamento, de recorrer ao uso de substâncias psicoativas (como álcool, psicotrópicos, maconha etc.), ao ser reforçado (imediatamente) pode ser altamente perturbador (posteriormente) para o indivíduo e para a sociedade.

Diante desse ponto de vista, voltamos à nossa unidade de pesquisa reafirmando que o Comportamentalismo de B. F. Skinner, entende o comportamento como resultado das

relações entre o indivíduo e o ambiente (com características ligadas às necessidades humanas: sociais, culturais e econômicas); e, por sua vez, admite o comportamento de usar substâncias psicoativas como algo aprendido e reforçado, portanto, pode ser mudado (Skinner, 1968/1972a; Skinner, 1953/2003). Os jovens aprendem um vasto repertório de comportamentos determinados pelo ambiente cultural, no qual estão inseridos. Comportam-se de acordo com os padrões de uma determinada sociedade/cultura, aprendendo pelas consequências diretas do comportamento ou, também, indiretamente, através de regras sociais estabelecidas.

[...] uma sociedade doente é um conjunto de contingências que gera comportamentos díspares ou conflitivos que sugerem a existência de um eu; que não produz o vigoroso comportamento a que está associado um sentimento de competência; que não consegue gerar comportamento social bem-sucedido e leva assim uma pessoa a chamar traiçoeiro o comportamento dos outros; e que, por proporcionar apenas reforços esporádicos, acaba por gerar a condição sentida como desespero. [...] A sociedade só será “curada” se puder ser modificada de forma tal que uma pessoa seja generosa e coerentemente reforçada e por isso “se realize”, adquirindo e exibindo o comportamento mais bem sucedido de que seja capaz (Skinner, 1974/2009, p. 174-175).

Assim, considerando que os comportamentos são aprendidos e mantidos pelas consequências no ambiente (Skinner, 1953/2003), na próxima seção, apresentaremos uma primeira tentativa de escrita sobre a educação para o autogoverno, como estratégia de capacitação dos indivíduos, tendo em vista a sobrevivência das práticas culturais e da espécie (Skinner, 1971/2000, 1953/2003).

### **3.3. Possibilidade de desenvolver o autogoverno**

Embora B. F. Skinner não tenha sido um psicólogo educacional, é possível dizer que suas contribuições são muito significativas para a educação em geral (Luna, 2000). Dentre todas as suas contribuições podemos destacar que, referente ao uso de substâncias psicoativas, o desenvolvimento do comportamento autônomo pode ser um aspecto bastante relevante. A educação para o autogoverno pode fortalecer uma cultura ao produzir novas práticas que resolvam os problemas encontrados pelos indivíduos. De acordo com Skinner (1953/2003), o

autogoverno se caracteriza pela possibilidade do próprio indivíduo exercer algum controle sobre o seu comportamento, sendo capaz de fazer algo a respeito das variáveis que o cerca, isto é, de manipular as variáveis das quais o comportamento é função. Para Skinner (1971/2000) é através do autogoverno<sup>41</sup> que a liberdade e a dignidade podem ser alcançadas.

Skinner (1974, 1978, 1969/1984b, 1971/2000, 1953/2003, 1974/2009) aponta a importância do autogoverno em vários dos seus estudos, procurando especificar as interações entre o comportamento e as contingências ambientais que devem ser analisadas. Um capítulo inteiro da obra *Science and Human Behavior* (1953) foi dedicado à análise de comportamentos relacionados ao autogoverno. Conforme Skinner (1953/2003), o comportamento está constantemente sob o controle de alguma variável, seja esta manipulada pelos outros ou pelo próprio indivíduo. Por isso, um “repertório eficaz, particularmente dotado de técnicas de autocontrole, deverá ser construído” (p. 414). Na concepção skinneriana, as ações humanas, por mais intencionais e particulares que pareçam, são modeladas pelas contingências constituídas e resultantes de experiências ao longo da vida de cada um.

Todavia, por ser ativo nas relações que estabelece, o indivíduo pode adquirir repertório que possibilite desenvolver considerável autonomia, isto é, quando a educação proporciona um repertório vasto e eficiente, ela pode produzir “liberdade” para agir e modificar o ambiente (Skinner, 1968/1972a). Não obstante, a noção de controle leva a indagar sobre o conceito de “liberdade de ação”, definida em algumas culturas como um “livre-arbítrio” para tomada de decisões (Cruz, 2010). De acordo com Skinner (1953/2003):

Com frequência o indivíduo passa a controlar parte de seu próprio comportamento quando uma resposta tem conseqüências que provocam conflitos – quando leva tanto a reforçamento positivo quanto a negativo. [...]. Qualquer comportamento que consiga fazer isso será automaticamente reforçado. Denominamos autocontrole estes comportamentos (p. 252-253).

Na obra *Beyond Freedom and Dignity*, de 1971, traduzida como “O Mito da Liberdade” (versão editada no Brasil), quando, a nosso ver, a tradução mais adequada seria “Para Além da Liberdade e da Dignidade” (título dado à versão editada em Portugal); Skinner

---

<sup>41</sup> Alguns textos traduzem o termo *self-control* como: “autocontrole”; “autodomínio” e “domínio próprio” No entanto, decidimos usar o termo “autogoverno” por entendermos ser o mais adequado para esta subseção e não remeter a conotações conclusivas de que todo controle é errado (Weber, 1989).

(1971, 1968/1972a, 1971/1983b, 1971/2000) não nega a liberdade em si e nem afirma que ela seja um mito (como o título brasileiro sugere), apenas contextualiza a liberdade, mostrando o que existe além (*beyond*) dela, ou seja, o que a determina. Segundo Cruz (2010), assim como Nietzsche escreveu “Além do Bem e do Mal” e Freud escreveu “Além do Princípio do Prazer”, onde ambos desconstróem algumas invenções históricas da humanidade; Skinner (1971), seguindo a linha “desconstrucionista”, procura mostrar como liberdade e dignidade são conceitos entendidos de forma ingênua na cultura popular ocidental (senso-comum).

Skinner alega que o título não significava que a liberdade e a dignidade não existissem, mas que sua proposta era voltada para mudanças nas práticas culturais que deveriam fazer as pessoas notarem como a chamada liberdade tradicional era limitada. Nesse sentido, propõe uma definição de liberdade e de dignidade para além daquela já aceita e defendida na história da cultura ocidental. Portanto, para Skinner (1971), a definição tradicional de tais noções seria limitada a determinadas condições que impediriam os sujeitos de conhecer os inúmeros determinantes envolvidos no controle dos comportamentos chamados de livres e dignos (Cruz, 2010, p. 480).

Entretanto, a liberdade precisa ser redefinida no sentido de que ela só existirá na medida em que houver equilíbrio nas relações de controle, entre os indivíduos e as culturas. Paradoxalmente, quanto mais admitirmos a existência e o acesso ao controle, mais liberdade haverá para agirmos no meio social (Skinner, 1971). Para Skinner (1971), a “liberdade é uma questão de contingências de reforçamento, e não de sentimentos que as contingências geraram” (p. 37, tradução nossa<sup>42</sup>). É interessante observar que “a grande parte do autocontrole é culturalmente determinada” (Skinner, 1953/2003, p. 460); curiosamente a liberdade e controle se negam mutuamente – talvez aí apareça um pouco de dialética<sup>43</sup> na obra de B. F. Skinner.

De acordo com Skinner (1971), é possível se “sentir livre” quando o indivíduo discrimina seus comportamentos e as variáveis que os controlam. Isto significa que a liberdade depende do autoconhecimento, e, conseqüentemente, do autogoverno. O autoconhecimento só ocorre na relação com o ambiente, ou seja, é na interação do indivíduo

---

<sup>42</sup> Original: “*Freedom is a matter of contingencies of reinforcement, not of the feelings the contingencies generate*”.

<sup>43</sup> “A ordem necessária no determinismo histórico de Karl Marx se encontra nas contingências. A luta de classes é um exemplo grosseiro do modo como os homens se controlam uns aos outros” (Skinner, 1971/1983b, p. 106).

com o ambiente que resulta a liberdade. Por mais paradoxal que pareça, em sua literatura sobre o controle, Skinner (1971, 1971/2000) defende a existência da liberdade. Não a liberdade, no sentido ingênuo do “posso fazer o que eu quiser” (que gera uma cultura permissivista e hedonista, voltada ao prazer imediato e egoísta), mas a liberdade que permite ao ser humano sua inserção política e social, através da descrição e da alteração das contingências controladoras, em prol da sobrevivência da espécie.

O extraordinário papel do meio ambiente abre a perspectiva de um futuro muito mais bem sucedido, no qual ele será muito mais humano e humanitário e no qual ele se conduzirá com maior habilidade porque se conhecerá mais acuradamente (Skinner, 1974/2009, p. 204).

Sendo a “liberdade”, do ponto de vista da teoria skinneriana, uma possibilidade a partir do autogoverno (Skinner, 1953/2003), cabe ressaltar que o ser humano dificilmente se autogovernará totalmente e nem será plenamente livre. A liberdade incondicional (como ausência de controle total ou como autoconhecimento completo), no Comportamentalismo de B. F. Skinner, não é possível; porém, através da educação, é possível aos indivíduos ter autogoverno (mesmo que não plena) (Skinner, 1953/2003). De acordo com Skinner (1968/1972a), ensinar o indivíduo a respeito de si próprio, como um organismo que se comporta numa cultura, é muito importante. Segundo o autor, um indivíduo educado “estará talvez mais apto para se adaptar ao seu ambiente ou para ajustar-se à vida social de seu grupo; uma cultura que valoriza a educação tem maiores probabilidades de sobreviver” (p. 189).

Como enfatiza Skinner (1968/1972a), a educação tem o importante papel de garantir um comportamento aceitável do indivíduo em sociedade, possibilitando que o mesmo apresente comportamento condizente com sua cultura. A cultura, por sua vez, pode ensinar ao indivíduo a resolução de problemas éticos para que desenvolva as suas próprias regras de acordo com cada contexto em que se fizer presente. Neste sentido, a educação, ao ensinar o indivíduo sobre como seu organismo funciona e reage mediante determinadas situações, isto é, ao ensinar o autogoverno, pode facilitar a resolução de problemas de ordem moral com os quais os indivíduos se depararão em situações futuras (Abib, 2001b).

Segundo Skinner (1971), a partir do momento que os indivíduos conhecerem sua história de condicionamento e as variáveis ambientais, bem como os esquemas de reforçamento que os controlam; terão condições de emitir um comportamento autogovernado, isto é, não controlado totalmente pelas variáveis ambientais. Portanto, o estabelecimento

desse comportamento autônomo (que propicia vantagens para o indivíduo e para os outros no futuro) se dará pela educação. O educar consiste, também, em formar o indivíduo para o autogoverno de suas ações (Skinner, 1974/2009). O comportamento autônomo pode ser um importante instrumento na resolução de problemas comportamentais que envolvem tanto o interesse dos indivíduos quanto do grupo no qual estão inseridos. Para Epstein (1997):

O ensino de práticas de autogoverno serve a duas importantes funções para a sociedade: criar cidadãos que cumpram seu potencial e assim estejam em posição de fazer grandes contribuições para o grupo, e dar à sociedade um mecanismo que irá assegurar que os indivíduos respeitem o interesse do grupo, em longo prazo (p. 563, tradução nossa<sup>44</sup>).

Dessa maneira, o indivíduo poderá apresentar um comportamento que traga vantagens, não apenas para si próprio, mas ao grupo no qual está inserido. Conforme Skinner (1971), a educação para o autogoverno deve contribuir para a sobrevivência da espécie e preservação da cultura. A ideia gira em torno da produção de valores sadios para a sociedade, que permita a sua existência com o máximo de bem estar possível no ambiente; ou seja, criar e manter um comportamento adequado em uma cultura dependerá de quais valores serão ensinados aos futuros cidadãos.

Uma cultura deve ser transmitida de geração em geração, e provavelmente sua força dependerá do que e de que modo seus membros aprendem, se através de contingências informais ou de instituições educacionais. Necessita do apoio de seus membros, e deve proporcionar a busca e o alcance da felicidade se quer prevenir deslealdade ou deserção. Deve ser razoavelmente estável, mas também deve mudar, e será provavelmente mais sólida se for capaz de evitar um respeito excessivo à tradição e o medo ao novo, de um lado, e as transformações demasiadamente rápidas, de outro. Por último, uma cultura deverá possuir uma dose especial de valor de sobrevivência ao encorajar seus membros a analisarem suas práticas e a experimentarem outras novas (Skinner, 1971/2000, p. 116).

---

<sup>44</sup> Original: “*Teaching self-control practices serves two important functions for society: It creates citizens who fulfill their potential and thus are in a position to make greater contributions to the group, and it gives society a mechanism for assuring that individuals will respect the long-term interests of the group*”.

Diante dessa vasta recomendação, de Skinner (1971/2000), a respeito do ambiente social “que chamamos de cultura” (p. 108), notamos que quanto maior e mais eficiente for o estabelecimento de repertórios de comportamentos dos membros de uma determinada cultura, tanto mais livre serão. Porém, segundo Skinner (1968/1972a), ser livre não é só uma questão de competência e habilidades, pois um indivíduo “que pode executar adequadamente um comportamento não é ainda livre se for preciso que alguém lhe diga o que fazer e quando fazer” (p. 163). Para chegar à “liberdade” é necessário conseguir manipular as contingências, pois “são as contingências que devem ser modificadas se quisermos modificar o seu comportamento” (Skinner, 1971, p. 112) e isso é inerente à aprendizagem do autogoverno. De acordo com Luna (2000):

Quanto mais capaz for um indivíduo de comportar-se para produzir as condições sob as quais seu comportamento – se emitido – será reforçado, maior será seu autocontrole. Em outras palavras, a eliminação do intermediário, como condição arbitrária de liberação de consequências planejadas pelo indivíduo. Finalmente, quanto maior for a capacidade de um indivíduo analisar as contingências controladoras de seu comportamento, maior será sua possibilidade de identificá-las e exercer o contracontrole (p. 157-158).

Nesse sentido, Acselrad (2010) esclarece que o processo de capacitação é contínuo (pois sempre surgirão novas contingências) e o resultado será uma busca incessante do indivíduo pela aprendizagem, no que se refere à aquisição de competências que levam à conquista da educação para autonomia/autogoverno. Conforme a autora, já é comum na cultura brasileira (assim como em outras culturas capitalistas) dizer que o uso de substâncias psicoativas é paralelo a outros itens do sistema mercadológico; elas sempre fizeram parte da história da humanidade, mas agora de maneira exacerbada. No entanto, as políticas educacionais de repressão “tem como ideal um mundo livre das drogas, mas esse mundo não existe, nunca existiu e nunca existirá” (Acselrad, 2010, s/p).

É pertinente salientar que, segundo a SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (2009), o número de substâncias psicoativas no mundo aumenta a cada ano e, devido ao avanço da indústria farmacêutica, a todo o momento, surgem novas substâncias. Portanto, não há expectativas futuras para um mundo sem “drogas”. Acselrad (2010) expõe que um mundo abstinente de substâncias psicoativas não deve ser o objetivo central das políticas educacionais, pois exclui quem não pode ou não consegue ser abstinente. “Esses

indivíduos acabam ficando fora do seu projeto de educação” (s/p). Embora existam muitas campanhas “educativas sobre drogas” (quase todas com viés repressor – antidrogas), os indivíduos não recebem formação que dê possibilidades de fazer um uso adequado de substâncias psicoativas ou, até mesmo, de optar em não fazer o uso.

De acordo com Acselrad (2010), o que precisa é esclarecimento dos fatos que envolvem o tema e sobre como o comportamento de usar substâncias psicoativas se tornou, na contemporaneidade, um enorme problema social; porque, segundo a autora, “o caos que vivemos com as drogas é um caos recente, em termos históricos. Tem no máximo 100 anos” (s/p). Neste sentido, a autora, corrobora com a nossa alegação (conforme a seção que discutimos sobre a sociedade do consumo) de que a contemporaneidade revela um comportamento de uso das substâncias psicoativas, diferente do que foi em séculos anteriores, ou seja, um comportamento caracterizado pelo abuso e uso indiscriminado.

Conforme Abib (2001b), algumas práticas culturais, como a “dependência de drogas”, trazem consequências desfavoráveis à sociedade. Práticas desse tipo, segundo o autor, “relacionam-se com consequências reforçadoras que não tiveram qualquer valor de sobrevivência na história evolutiva da espécie humana” (p. 109). Logo, numa sociedade caracterizada pelo consumo exacerbado essas práticas se tornam altamente nocivas à sobrevivência das culturas. Sendo assim, Acselrad (2010) sugere que uma alternativa plausível é a educação para autonomia/autogoverno, que consiste em “desenvolver nas pessoas a capacidade de reflexão e ação que seja protetora de si e do seu entorno” (s/p). Para esta autora, o pleno desenvolvimento da autonomia/autogoverno está intrinsecamente ligado a “liberdade social”. Skinner (1968/1972a) salienta que a educação, ao ensinar técnicas de autogoverno que permitem aos indivíduos lidar eficientemente com aspectos aversivos do ambiente, pode promover alguma liberdade.

Tampouco são livres os que estão sob o controle de drogas euforizantes [...] a educação pode ajudar [...] Pode promover uma tecnologia comportamental capaz de corrigir contingências perturbadoras, e pode ensinar comportamentos preliminares de autogoverno, que permitem a um homem escapar de contingências positivas, cujas últimas consequências são aversivas (p. 162).

Nesta perspectiva, concernente ao ensino de autogoverno das contingências e aquisição de habilidades, bem como da capacidade de reflexão e ação; entendemos que a repressão não é um bom caminho. Mas a educação, ao contrário, se põe como uma alternativa

bem mais interessante, no que diz respeito à sobrevivência das culturas. A educação para o autogoverno pode levar o indivíduo a engajar-se em práticas culturais, que visem o desenvolvimento da sociedade como um todo. Para isso, é necessário “arranjar contingências de reforço” (Skinner, 1968/1972a, p. 4). Conforme Abib (2001b):

[...] práticas que ameacem a sobrevivência das culturas – que produzem reforço positivo imediato com consequências negativas postergadas, como as que foram descritas por Skinner (1971) – precisam ser enfrentadas com modificação das contingências, programando-se consequências negativas mais imediatas para essas práticas ou fortalecendo-se práticas alternativas com condições de substituí-las. O modelo do controle do comportamento aplicado a casos como os do tabagismo, alcoolismo, vício em drogas e obesidade explica bem a lógica dos conceitos comportamentais envolvida na mudança de práticas culturais (p. 110).

Deste modo, o aprendizado é direcionado inteiramente às contingências e “são as contingências que devem ser modificadas se quisermos modificar o seu comportamento” (Skinner, 1971/1983b, p. 112). Segundo Luna (2000), o “objetivo último da educação é a formação de cidadãos com o máximo de autocontrole possível, dentro dos limites impostos por uma vida social” (p. 158). Portanto, educar um indivíduo para o autogoverno, num planeta abarrotado de substâncias psicoativas, é, no mínimo, conduzi-lo para debates abertos e discussões honestas, que o chame à reflexão e o ensine a superar os obstáculos da vida, assim como, também, coexistir com o “mundo das drogas”, sem que haja prejuízos no desenvolvimento e na sobrevivência das culturas (Skinner, 1972a; Dittrich & Abib, 2004). Encerramos este capítulo parafraseando o grande escritor brasileiro Nelson Rodrigues (1912-1980), ao afirmar que temos que discutir a vida como ela é..., e quem sabe poder dizer: “– Essa vida é uma boa droga” (Rodrigues, 1992, p. 96).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos num momento da dissertação em que nos vemos perante o grande desafio de finalizá-la coerentemente à modalidade textual em questão. Diante dessa tarefa, cumpre-nos retomar os propósitos que motivaram a produção deste trabalho. A presente pesquisa pretendeu oferecer uma contribuição no sentido de ampliar a reflexão a respeito do tema “drogadição” e consideramos que, na medida do possível, o objetivo – discutir o uso de substâncias psicoativas como um comportamento aprendido, amparado na perspectiva da teoria comportamentalista (Skinner, 1968/1972a; 1969/1984b; 1953/2003; 1974/2009) – foi contemplado. É certo que, inevitavelmente, ficaram algumas lacunas a serem preenchidas em possíveis trabalhos posteriores, até porque encontramos pouca produção científica que abordasse essa temática de forma mais ampla, que fosse além do enfoque médico (tratamento da dependência) e policial (repressão do crime). Até mesmo os livros e artigos científicos que anunciam discutir o tema “drogadição”, evitam ou são reticentes quando o assunto é conviver com elas. No entanto, nem sempre o pesquisador chegará a oferecer respostas para suas perguntas ou para as expectativas dos leitores. O processo reflexivo, por si só, já permite buscar o conhecimento e transpassar a mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto. A intenção, portanto, não é dar respostas conclusivas, mas provocar a discussão.

Sob este prisma, compartilhamos que a ideia norteadora do presente estudo originou-se da indagação inicial sobre como ocorre o comportamento de fazer uso de uma substância psicoativa. Como exemplo, no caso do uso de tabaco, observamos que os bebês não nascem com um charuto na boca. Essa ponderação levou-nos à elaboração de um capítulo sobre a Análise do Comportamento e o processo de aprendizagem (Skinner, 1968/1972a), o qual deu suporte para explicar que o uso de substâncias psicoativas é um comportamento que se aprende (ontogeneticamente e culturalmente). Salientamos, no entanto, que o comportamento de ingerir “drogas” é, aparentemente, um comportamento natural, pois se relacionava com a alimentação (raízes, folhas, ervas), que faz parte da natureza humana. Se por um lado foi fundamental para a sobrevivência humana, por outro, é um comportamento dependente da cultura. Com esta ideia, contextualizamos historicamente a relação dos indivíduos com as “drogas”, desde os primórdios da humanidade até os dias atuais, o que resultou no capítulo sobre as Substâncias Psicoativas e sua historicidade. Por fim, desenvolvemos um capítulo discorrendo sobre a Prática Social do Uso das Substâncias Psicoativas na sociedade contemporânea e baseados em conteúdos, anteriormente adquiridos, sobre a “educação para

autonomia” (Acselrad, 2000), questionamos se o tema “autonomia” havia sido tratado na literatura skinneriana, o que nos possibilitou descobrir o conceito de autogoverno, bem como a possibilidade do seu desenvolvimento para a promoção de saúde, visando à sobrevivência das culturas. Emergiu daí, a estruturação da dissertação que enfatiza em seus capítulos os conteúdos sobre história, aprendizagem e autogoverno.

Diante dos conteúdos alçados ao longo de nossa pesquisa e considerando o exposto na última seção do terceiro capítulo, observamos que a educação para o autogoverno pode consistir numa alternativa bastante provocadora, ao admitir a possibilidade dos indivíduos coexistirem pacificamente com as substâncias psicoativas. Entretanto, como vimos anteriormente, a aquisição do autogoverno para conviver com as “drogas” é um processo de aprendizagem que inicia no nascimento e termina na morte (Martins & Pilon, 2008), um processo contínuo a ser desenvolvido ao longo da história de vida do indivíduo. Conforme a humanidade se movimenta, as contingências mudam. As culturas mudam; os discursos mudam; as “drogas” mudam! Como enfatiza Acselrad (2000):

As ‘verdades’ têm valor transitório e contraditório: os usos mudam com o tempo. Em um mesmo momento histórico, substâncias são legais em alguns países e proibidas em outros; em um mesmo território, usos tolerados, legais outrora, ficam obscurecidos; há tolerância diante do consumo de certas drogas lícitas, em que pesem os altos índices de danos à saúde e à sociedade, decorrentes de seu uso banalizado (caso do uso abusivo de bebidas alcoólicas); discutem-se pouco os prejuízos da automedicação, na medida da legalidade do produto. A discussão sobre o uso involuntário de substâncias psicoativas no processo de trabalho – da indústria e da agricultura – é restrita. [...] Apesar de tantos argumentos, o discurso da abstinência prevalece, criminaliza o uso de certas drogas, não favorece reflexão e ação responsável, tornando-se uma pedra no meio do caminho da educação (p. 164).

Concordamos com a citação acima, quando enfatiza a existência de aspectos próprios de um tempo e espaço determinando a adequação ou não do uso das substâncias psicoativas. Entendemos que historicamente, a sociedade faz parte de uma organização política, econômica e cultural, cujo movimento perpassa os direcionamentos e ações acerca de diferentes fenômenos. Portanto, em cada momento histórico, as drogas apresentaram características relacionadas às necessidades da humanidade. Na atualidade capitalista, conforme já abordado nesse estudo, o fenômeno da “drogadição” está envolto pela ideia

artificial da necessidade de consumo, envolvendo os interesses políticos e econômicos por trás da mercadoria “droga”.

Frente a essa realidade capitalista, que está fundamentada no material e tudo é voltado para o consumo, Acselrad (2011) esclarece que há uma grande problemática envolvendo a proposta de educação, que reside na catastrofização que a mídia sugere a respeito do comportamento de fazer o uso dessas substâncias. É através da imprensa (televisiva e jornalística) que as notícias, de forma geral, tendem a associar o uso de substâncias psicoativas (ilícitas<sup>45</sup>) com a marginalização, ou seja, o indivíduo que faz uso de “drogas” passa a ser descrito como “mau caráter”, que foge às suas obrigações ou as cumpre mal, de índole duvidosa, improdutivo e parasitário; ou, ainda, é associado à “bandidagem”. Os meios de comunicação sensacionalistas optam por veicular, indiscriminadamente, que as substâncias psicoativas acrescentam violência e periculosidade ao indivíduo que faz uso, confundindo as representações do usuário com as de um criminoso.

Segundo Acselrad (2000), para superar as velhas práticas e subir os degraus, que permitem desenvolver uma educação com vista à autonomia/autogoverno para coexistir com as substâncias psicoativas, é necessário, primeiramente, substituir a pergunta usual – “por que as pessoas se drogam?”, por outra pergunta mais adequada – “que elementos da cultura têm mantido o comportamento de usar ‘drogas’ de forma indiscriminada?”. Quando falamos de educação para autogoverno (Skinner, 1978, 1969/1984b, 1971/2000, 1953/2003, 1974/2009), a proposta de aprendizado para coexistir com as substâncias psicoativas vem fazer frente aos “programas de políticas antidrogas” (com suas medidas repressoras e proibicionistas), colocando-se na contramão das tentativas de controle do indivíduo. Um projeto de educação para o autogoverno coloca-se como alternativa à interferência do Estado, na vida privada dos indivíduos (alegando solucionar todos os “problemas” dos mesmos), uma vez que reconhece ser ineficaz a tentativa de erradicar (autoritariamente) uma prática que tem raízes na história pessoal e social de cada um. Nesse sentido, “um mundo sem drogas” (tanto ilícitas quanto lícitas) deixaria de ser o objetivo principal e, ao contrário do discurso moralista e repressor (que identifica qualquer uso como patológico e tenta legitimar ser o usuário um problema social), é substituído pela proposta de autonomia/autogoverno. Esse projeto partiria do

---

<sup>45</sup> A mesma sociedade que proíbe o uso de “drogas” ilícitas, incentiva o consumo de “drogas” lícitas, no máximo alertando contra os riscos da automedicação. Essa questão seria tanto ou mais grave na medida em que se sabe que os critérios levados em conta para que uma “droga” seja considerada lícita ou não, não atendem à consideração dos problemas que o seu uso possa trazer à saúde. Os critérios considerados tem sido, na maior parte das vezes, de ordem política e mercadológica (Acselrad, 1989).

princípio de que é possível existir o uso “não dependente”, embora, isso não isente os riscos do vício que, sem dúvida, devem ser reconhecidos e enfrentados (Acselrad, 2000).

Todavia, o esforço investigativo aqui empreendido aponta que o objetivo almejado pelas campanhas antidrogas (de erradicar o consumo de substâncias psicoativas) não consegue ser alcançado; o que parece indicar que o esforço em impedir o consumo é inútil. Porém, no projeto de educação para o autogoverno esse esforço não é necessário, já que a grande questão (como evidenciamos anteriormente) não é um mundo abstêmio, mas um mundo que dê condições a cada indivíduo de (se desejar) fazer uso consciente (não dependente) das substâncias psicoativas. Acreditamos ser mais eficaz educar para coexistir com as “drogas”, do que tentar erradicá-las do planeta. Destarte, não é o comportamento de usar uma “droga” que deve estar em pauta (pois já vimos como esse comportamento é adquirido), mas como esse comportamento tem interferido ou não na manutenção da vida. Quando falamos de educação para o autogoverno, estamos sugerindo uma educação que favoreça a sobrevivência de uma cultura (Skinner, 1968/1972a). Se o comportamento “dependente”, ao contrário do “não dependente”, é ameaçador à espécie humana, então:

Fica claro que o padrão de comportamento problemático “o hábito do cigarro” – pode ser relacionado, não a uma necessidade, mas a uma história de reforço, pois que não havia problema algum antes da descoberta do tabaco, ou antes da invenção do cigarro como forma especialmente reforçadora de se fumar o tabaco. Quaisquer que tenham sido suas outras necessidades, nossos ancestrais não tinham necessidade de fumar cigarro, e, assim como eles, ninguém tem hoje tal necessidade se nunca tiver sido reforçado pelo fumar. O problema de fumar cigarros foi abordado das outras maneiras que já examinamos [...]. A solução puritana também já foi tentada. [...] – mas não se reduz grandemente o fumar (Skinner, 1969/1984b, p. 217).

Diante das palavras de Skinner (1969/1984b), é pertinente salientar que, no tocante aos programas antidrogas (de caráter puritano), o ponto central a ser questionado deve ser a lógica repressiva da “guerra contra as drogas”. Questionar essa lógica, não significa, porém, defender o uso indiscriminado das substâncias psicoativas, mas apenas arguir se não há maneiras mais eficientes de lidar com esse assunto. Como salientamos, no segundo capítulo, o comportamento de usar substâncias psicoativas é aprendido, logo, esse aprendizado poder ser direcionado para o uso consciente/responsável.

Atualmente, podemos localizar algumas iniciativas isoladas de grupos, instituições ou órgãos não governamentais, que objetivam a retirada de crianças em situação de risco no que diz respeito à drogadição, por meio da oferta de programas educativos, em que são disponibilizadas atividades de lazer, esporte, artes e outras. Não é de domínio público, a informação sobre as formas como são conduzidas estas práticas, nem sob que referenciais científicos se pautam. No entanto, remetemo-nos a elas, com o intuito de pensá-las como iniciativas que contribuem para o desenvolvimento de alternativas no enfrentamento das “drogas”. Neste sentido, ressaltamos a ideia de que um projeto educativo envolve a construção de ambientes reforçadores, trata-se da reprogramação dos ambientes com vista à promoção da saúde. Com esta perspectiva, enfatizamos, mais uma vez, que a Análise do Comportamento constitui-se num importante referencial teórico disponível para o desenvolvimento de programas educativos que visem à educação para o autogoverno.

Perante o exposto, encerramos esta dissertação ressaltando que educar para o autogoverno é preparar o indivíduo para tornar-se um ser humano consciente, capaz de se autogovernar e, conseqüentemente, resolver conflitos no seu grupo, bairro, cidade, região, país e mundo globalizado (Acsehrad, 2011). Essa educação traz benefícios para a sobrevivência das culturas, como almejava Skinner (1971, 1968/1972a, 1989/1991, 1953/2003, 1974/2009). Para esse estudioso, o sentido último do empreendimento de uma abordagem comportamentalista não pode ser só teórico, mas, também, prático. Isto significa dizer, que o objetivo final da ciência do comportamento é promover a sobrevivência das culturas (Abib, 2001b). Conforme Skinner (1955/1972b), “a sobrevivência não é um critério, que nós sejamos livres para aceitar ou rejeitar...” (p. 22, tradução nossa<sup>46</sup>), mas, acreditamos ser um fim a alcançar.

Lançamos este anseio nas mãos dos leitores.

---

<sup>46</sup> Original: “*Survival is not a criterion, which we are free to accept or reject*”.

## REFERÊNCIAS

- Abib, J. A. D. (1982). Skinner, materialista metafísico? Never mind, no matter. Em Prado Jr., B. (org.). *Filosofia e comportamento*. São Paulo: Brasiliense, p. 92-109.
- Abib, J. A. D. (1985). *Skinner, naturalismo e positivismo*. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental). São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Abib, J. A. D. (1999). Behaviorismo radical e discurso pós-moderno. *Rev. Psicologia Teoria e Pesquisa*, Brasília, 15(3), 237-247.
- Abib, J. A. D. (2001a). Behaviorismo radical como pragmatismo na epistemologia. Em Guilhardi, H. J., Madi, M. B. B. P., Queiroz, P. P. & Scozs, M. C. (orgs.). *Sobre Comportamento e Cognição*, vol. 8. Santo André: ESETec, p. 140-142.
- Abib, J. A. D. (2001b). Teoria moral de Skinner e desenvolvimento humano. *Rev. Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, 14(1), 107-117.
- Abib, J. A. D. (2007). *O sujeito no labirinto: um ensaio psicológico*. Santo André: ESETec.
- Acselrad, G. (1989). *Os discursos preventivos sobre o uso de drogas e as potencialidades dos educadores na prevenção primária - relato de uma experiência*. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas.
- Acselrad, G. (1993). A comunidade e a prevenção. Em Inem, C. L. & Acselrad, G. (orgs.). *Drogas: uma visão contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago.
- Acselrad, G. (2000). A educação para a autonomia: a construção de um discurso democrático sobre o uso de drogas. Em Acselrad, G. (org.). *Avessos do prazer: drogas, AIDS e direitos humanos*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, p. 161-188.
- Acselrad, G. (2010). *Opinião sobre as drogas*. (Programa de TV/Entrevista). Vídeo. Acessado 23 jun. 2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=vVVgsqzEh-E>
- Acselrad, G. (2011). *A construção social do "problema" das drogas*. Acessado 21 dez. 2011. Disponível em: <http://dukrai.wordpress.com/2011/04/21/a-construcao-social-do-%E2%80%9Cproblema%E2%80%9D-das-drogas/>
- Aguilar, L. R. & Pillon, S. C. (2005). Percepción de tentaciones de uso de drogas en personas que reciben tratamiento. *Rev. Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, 13, 790-797.
- Alencar, J. (2004). *Iracema*. Barcelona: Editorial Sol90. (Original publicado em 1865).
- Alexander, B. K. (2004). Parque de ratos: o experimento radical de vício. Em Slater, L. *Mente e cérebro - dez experiências impressionantes sobre o comportamento humano*. Rio de Janeiro: Ediouro, p. 186-213.

- American Psychological Association (2009). *Publication manual of the American Psychological Association*. 6ª ed. Washington: APA.
- American Psychiatric Association (2002). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM-IV-TR*. Porto Alegre: Artmed.
- Araújo, M. R. (2008). *Comunidades terapêuticas: um ambiente de tratamento comum, mas pouco estudado no Brasil*. Acesso em 15 abr. 2011. Disponível em: [http://apps.einstein.br/alcooledrogas/novosite/atualizacoes/as\\_137.htm](http://apps.einstein.br/alcooledrogas/novosite/atualizacoes/as_137.htm)
- Ashley, R. (1975). *Cocaine, its history, uses and effects*. Nova York: Warner Books.
- Banaco, R. A. (1999). *Sobre o comportamento e cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista*. 2ª ed. Santo André: ARBytes.
- Barbeiro, A. (2003). *Eles, nós e eu, aventuras juvenis: estudo qualitativo sobre a transgressão na adolescência*. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Justiça). Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Barreto, T. V. (1999). *Positivismo, positivismos: da tradição francesa ao positivismo instrumental*. Recife: FUNDAJ/INPSO.
- Bauman, Z. (2010). *Capitalismo parasitário*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2001). *A modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Behr, H. G. (1981). *La droga, potencia mundial: el negocio con el vicio*. Barcelona: Planeta.
- Bessa-Oliveira, M. (2007). *Leitura analítico-comportamental da proposta de intervenção terapêutica em Entrevista Motivacional para dependência química*. Monografia (Especialização em Terapia Comportamental). Belo Horizonte: PUC/MG.
- Bezerra, T. C. E. (2010). Juventude e cidadania: uma crítica à estetização. *Rev. Estudos Universitários*, Recife, 1, 15-28.
- Bíblia Judaica Completa (2010). *O Tanakh (AT) e a B'rit Hadashah (NT)*. Tradução do original para o inglês de David. H. Stern. Tradução do inglês para o português de Rogério Portella; Celso Eronides Fernandes. São Paulo: Editora Vida, 2010.
- Bravo, O. A. (2002). Discurso sobre drogas nas instituições do DF. *Rev. Temas em Psicologia da SBP*, Ribeirão Preto, 10 (1), 39-52.
- Brum, E. (2011). Você consegue viver sem drogas legais? *Revista Época (online)*. Acessado em 01 jan. 2012. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/12/voce-consegue-viver-sem-drogas-legais.html>

- Bucher, R. (org.). (1988). *As drogas e a vida: uma abordagem biopsicossocial*. São Paulo: EPU.
- Bucher, R. (2000). *Drogas e drogadição no Brasil*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Caballo, V. E. (2003). *Manual de avaliação e treinamento das habilidades sociais*. São Paulo: Editora Santos.
- Cabieses, F. (1992). *La coca: dilema trágico?* Lima: ENACO - Empresa Nacional de la Coca S/A.
- Charbonneau, P. E. (1987). Juventude, droga e família. Em Olivienstein, C. (org.). *Drogas e drogados, o indivíduo, a família, a sociedade*. 2ª ed. São Paulo: EPU/EDUSP, p. 95-142.
- Chiesa, M. (2006). *Behaviorismo radical: a filosofia e a ciência*. Brasília: IBAC. (Original publicado em 1994).
- Conte, M., Oliveira, C. S., Henn, R. C. & Wolf, M. P. (2007). Consumismo, uso de drogas e criminalidade: riscos e responsabilidades. *Rev. Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, 27(1), 94-105.
- Creel, R. (1980). Radical epiphenomenalism: B. F. Skinner's account of private events. *Behaviorism*, 8, 31-53.
- Cruz, R. N. & Cillo, E. N. P. (2008). Do mecanicismo ao selecionismo: uma breve contextualização da transição do behaviorismo radical. *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, Brasília, 24 (3), 375-385.
- Cruz, R. N. (2010). Possíveis relações entre o contexto histórico e a recepção do behaviorismo radical. *Rev. Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, 30(3), 478-491.
- Darwin, C. (1981). *A origem das espécies*. São Paulo: Hemus. (Original publicado em 1859).
- Di Tomaso, E., Beltramo, M. & Piomelli, D. (1996). Brain Cannabinoids in Chocolate. *Nature*, 382, 677-678.
- Dittrich, A. & Abib, J. A. D. (2004). O sistema ético skinneriano e consequências para a prática dos analistas do comportamento, *Rev. Psicologia Reflexão e Crítica*, 17(3), 427-433.
- Duarte, D. F. (2005). Uma breve história do ópio e dos opióides. *Rev. Brasileira de Anestesiologia*, Rio de Janeiro, 55(1), 135-146.
- Epstein, R. (1997). Skinner as self-manager. *Journal of applied behavior analysis*, 30(3), 545-568.
- Escotado, A. (1994). *Las drogas: de los orígenes a la prohibición*. Madrid: Alianza Cien Editorial. (livro online). Acessado 18 out. 2011. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/40114500/Escotado-Las-drogas-de-los-origenes-a-la-prohibicion>

- Escotado, A. (2008). *Historia General de las drogas*. Madrid: Espasa Calpe Editorial.
- Fadiman, J. & Frager, R. (1979). *Teorias da personalidade*. São Paulo: HarBra.
- Fiore, M. (2004). Tensões entre o biológico e o social nas controvérsias médicas sobre o uso de “drogas”. Em *Reunião Anual da ANPOCS*. Caxambu: Anais 1, CD-Rom.
- Fisette, D. (2009). Fenomenologia e fenomenismo em Husserl e Mach. *Rev. Scientiae Zudia*, São Paulo, 7 (4), 535-76.
- Flanagan Jr., O. J. (1980). Skinnerian metaphysics and the problem of operationism. *Behaviorism*, 8, 1-13.
- Freixa, F. & Soler, P. A. (1981). *Toxicomanías: un enfoque multidisciplinário*. Barcelona: Fontanella.
- Furlan, R. (2008). A questão do método na psicologia. *Rev. Psicologia em Estudo*, Maringá, 13 (1), 25-33.
- Gaoni, Y. & Mechoulam, R. (1971). The isolation and structure of delta-1-tetrahydrocannabinol and other neutral cannabinoids from hashish. *Journal of the American Chemical Society*, Washington, 93, 217-224.
- Garcia-Mijares, M. & Silva, M. T. A. (2006). Dependência de drogas. *Rev. Psicologia USP*, São Paulo, 17(4), p. 213-240.
- Garcia-Mijares, M. & Silva, M. T. A. (2005). Valor reforçador: conceito, medida e componentes centrais. Em Guilhardi, H. J. (org.). *Sobre Comportamento e Cognição*. Campinas: ESEtec, 16, 92-102.
- Gasparini, H. D. (2003). *Uso de drogas entre estudantes universitários*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco.
- Gottlieb, A. (1997). *Peyote and Other Psychoactive Cacti*. Berkeley: Ronin Publishing, INC. Google Books. (livro online). Acessado em 17 dez. 2011. Disponível em: [http://books.google.com.br/books?id=pFeOluzNEGsC&printsec=frontcover&dq=Peyote&hl=pt-BR&ei=KNzoTs72FNPuggfw0PHuCA&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&redir\\_esc=y#v=onepage&q=Peyote&f=false](http://books.google.com.br/books?id=pFeOluzNEGsC&printsec=frontcover&dq=Peyote&hl=pt-BR&ei=KNzoTs72FNPuggfw0PHuCA&sa=X&oi=book_result&ct=result&redir_esc=y#v=onepage&q=Peyote&f=false)
- Grossi, F. T., Bahia, I. V. & Cirino, O. (2000). *Psicóticos e adolescentes: por que se drogam tanto?* Belo Horizonte: Centro Mineiro de Toxicomania.
- Grynberg, H. & Kalina, E. (1999). *Viver sem drogas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos.
- Hallal, I. I. L. C. & Halpern, S. C. (2002). Abordagem ecológica: uma visão ampliada do problema da dependência química. Em Pulcherio, G., Bicca, C. & Silva, F. A. (orgs.). *Álcool, outras drogas, informação: o que cada profissional precisa saber*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 204-212.

- Homero. (2009). *Odisseia*. Tradução de Manoel Odorico Mendes. São Paulo: Atena Editora. Digitalizado da 3ª ed. (livro online). (Original escrito nos séculos VIII-VII a.C.). Acessado 19 out. 2011. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/odisseiap.html>
- Huxley, A. L. (1984). *As portas da percepção - céu e inferno*. Rio de Janeiro: Globo. (Original publicado em 1954).
- Instituto de Medicina Social e Criminologia de São Paulo - IMESC/SP (2009). *Infodrogas*. Portal do Governo do Estado de São Paulo. Acesso em: 21 abr. 2011. Disponível em: <http://www.imesc.sp.gov.br/infodrogas/Usuar.htm#Usuário%20dependente>
- James, W. (1967). *Pragmatismo e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Lidador. (Original publicado em 1907).
- Knobel, M. (1988). Adição a drogas e o problema adolescente. Em Vidal, J. (org.). *Padrões de saúde: a farmacodependência em seus múltiplos aspectos*. São Paulo: Guanabara, p. 17-25.
- Laranjeira, R. (2011). *Dependência química*. (Entrevista com Dr. Dráuzio Varella). Acessado 19 out. 2011. Disponível em: <http://www.drauziovarella.com.br/ExibirConteudo/780/dependencia-quimica>
- Laurenti, C. & Lopes, C. E. (2009). Explicação e descrição no behaviorismo radical: identidade ou dicotomia? *Rev. Psicologia Teoria e Pesquisa*, Brasília, 25(1), 129-136.
- Laurenti, C. (2004). *Hume, Mach e Skinner: a explicação do comportamento*. Dissertação (mestrado em Filosofia e Metodologia das Ciências). São Carlos: UFSCar.
- Leite, M. C. (1999). História da cocaína. Em Leite, M. C. & Andrade, A. G. (orgs.). *Cocaína e crack: dos fundamentos ao tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 15-24.
- Lemos, J. (2010). Considerações gerais sobre o uso de drogas. Em *I Fórum Sobre Aspectos Médicos e Sociais Relacionados ao Uso do Crack*. Brasília. Acessado em 04 abr. 2011. Disponível em: <http://www.cremepe.org.br/crack/docs/I-FORUM-SOBRE-O-CRACK.pdf>
- Lemos, T. & Zaleski, M. (2004). As principais drogas: como elas agem e quais os seus efeitos. Em Pinsk, I. & Bessa, M. A (orgs.). *Adolescência e drogas*. São Paulo: Contexto, p. 16-30.
- Lessa, M. B. M. F. (1998). *Os paradoxos da existência na história do uso das drogas*. Rio de Janeiro: IFEN. Acessado 24 out. 2011. Disponível em: <http://www.ifen.com.br/artigos/1998-bernadete.htm>
- Levi, G. & Schmitt, J. C. (1996). *História dos jovens: da antiguidade à era moderna*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lispector, C. (1999). *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco.

- López, P. (2009). Evolución histórica del doping en el deporte. Buenos Aires: *Rev. EFDeportes.com (online)*. 13(130), 1. Acesso em 15 out. 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd130/evolucion-historica-del-doping-en-el-deporte.htm>
- Luna, S. V. (2000). Contribuições de Skinner para a educação. Em Placco, V. M. N. de S. (org.). *Psicologia e educação: revendo contribuições*. São Paulo: EDUC/FAPESP, p. 145-179.
- MacRae, E. (2001). Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos. Em Seibel, S. D. & Toscano Jr., A., *Dependência de drogas*. São Paulo: Atheneu, p. 25-34.
- Maia, M. (2010). Espaço social e práticas de consumo de drogas de adolescentes da região de Paris. *Revista Dilemas*, 3(10), 101-118.
- Malone, J. C. (2004). Pragmatism and radical behaviorism: a response to Leigland. *Behavior and Philosophy*, 32, 313-315.
- Marcondes, D. (2005). *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos à Wittgenstein*, 9ª ed., Rio de Janeiro: Zahar.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (1999). *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Matos, M. A. (1993). Análise de contingências no aprender e no ensinar. Em Alencar, E. S. (org.). *Novas contribuições da psicologia aos processos de ensino e aprendizagem*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, p. 143-165.
- Matos, M. A. (1997). Behaviorismo metodológico e suas relações com o mentalismo e o behaviorismo radical. Em Banaco, R. A. (org.), *Sobre comportamento e cognição*. Santo André: ARBytes, p. 54-67.
- Matos, M. A. (1998). Behaviorismo metodológico e behaviorismo radical. Em Rangé, B. (org.). *Psicoterapia comportamental e cognitiva: pesquisa, prática, aplicações e problemas*. Campinas: Editorial Psy, p. 27-34.
- Matos, M. A. (1990). Obra de Skinner vai além do positivismo lógico. *Jornal Folha de São Paulo - Caderno Letras*, p. 7, São Paulo: Edição 1º set. - Folhapress.
- Micheletto, N. (2001). Variação e seleção: as novas possibilidades de compreensão do comportamento humano. Em Banaco, R. A. (org.), *Sobre comportamento e cognição - vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista*. Santo André: ESETec, p. 116-129.
- Milby, J. B. (1988). *A dependência de drogas e seu tratamento*. São Paulo: Pioneira/EDUSP.
- Minayo, M. C. (2003). Sobre a toxicomania da sociedade. Em Baptista, M., Cruz, M. & Matias, R. (orgs.). *Drogas e pós-modernidade: faces de um tema proscrito*. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 13-29.
- Morado, R. (2009). *Larousse da cerveja*. São Paulo: Larousse do Brasil.

- Morris, E. K. (1988). Contextualism: the world view of Behavior Analysis. *Journal of Experimental Child Psychology*, 46, 289-323.
- Moura, J. A. (2011). Reflexões históricas, filosóficas e jurídicas sobre a toxicomania. *Psicologia Jurídica - Atuação*. Artigos. Psicólogo/projeto. Acessado 25 nov. 2011. Disponível em: <http://artigos.psicologado.com/atuacao/psicologia-juridica/reflexoes-historicas-filosoficas-e-juridicas-sobre-a-toxicomania#ixzz1gF7oPV88>
- Moxley, R. A. (1999). The two Skinners, modern and postmodern. *Behavior and Philosophy*, 27, 97-125.
- Moyses, M. A. A. (2010). *Brasil 2º consumidor mundial de Ritalina*. (Programa de TV/Entrevista). Vídeo. Acessado 18 jan. 2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=MTFOb2bLjLA>
- Murad, J. E. (1987). O problema dos tóxicos nas universidades. Em Olivienstein, C. (org.). *Drogas e drogados, o indivíduo, a família, a sociedade*. São Paulo: EPU/EDUSP, p. 203-229.
- Nowlis, H. (1982). *A verdade sobre as drogas*. Rio de Janeiro: IBECC/UNESCO.
- Oliveira, L. G. & Nappo, S. A. (2008). Caracterização da cultura de crack na cidade de São Paulo: padrão de uso controlado. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, 42(4). Acesso em: 04 abr. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102008000400012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000400012&lng=pt&nrm=iso)
- Organização Mundial da Saúde - OMS. (1993). *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento - Cid 10*. Tradução de Dorgival Caetano. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Overton, W. F. (1984). World views and their influence on psychological theory and research: Kuhn-Lakatos-Laudan. *Advances in Child Development and Behavior*, 18, 191-226.
- Pavlov, I. P. (1984). O reflexo condicionado. Em Pavlov, I. P. *Textos escolhidos*. 2ª ed., São Paulo: Abril Cultural - Coleção "Os Pensadores", p. 51-67. (Original publicado em 1934).
- Pinsky, I. & Silva, M. T. A. (1995). As bebidas alcoólicas e os meios de comunicação: revisão da literatura. *Rev. Brasileira de Psiquiatria*. São Paulo, 17(3), 115-121.
- Pinto-Coelho, M. (1998). *Toxicod dependência: a liberdade começa no corpo*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Fim de Século.
- Pomian, K. (1993). Periodização. Em Pomian, K. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 29, p. 164-213.
- Ranrakha, S., Caspi A., Dickson N., Moffitt, T. E., & Paul, C. (2000). Psychiatric disorders and risky sexual behaviours in young adulthood: cross sectional study in birth cohort. *British Medical Journal*, 321, 263-266.

- Robinson, K. (1999). *Changing education paradigms*. London: Royal Society of Arts (RSA). Vídeio. Acessado 20 fev. 2012. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=zDZFcDGpL4U>
- Rodrigues, N. (1992). *A vida como ela é...: o homem fiel e outros contos*. São Paulo: Cia das Letras.
- Rousseau, J. J. (2004). *Emílio, ou, da educação*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Sawaia, B. (2004). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Schultz, D. P. & Schultz, S. E. (2002). *História da psicologia moderna*. São Paulo: Cultrix.
- Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD (2009). *Relatório brasileiro sobre drogas*. Duarte, P.C.A.V., Stempliuk, V.A., Barroso, L.P. (orgs.). Brasília: Presidência da República.
- Seibel, S. D. & Toscano Jr., A. (2001). *Dependência de drogas*. São Paulo: Atheneu.
- Seidl, E. M. F. & Costa, L. F. (1999). Drogas na atualidade. Em Seidl, E. M. F. & Costa, L. F. (orgs.). *Prevenção ao uso indevido de drogas - diga sim à vida*, Brasília: UnB, p. 11-18.
- Sereda, A., Bonfim, D. S. & Schafhauser, E. C. (2009). Sociedade e consumo: análise de propagandas que influenciam o consumismo infantil. *Rev. Jus Navigandi*, Teresina, 14 (2359). Acesso em: 03 mai. 2011. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/14028/sociedade-e-consumo-analise-de-propagandas-que-influenciam-o-consumismo-infantil>
- Silva, C. J. & Laranjeira, R. (2004). Neurobiologia da dependência química. Em Figlie, N. B., Bordin, S. e Laranjeira, R. (orgs.). *Aconselhamento em dependência química*. São Paulo: Roca, p. 12-29.
- Silva, M. S. (1997). *Se liga! O livro das drogas*. Rio de Janeiro: Record.
- Silveira, E. D. X. & Silveira, D. X. (2001). *Um guia para a família*. Brasília: Presidência da República/Casa Militar - Secretaria Nacional Antidroga.
- Skinner, B. F. (1948). *Walden two*. New York: The Macmillan Company.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts. (versão portuguesa disponibilizada pela equipe do ebookbrowse). Acesso em 27 nov. 2011. Disponível em: <http://ebookbrowse.com/gdoc.php?id=211607380&url=be772d88d7f4594915b9b6fd943bf64d>
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York: Alfred A. Knopf.

- Skinner, B. F. (1972a). *Tecnologia do ensino*. Tradução de Rodolpho Azzi. São Paulo: EPU/EDUSP. (Original publicado em 1968).
- Skinner, B. F. (1972b). *Cumulative record*. New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1955).
- Skinner, B. F. (1976). *Particulars of my life (1)*. New York: Knopf.
- Skinner, B. F. (1978). *Reflections on behaviorism and society*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1983a). *A matter of consequences (2)*. New York: Knopf.
- Skinner, B. F. (1983b). *O mito da liberdade*. Tradução de Elisane Reis Barbosa Rebelo. São Paulo: Summus editorial. (Original publicado em 1971).
- Skinner, B. F. (1984a). *A análise operacional de termos psicológicos*. Tradução de Hélio José Guilhardi. Campinas: Instituto TCR. (Original publicado em 1945).
- Skinner, B. F. (1984b). *Contingências do reforço: uma análise teórica*. Tradução de Rachel Moreno. Coleção “Os Pensadores”, São Paulo: Abril Cultural, p. 169-394. (Original publicado em 1969).
- Skinner, B. F. (1987). *Upon further reflection*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1988). A Fable. *The Analysis of Verbal Behavior*, 6, 1-2  
<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2748492/pdf/anverbbehav00039-0003.pdf>
- Skinner, B. F. (1991). *Questões recentes na análise comportamental*. Tradução de Anita Liberalesso Neri. Campinas: Papirus. (Original publicado em 1989).
- Skinner, B. F. (2000). *Para além da liberdade e da dignidade*. Tradução de Joaquim Lourenço Duarte Peixoto. Lisboa: Edições 70. (Original publicado em 1971).
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e comportamento humano*. Tradução de João Carlos Todorov e Rodolpho Azzi. 11ª ed., São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1953).
- Skinner, B. F. (2005). Teorias de aprendizagem são necessárias? Tradução de Lincoln da Silva Gimenes, David Alan Eckerman e Patrícia Regina Lopes Galvão. *Rev. Brasileira de Análise do Comportamento*. Brasília, 1(1), p. 105-124. (Original publicado em 1950).
- Skinner, B.F. (2007). Seleção por conseqüências. Tradução de Carlos Renato Xavier Cançado, Paulo Guerra Soares e Sérgio Cirino. *Rev Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9(1). (Original publicado em 1981). Acessado 20 nov. 2011. Disponível em:  
[http://www.bf Skinner.org/BFSkinner/Brazil\\_files/Selecao\\_por\\_consequencias.pdf](http://www.bf Skinner.org/BFSkinner/Brazil_files/Selecao_por_consequencias.pdf)
- Skinner, B. F. (2009). *Sobre o behaviorismo*. Tradução de Maria da Penha Villalobos. 15ª ed., São Paulo: Cultrix/USP. (Original publicado em 1974)

Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis (1839). O Panorama. *Jornal Literário e Instructivo (online)*, 3, Lisboa. Acesso 19 out. 2011. Disponível em: [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/Indices/1839/1839\\_item1/index.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/Indices/1839/1839_item1/index.html)

Tourinho, E. Z. (1987). Sobre o surgimento do behaviorismo radical de Skinner. *Rev. Psicologia*, 13(3), 1-11.

Tourinho, E. Z. (2003). A produção de conhecimento em psicologia: a análise do comportamento. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, 23(2), 30-41. Acessado 20 nov. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v23n2/v23n2a06.pdf>

Tourinho, E. Z. (2006). O Autoconhecimento na psicologia comportamental de B. F. Skinner. Santo André: ESETec.

Vale, N. B. & Delfino, J. (2003). As nove premissas anestesiológicas da Bíblia. *Rev. Brasileira de Anestesiologia*, 53(1), 127-36. Acessado 26 out. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rba/v53n1/v53n1a15.pdf>

Virgílio. (1854). *Eneida*. Tradução de Manuel Odorico Mendes. Paris. Typographia de Rignoux. (livro online). Acessado 19 out. 2011. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/eneida.html>

Virgílio. (1794). *Geórgicas*. Tradução de Antonio José Ozório de Pina. Lisboa: Typografia Nuneziana. (livro online). Acessado 19 out. 2011. Disponível em: [http://books.google.com/books?id=9IxGAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q=dormideira&f=true](http://books.google.com/books?id=9IxGAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q=dormideira&f=true)

Watson, J. B. (1994). Psychology as the behaviorist views it. *Psychological Review*, 101(2), 248–253. (Original publicado em 1913).

Weber, L. N. D. (1989). Algumas notas sobre o conceito de poder em Skinner. *Rev. Psicologia Argumento*, Curitiba, 9, 29-39.

Zackon, F. (1988). *Heroína*. São Paulo: Nova Cultural.

Zago, J. A. (1999). Sociedade de consumo e droga. *Rev. Impulso, Ciências Sociais e Humanas*. (UNIMEP), Piracicaba, 11(25), 93-102.